

Programa Bairro Legal

Plano de Ação Habitacional e Urbano

Diagnóstico Jardim Ângela

Produto

P4

março de 2003

Autoria

LabHab

Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP



Executor:

LabHab

**Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de São Paulo**

Contratada:

FUPAM

Fundação para Pesquisa Ambiental

Mediação:

SEHAB/PMSP

**Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano
Prefeitura de São Paulo**

Contratante:

BIRD

Banco Mundial

Promotor:

Cities Alliance

Cities Without Slums

Equipe Técnica

João Sette Whitaker Ferreira

Coordenação Geral e Executiva

Estevam Vanale Otero, Giselle Megumi Tanaka, José Eduardo Baravelli,
Paulo Emilio Buarque Ferreira

Arquitetos Pesquisadores

Fernanda Accioly Moreira, Gustavo Pires de Andrade Neto, Patricia
Tavares de Freitas, Renata Rocha Gonçalves, Wagner Isaguirre Amaral

Estagiários

Francisco Assis Comaru, Laura Machado de Mello Bueno, Maria Lucia
Refinetti Martins, Ricardo Moretti

Consultores

João Sette Whitaker Ferreira, Estevam Vanale Otero, Giselle Megumi
Tanaka, José Eduardo Baravelli, Paulo Emilio Buarque Ferreira, Fernanda
Accioly Moreira, Gustavo Pires de Andrade Neto, Patricia Tavares de
Freitas, Renata Rocha Gonçalves, Wagner Isaguirre Amaral

Autoria dos textos



Índice:

1. Apresentação: Planos de Ação Habitacional e Urbana - ponto de inflexão nas políticas urbanas em São Paulo	9	6. Presença do Estado quanto a outras políticas setoriais	91
2. Introdução do Diagnóstico	25	6.1 Trabalho	93
3. Processo participativo	29	6.2 Saúde	95
3.1 Oficinas situacionais	32	6.3 Educação	99
3.2 Oficinas propositivas	33	6.4 Cultura, Esporte e Lazer	102
3.2.1 Biomapas comunitários	33	6.5 SAS – Secretaria de Assistência Social	104
3.3 A juventude do Jardim Ângela	35	6.6 Telecentros	106
3.4 Conclusões	37	6.7 Secretaria de Segurança Urbana do Município	106
4. Histórico Jardim Ângela	41	6.8 Sub-Prefeitura e Governo Local	107
5. Diagnóstico urbano e políticas públicas relacionadas ao ambiente construído	47	7. Violência no Jardim Ângela	109
5.1 O Habitat	49	7.1 Os mapas da violência no Jardim Ângela	112
5.1.1 Indicadores sócio-econômicos	49	7.2 O homicídio como crime e o homicídio como mortalidade	113
5.1.2 Ocupação urbana no Jardim Ângela	53	7.3 O “motivo fútil” e o “acerto de contas”	114
5.1.3 Precariedade urbana e habitacional	55	7.4 Morro do Índio	116
5.1.4 Políticas Públicas previstas quanto à precariedade urbana e habitacional: urbanização de favelas e áreas de risco geotécnico	58	8. Conclusões Propositivas	121
5.1.5 Regularização Fundiária	62	8.1 Intensidade, transversalidade, e continuidade das políticas de governo na periferia	123
5.1.6 Sub-centros comerciais: pólos geradores de emprego e renda	67	8.2 A importância do governo local	123
5.1.7 Mercado Imobiliário e Desenvolvimento Comercial	70	8.3 Áreas de extrema exclusão e áreas de grande potencial urbano	124
5.2 Saneamento ambiental e habitação	72	8.3.1 Áreas de extrema exclusão	124
5.2.1 Recursos Hídricos e Cobertura Vegetal	72	8.3.2 Áreas Potenciais	127
5.2.2 Geomorfologia	75	9. Bibliografia	133
5.2.3 Saneamento: o Programa de Saneamento Ambiental e Recuperação Urbana da Bacia do Guarapiranga (política em andamento)	77	10. Anexos	139
5.3 Acessibilidade e mobilidade	80		
5.3.1 Sistema Viário	80		
5.3.2 Transporte	84		



1. Apresentação

Planos de Ação Habitacional e Urbana:
Ponto de inflexão das políticas urbanas em São Paulo



1. Apresentação: Planos de Ação Habitacional e Urbana - ponto de inflexão das políticas urbanas em São Paulo

Texto elaborado pelo Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Em 2003, três distritos periféricos do município de São Paulo – Brasilândia, Jardim Ângela e Cidade Tiradentes – terão um Plano de Ação Habitacional e Urbano. Planos urbanísticos convencionais - como por exemplo os Planos Diretores - perderam muito de sua credibilidade, por terem se mostrado pouco efetivos para enfrentar e solucionar os problemas urbanos brasileiros. Assim, quando se percebe que a segregação urbana de São Paulo aconteceu a despeito do macro-planejamento estatal e em interação com o próprio desenvolvimento da sua economia e dos sistemas de financiamento público da habitação, os Planos de Ação focados em territórios contínuos e delimitados e com objetivo de articular as diversas políticas setoriais, potencializando-as, mais do que criar novas políticas públicas se revelam uma promissora mudança de atitude do poder público no enfrentamento da exclusão das periferias, mesmo que ainda limitados, por ora, a três distritos apenas.

Uma das premissas essenciais do Plano de Ação, que foca espaços mais delimitados da cidade - o que se revela especialmente útil em macro-metrópoles como São Paulo -, é assumir a obrigatoriedade do vínculo entre as esferas de planejamento e gestão e a implementação de propostas conectadas à realidade local. Além disso, o Plano de Ação expressa a convicção de que os planos tradicionais com caráter essencialmente normativo são absolutamente insuficientes para lidar com a dinâmica real

de produção de moradias populares. Por fim, busca-se uma maior abrangência e transversalidade das políticas públicas setoriais propostas, vinculando-se a esfera física à social, e permitindo uma definição mais precisa da localização dos investimentos estatais, adequando-os aos interesses da população.

Nesse sentido, o Plano de Ação pressupõe a participação popular e o envolvimento de entidades locais em todas as suas fases; é ela que dá legitimidade ao plano para impor ao próprio Estado a transformação e retomada de sua presença nas periferias das cidades. O Estado que se quer no espaço da exclusão social deve ter outra presença, com programas, metas e agentes coordenados entre si e avaliados por indicadores, associando vários setores e mesmo várias esferas de governo para garantir à população o acesso à moradia digna, ao emprego, e aos serviços de educação, saúde, transporte, saneamento, atividades culturais e esportivas¹. Também nesse sentido, um diagnóstico preciso e aproximado das demandas da população local é essencial para a elaboração de um plano que alcance efetivamente os problemas reais.

Evidentemente, o contínuo crescimento das periferias paulistanas em detrimento do esvaziamento das áreas centrais – onde se concentram atividades econômicas, infraestrutura e mais de cem mil imóveis vazios - deixa claro que os Planos de Ação nos limites de expansão do município não podem ser a principal ação de política urbana para reverter a cidade desigual, que, incapaz de expandir emprego e renda, promove em São Paulo uma migração interna de sinal invertido, em direção às áreas com menos oportunidades de trabalho e desenvolvimento humano. A reversão desta migração à pobreza só pode acontecer com a provisão de habitações de interesse social nas áreas centrais e intermediárias da cidade.

No entanto, uma política pública de provisão habitacional nas áreas centrais não é suficiente, nem a curto nem a médio prazo, para diminuir a situação de exclusão a que é relegada a população da periferia. As massas deslocadas para as favelas e loteamentos periféricos já uniram seus destinos à orientação pública historicamente deliberada de precariedade das redes de transporte, comércio, equipamentos públicos e infraestrutura nessas regiões.

Porque é realidade presente e cotidiana nestas regiões, a violência urbana, componente e índice da exclusão social, é um tema cujo enfrentamento é inevitável para os Planos de Ação Habitacional e Urbano. Ainda que o ambiente construído não seja a única fonte estimuladora da violência urbana, estima-se que a melhoria da qualidade do *habitat* – entendido não só quanto à questão do abrigo, mas de todos os aspectos urbanos que garantam melhores níveis de qualidade de vida – tem um impacto positivo nos índices de violência, justamente por ter um impacto positivo nos indicadores de exclusão social.

Em última instância, as raízes da exclusão sócio-espacial e da violência urbana podem ser levadas até o cenário econômico global e os problemas históricos da formação da sociedade e do Estado brasileiro. Por isso, como já observado na Metodologia do Plano de Ação (LabHab, 2002),

“é preciso destacar as limitações que tem uma administração municipal para reverter um quadro construído por tendências históricas profundamente arraigadas. Some-se a essa dificuldade a crise econômica vivida pelo país nos anos 80 e 90 e some-se ainda a descontinuidade nas orientações das gestões públicas em todos os níveis da federação”.

A formação da exclusão espacial em São Paulo esboçada a seguir fornece o pano de fundo para o diagnóstico do Plano de Ação ora apresentado. Assim, cada aspecto da condição

urbana dos distritos do plano busca se referenciar em indicadores para articular-se com uma proposta de ação habitacional e urbanística. O papel do diagnóstico, portanto, é dar condições de entendimento não só à ação no ambiente construído, como também ao conjunto das políticas de governo implementadas nas periferias da cidade. Assim, cabe ao diagnóstico considerar e espacializar os aspectos sociais, culturais, econômicos, ambientais e de segurança pública relacionados ao ambiente construído.

Por fim, o envolvimento da população no processo é fundamental, como já dito, para se chegar até os verdadeiros problemas a enfrentar em cada um dos distritos do plano. Para tanto, é preciso desenvolver o processo participativo como uma experiência pedagógica de construção de sujeitos formados e informados para a participação e capacitados para eleger prioridades, implementar e gerir o Plano de Ação. Ainda que sob pressão do pouco tempo, que não favorece o processo participativo, buscou-se estruturar cada um dos diagnósticos a partir dos principais elementos apontados pela população local, segundo formatos que variaram um pouco para cada uma das áreas em função da especificidade da dinâmica social e política de cada região.

A lógica da cidade desigual

A cidade de São Paulo carrega a marca de uma unidade contraditória: a fratura social de um país que combinou o atraso com a modernidade sem superar a herança colonial de arcaicas relações de trabalho e de posse de terra.

No âmbito do trabalho, a substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalhador livre não implicou no estabelecimento do trabalho assalariado nos moldes do capitalismo central, mas

na instauração de um “liberalismo de possuidores” marcado pela dominação pessoal e a troca de favores. No âmbito da terra, quando é findado em 1850 o tráfico negreiro, a Lei de Terras institui a propriedade das terras devolutas apenas mediante compra e venda, dando-lhes um valor que não tinham até então. Afastava-se assim, a possibilidade de tornar proprietários de terra imigrantes e escravos, agora jogados num mercado de trabalho.

Essa dupla condição da terra e do trabalho, historicamente consolidada por um aparato legal e um mercado imobiliário controlado pelas elites, formou a base arcaica sobre a qual se assentou, quase um século depois, a industrialização de São Paulo. Um novo modelo de produção, segundo Francisco de Oliveira “simultaneamente industrial e urbano”, aprofunda a divisão social do trabalho da economia agro-exportadora que se enfraquecia.

“A acumulação industrial dispara, e a acumulação urbana fica sempre retrasada; o dilema ou a contradição se resolve mediante a utilização do extenso exército industrial de reserva como fornecedor de serviços; emergem, com novo e redobrado vigor, as classes trabalhadoras urbanas, proletárias propriamente ditas, e a burguesia industrial dirige crescente e sistematicamente o aparato do Estado. Estão em cena contendores urbanos por excelência”. (Oliveira, 1977:71)

Nos anos 30, a exigência da propriedade legal do terreno urbano, entre outras medidas indicadas pelas normas do Código Municipal de São Paulo, é exemplo de como o aparato estatal afastava a população pobre do mercado formal (Maricato, 1996). A provisão habitacional, então realizada pela iniciativa privada através da moradia de aluguel, se limitava em sua maior parte à construção de cortiços. Quando estes se tornavam obstáculos para as iniciativas de renovação ur-

bana conduzidas para áreas mais nobres da cidade, eram demolidos e a “massa sobrando” obrigada a se deslocar para as áreas menos valorizadas pelo mercado (Villaça, 1986).

O estímulo à propriedade privada do imóvel urbano decorrente da Lei do Inquilinato de Vargas, que congela os aluguéis em 1942, apenas intensifica a segregação urbana dos pobres nos loteamentos de periferia. É justamente na era Vargas que se retira em definitivo da burguesia urbana a responsabilidade de reverter o déficit habitacional do país, que passa a ser um problema social a ser enfrentado no âmbito da política pública estatal (Bonduki, 1998). Paradoxalmente, a hegemonia dessa mesma burguesia sobre o aparato estatal, assentada na “industrialização com baixos salários” vai impedir a implantação de tal política. O significativo crescimento do PIB, seja durante o populismo desenvolvimentista ou durante o regime militar, não impede o aprofundamento das desigualdades sociais e da pobreza, em função de modelos altamente concentradores da renda.

A submissão da terra urbana aos capitais de promoção, construção e financiamento imobiliário não se dá de forma homogênea por toda a cidade (Maricato, 1996). Enquanto a periferia de São Paulo expandia seus limites e abrigava o enorme contingente populacional que migra ao longo dos anos 60 e 70, o mercado formal se restringia a uma parcela da cidade e deixava em seu interior grande quantidade de terrenos vazios. Kowarick e Campanário (1984) mostram que, entre 1950 e 1980 houve um aumento de nove vezes a mancha urbana da metrópole paulista enquanto, neste mesmo período, a população se multiplicou por 4,5 vezes. Em 1976, a terra retida para fins especulativos no município de São Paulo atingia 43% da área disponível para edificação. Somente em 1980 as áreas periféricas da cidade aumentaram em 480 km², permanecendo desprovidas dos serviços urbanos essenciais à repro-

dução da força de trabalho.

O crescimento periférico da cidade industrial brasileira se dá paradoxalmente pela ação deliberada do Estado: Os governos desenvolvimentistas estimularam soluções habitacionais de baixo custo nas periferias, por serem adequadas ao modelo do capitalismo brasileiro, mantendo baixos os custos de reprodução da força de trabalho, viabilizando assim o investimento na industrialização (Bonduki, 1998). Na visão conservadora, o limite até o qual se pode rebaixar as condições de reprodução do trabalho assalariado nas cidades é a garantia mínima de coesão social. Como argumentou a deputada Sandra Cavalcanti em carta ao presidente Castello Branco,

“...achamos que a revolução vai necessitar agir vigorosamente junto às massas. Elas estão órfãs e magoadas, de modo que nós vamos ter que nos esforçar para devolver a elas uma certa alegria. Penso que as soluções de moradia, pelo menos nos grandes centros, atuará de forma amenizadora...” (Villaça, 1986).

É explicável, portanto, o esforço do regime militar em promover grandes conjuntos habitacionais na periferia através do Sistema Financeiro de Habitação e do Banco Nacional de Habitação, responsáveis pela produção de 4,8 milhões novas habitações populares até 1986. Entretanto, relativamente poucas destas novas habitações chegaram à população com renda abaixo de 5 salários-mínimos. Assim, o financiamento estatal foi fomentador de um mercado de habitação de recorte capitalista e concentrador da renda, ao invés de dar suporte a alternativas com maior participação do Estado no controle da habitação de interesse social, como a locação social, fartamente empregada na Europa a partir do pós-guerra (Maricato, 1996).

Como destacou a equipe da Assessoria Técnica Usina no Pré-diagnóstico do Programa Bairro Legal, a produção do espaço

em Cidade Tiradentes, principal setor de provisão habitacional estatal na cidade na década de 70, “teve como protagonista, antes de tudo, o Estado” e apesar de ser “cidade formal, planejada, legal, financiada por recursos públicos”, se encontra a 35 km a leste do centro da cidade, em condições de infra-estrutura urbana mínimas, e desconectada da cidade formal.

Do cortiço do imigrante do início do século XX à propriedade clandestina do migrante nordestino, terra e trabalho sempre segregaram na cidade as classes populares. A figura final desta longa história se repete com variação apenas quantitativa nas periferias de São Paulo e das metrópoles brasileiras: assentamentos humanos excluídos do mercado formal (e, portanto, das representações da cidade que fazem as suas elites), onde predominam, na escala da habitação, a casa auto-construída em loteamentos irregulares e favelas ou o apartamento precário em conjuntos habitacionais, e, na escala do bairro, o transporte por ônibus num sistema viário fragmentado em trajetos típicos de bairros dormitórios, pontuados por poucos equipamentos ou serviços públicos.

O quadro atual

Neste início de século, muito embora os índices do IBGE tenham mostrado, desde 1940, alguns importantes avanços, como o aumento da expectativa de vida e da escolaridade, continua monumental o desafio para a administração municipal de equacionar a histórica produção desigual do espaço da cidade de São Paulo e o quase inalterado déficit de moradia para a população de baixa renda.

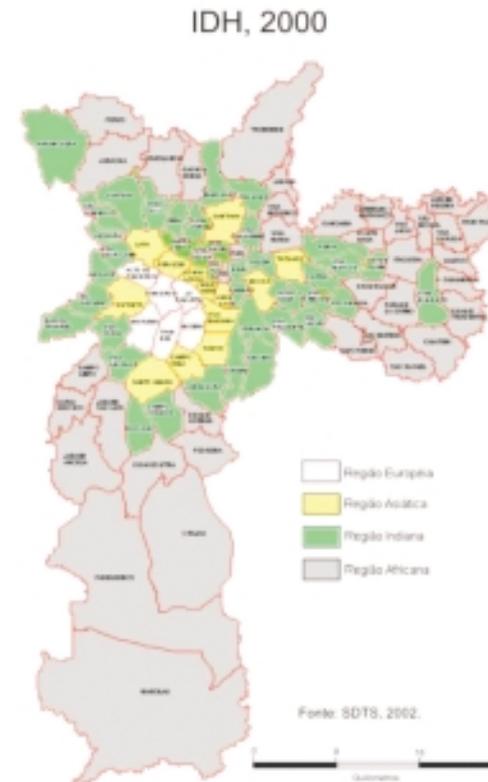
Segundo a Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, em 2000, 589 mil chefes de domicílios na

cidade eram pobres, o que representava 19,7% dos quase 3 milhões de domicílios recenseados naquele ano, um quadro pior do que o de 1991, quando essa porcentagem era de 19,4% dos 2,54 milhões de domicílios recenseados. Esse aumento da pobreza se deve à queda significativa do crescimento econômico nos anos 80 e 90, em uma sociedade já desigual (média 1,3% ao ano nos anos 80 e 2,1% ao ano entre 1990 e 1998), o que aprofundou a exclusão social. Houve forte redução nos postos de trabalho e conseqüente aumento do desemprego e acentuada precarização das relações de trabalho. Dados do Seade-Dieese² apontam para um crescimento significativo do setor informal na cidade de São Paulo, que estaria, no ano 2000, em torno de 48,8% da população ativa.

A distribuição da pobreza no município segue a lógica da estruturação da cidade desigual. A mesma Secretaria calculou para cada distrito municipal de São Paulo (seguindo metodologia formulada pelo IPEA) o seu Índice de Desenvolvimento Humano. O IDH é um índice que combina variáveis de saúde, educação e renda, de modo a permitir a classificação de políticas públicas por países e regiões mundiais. Como mostra o Mapa 1, as franjas periféricas da cidade apresentam índices comparáveis aos dos países africanos (abaixo de 0,5), enquanto a área central tem índices comparáveis aos europeus.

A grande diminuição de residentes nos distritos centrais levou a uma desaceleração do crescimento populacional de São Paulo entre 1991 e 2000. Esta diminuição esconde o fato dos distritos periféricos continuarem a crescer com regularidade a taxas de cerca de 4% ao ano. Como mostra o mapa abaixo, o incremento populacional anual no município de São Paulo na década de 90 foi de 0,88%, um aumento de 788 mil habitantes ao ano, concentrado nos distritos periféricos. Segundo a

Mapa 01: Distritos Municipais de São Paulo classificados segundo o índice de desenvolvimento humano - 2000



Fonte: SDTS/PMSP, 2002.

Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, "há indícios de que a população migrou para regiões com baixos índices de bem-estar social", deslocando-se dos bairros centrais mais ricos para os periféricos mais pobres. Para a população pobre da cidade de São Paulo, os anos da estabilização

monetária resultaram em uma “década perdida”, tanto quanto a década de 80, marcada pela recessão econômica e da hiperinflação.

Tabela 01: Distritos IDH de São Paulo – população residente, chefes de família pobres e mortes violentas, 1991/2000

Distritos Municipais	População residente				Chefes de família pobres				Mortes violentas			
	1991		2000		1991		2000		1991		2000	
Distritos europeus	457.001	4,74%	378.438	3,46%	10.244	2,08%	8.738	1,48%	146	2,70%	80	1,23%
Distritos asiáticos	1.377.755	14,28%	1.102.304	10,07%	40.909	8,32%	31.459	5,34%	462	8,56%	322	4,95%
Distritos indianos	3.074.767	32,97%	3.299.437	31,10%	173.218	35,22%	164.019	27,83%	1.561	28,91%	1.562	24,02%
Distritos africanos	4.222.927	48,01%	5.654.073	55,38%	267.457	54,38%	385.195	65,35%	3.230	59,83%	4.539	69,80%
Total	9.646.185	100%	10.434.252	100%	491.828	100%	589.411	100%	5.399	100%	6.503	100%

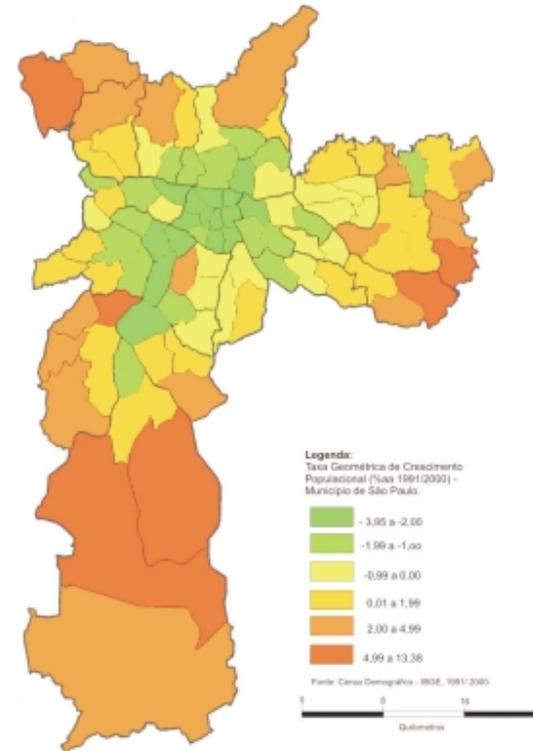
↑ 8,17%
↑ 19,84%
↑ 20,45%

Fonte SDTS, PMSP, 2002.

Nesse cenário, vale observar que o aumento da pobreza e da violência – em sua forma de expressão mais trágica, a morte violenta – no município de São Paulo, se deu em proporções maiores que o crescimento do número dos domicílios, e se concentrou unicamente nos distritos de menor desenvolvimento humano, da periferia, onde hoje vive mais da metade dos paulistanos. Os levantamentos tanto do PRO-AIM, quanto do INFOCRIM mostram que foi nas regiões de maior pobreza que se registrou um aumento mais significativo das mortes violentas, causadas por homicídios e acidentes de trânsito.

Nos distritos periféricos, o Estado não consegue fazer a mediação dos conflitos por meio de normas sociais minimamente eficazes, o que acarreta soluções com recursos que cada um dispõe, a lei (não a norma jurídica) sendo imposta pelo mais forte. Nesse cenário o poder alcançado pelo tráfico de drogas é significativo. *“Periferia é periferia, aqui meu irmão, é cada*

Mapa 02: Distritos Municipais de São Paulo: Taxa de crescimento populacional 1991 / 2000



Fonte: IBGE, 1991, 2000.

*um por si*³: a poesia do movimento Hip-Hop evidencia a condição de “terra de ninguém” que marca esses territórios, alimentando a noção de uma “cidade partida” (Ventura, 1994). Além disso, como foi ressaltado na Metodologia para o Plano de Ação do Bairro Legal (LabHab, 2002), a ilegalidade na resolução dos

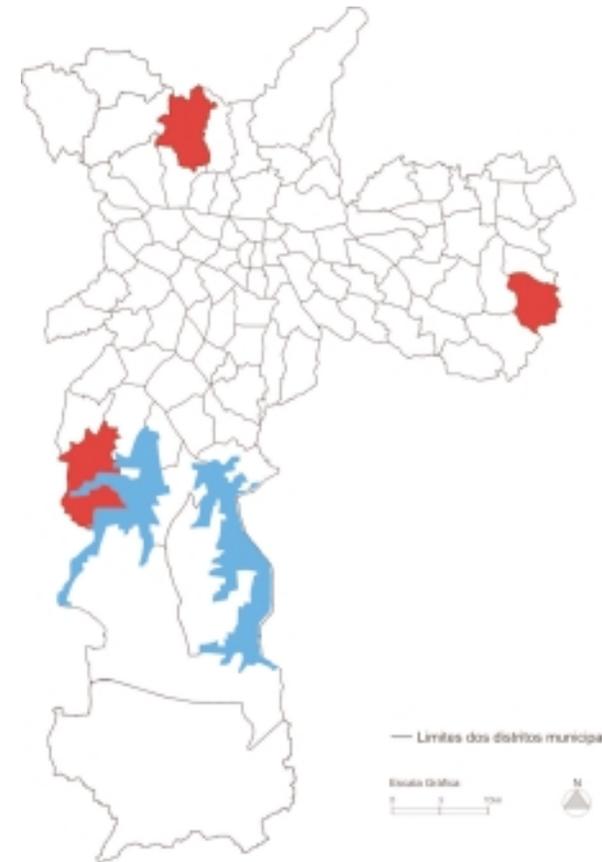
conflitos e na ação da polícia é complementada pela ilegalidade urbanística. A desigualdade na frequência e qualidade dos serviços de manutenção e zeladoria urbanos como varrição de ruas, poda de árvores, desentupimento de bueiros, manutenção de parques e áreas públicas, controle e fiscalização de uso e ocupação do solo mostram o quanto a cidade ilegal é discriminada. Quando o Estado está presente nesses espaços, o faz com práticas clientelistas e paternalistas, e através da ação repressora, arbitrária e corrupta de parte da polícia (Zaluar, 2000).

Vale observar que, a despeito desse quadro dramático, as últimas gestões sempre favoreceram sobremaneira, na aplicação dos investimentos públicos, os interesses do capital imobiliário interessado em produzir, sempre no privilegiado quadrante sudoeste, as chamadas “centralidades terciárias” supostamente necessárias para garantir a “inserção global” da cidade no novo e competitivo cenário econômico mundial. Pesquisas recentes do LabHab-FAUUSP mostram que cerca de R\$ 4 bilhões de reais de dinheiro público foram investidos, entre 1994 e 1998, em torno da restrita área formada pelas avenidas Nações Unidas, Faria Lima, Juscelino Kubitschek e Águas Espraiadas. Essa forte canalização dos recursos públicos, decorrente seja de um perigoso deslumbramento para com os supostos novos cenários de “inserção na economia globalizada”, seja da proximidade do Estado com os interesses dos setores imobiliários, traço característico do patrimonialismo brasileiro, se reverte na ausência de investimentos nas periferias. Ao propor uma ação de política pública centrada justamente nesses bairros periféricos, a Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano marca uma importante inflexão nesse cenário.

Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela

Os distritos de Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela

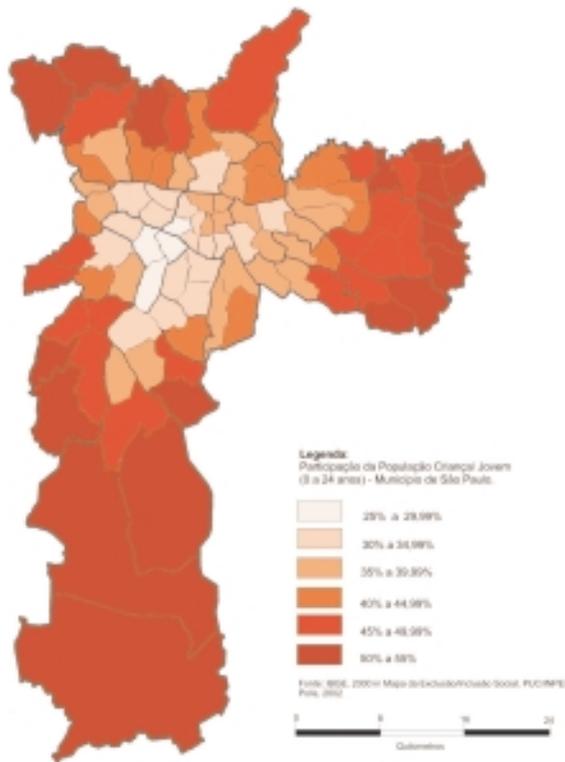
Mapa 03: Distritos Municipais de São Paulo – Distritos do Programa Bairro Legal



Fonte: LABHAB, 2002.

foram os escolhidos para a implementação dos primeiros Planos de Ação Habitacional e Urbana do Programa Bairro Legal por apresentarem, em três regiões distintas da extrema periferia da cidade, os índices mais alarmantes de exclusão social

Mapa 04: Distritos Municipais de São Paulo - Participação da população de 0-24 anos no conjunto da população - 2000



Fonte: IBGE, 2000.

e violência urbana.

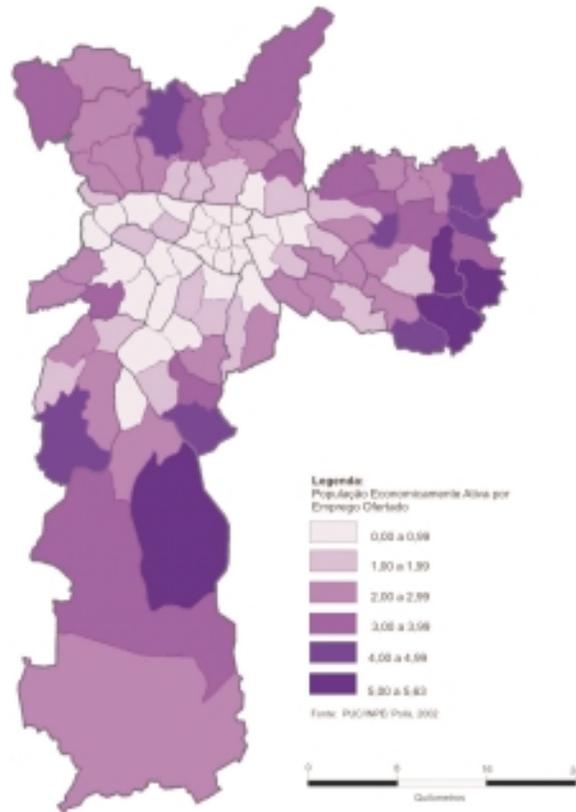
Tal quadro de extrema exclusão social, desamparo econômico e violência toma proporções ainda mais graves porque se trata, no três distritos, de uma situação que atinge as gerações

futuras. A população de Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela é composta predominantemente por jovens. No distrito Jardim Ângela 52,9% da população possui menos de 24 anos; dado comparável aos 50,87% em Brasilândia e 53,65% em Cidade Tiradentes. Se nos distritos centrais de Pinheiros e da Consolação a população acima dos 70 anos representa 10,99% e 11,10% respectivamente, essa porcentagem cai para 1,19%, 2,25% e 1,04% do total da população dos distritos de Jardim Ângela, Brasilândia e Cidade Tiradentes.

Por ter grande número de jovens, os distritos apresentam também uma porcentagem de População Economicamente Ativa (PEA) relativamente alta: 60,17% no Jardim Ângela, 65,47% em Brasilândia e 56,38% em Cidade Tiradentes. Entretanto, na análise da relação entre PEA e empregos ofertados nos três distritos, há uma relação clara entre distritos periféricos e menor número de empregos ofertados por PEA. No Jardim Ângela, há 4,41 habitantes por emprego ofertado, um índice próximo dos 4,43 hab./emprego em Brasilândia e 5,63 em Cidade Tiradentes. Uma relação que se repete, invariavelmente, em todos os distritos periféricos: Iguatemi (5,51), Grajaú (5,30), Lajeado (5,08), Pedreira (4,93), São Rafael (4,43), Vila Curuçá (4,21), Parque do Carmo (4,20) e Sapopemba (4,07). O desequilíbrio socioeconômico e espacial que tais índices representam fica claro na relação de habitantes por emprego ofertado nos distritos centrais, que apresentam um decréscimo populacional: nestes, há mais empregos ofertados do que a quantidade de PEA existente na região. No Brás, são 0,30 habitantes por emprego ofertado, sendo 0,22 na Barra Funda e 0,44 no Pari.

O mercado informal está presente e disseminado por todos os bairros nos bares, pequenos bazares e mercearias, camelôs nas centralidades locais. Por sua vez, o tráfico de drogas encon-

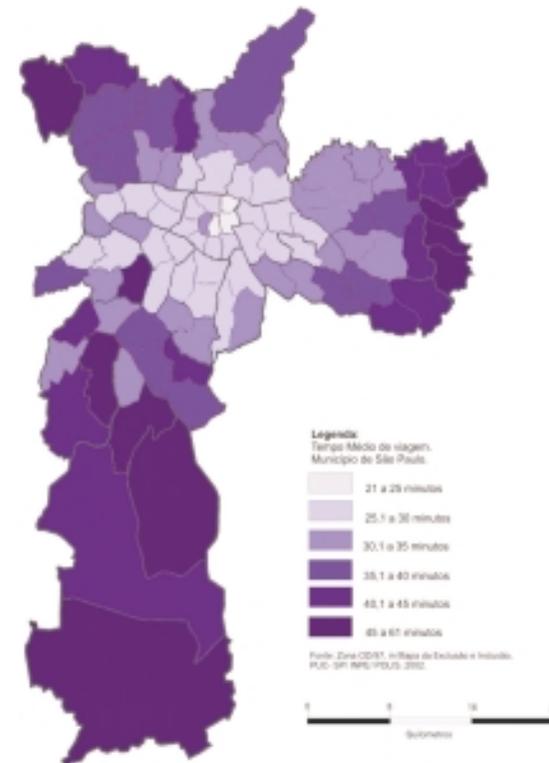
Mapa 05: Distritos Municipais de São Paulo - População Economicamente Ativa / Empregos Ofertados - 2000



Fonte: PUC, INPE, POLIS, 2002.

tra nessas periferias o cenário ideal para sua estruturação, e constitui inequivocamente também um mercado de trabalho informal com alto nível de remuneração para uma população jovem e quase sem perspectivas profissionais. Além disso, o emprego, quando encontrado, é insuficiente para garantir uma

Mapa 06: Distritos Municipais de São Paulo Tempo médio de viagem - 2000



Fonte: Pesquisa OD 97 in Mapa da Exclusão / Inclusão Social PUC, INPE, POLIS, 2002.

boa condição de renda ou para apontar para uma possibilidade de superação da condição de exclusão social.

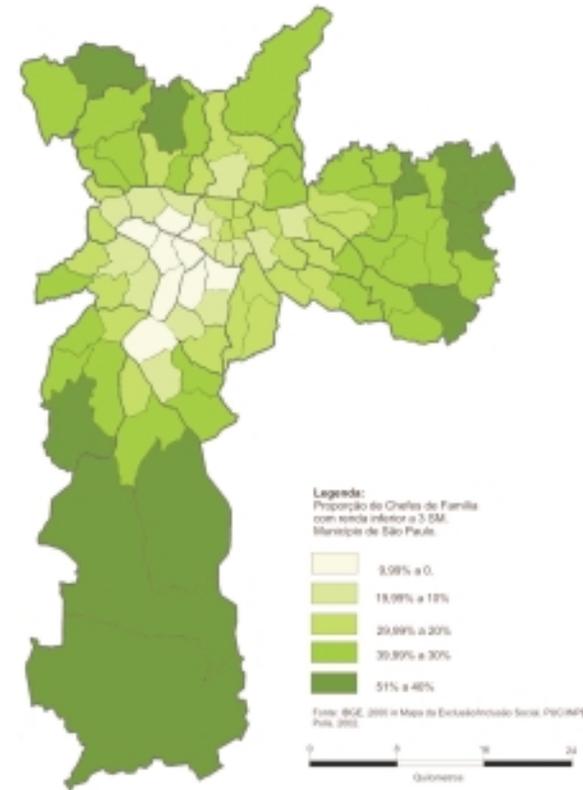
Outra consequência da cidade desigual, que se estruturou segregando as classes populares do centro econômico mais ativo

e formal, é a dificuldade nos deslocamentos casa-trabalho-casa. As alternativas de transporte público nas periferias e mesmo a própria estrutura viária são precárias. Como mostram os dados de tempo de deslocamento extraídos da pesquisa OD/97, gasta-se um tempo considerável – muito acima do aceitável em condições dignas de qualidade de vida – para a população moradora em áreas distantes do centro chegar ao destino de trabalho.

Os distritos do Bairro Legal são uma demonstração da correlação entre baixa renda e baixa escolaridade das pessoas responsáveis pelos domicílios. O Jardim Ângela está entre os distritos que apresentam a maior proporção de chefes de família com renda inferior a 3 salários mínimos - 42,89% - e a menor proporção dos que recebem mais de 20 salários mínimos - 0,43%⁴, situação compartilhada com Cidade Tiradentes, onde 39,92% recebem até 3 SM e 0,27% recebem mais de 20 SM, e Brasilândia, com 41,10% e 0,93%, respectivamente. Estes números se invertem nos distritos que apresentam os indicadores mais positivos de inclusão social e qualidade de vida: Alto de Pinheiros tem 45,96% dos chefes de família ganhando mais de 20 SM e apenas 7,09% recebendo menos de 3 SM. No Itaim Bibi, a proporção é de 43,07% e 6,20%, no Jardim Paulista, de 48,84% e 3,22%, em Pinheiros, de 40,02% e 6,73%, no Morumbi, de 51,21% e 10,16%, e em Moema, de 53,42% e 3,04%.

Quanto à escolaridade Jardim Ângela, Brasilândia e Cidade Tiradentes têm níveis entre os mais baixos de escolaridade do chefe de família do município, apresentando, respectivamente, 26,02%, 25,61% e 20% dos chefes de família com menos de 3 anos de estudo. Novamente, a contradição da metrópole desigual é flagrante nesse aspecto. Nos distritos de alta renda, a maior parte dos chefes de família tem mais de 15 anos de estudo: Alto de Pinheiros (48,56%), Itaim Bibi (51,52%), Jar-

Mapa 07: Distritos Municipais de São Paulo - Proporção de Chefes de Família com Renda Inferior a 3 SM - 2000

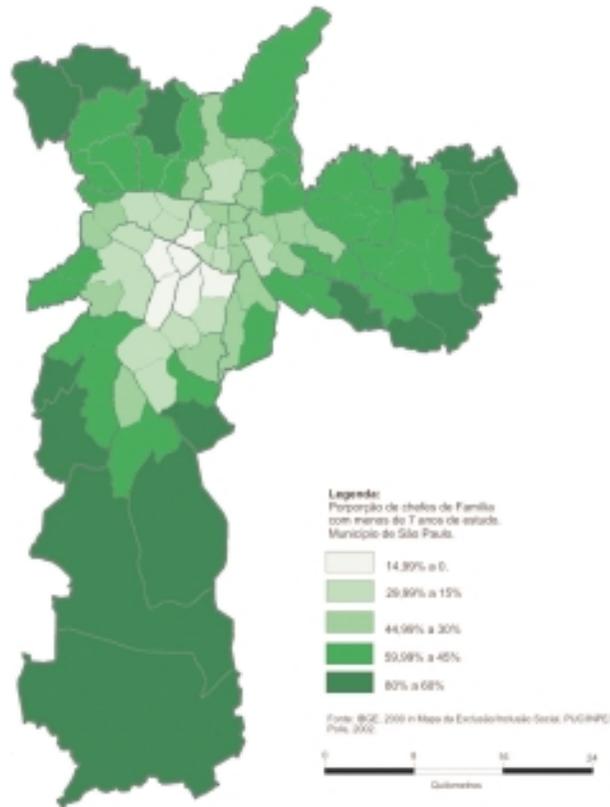


Fonte: IBGE 2000 in Mapa da Exclusão / Inclusão Social PUC, INPE, POLIS, 2002.

dim Paulista (59,46%), Pinheiros (51,97%), Morumbi (45,66%), Moema (60,15%).

Como foi apresentado nos Pré-diagnósticos, a situação de exclusão social é também reforçada pela inexistência ou deficiên-

Mapa 08: Distritos Municipais de São Paulo - Proporção de Chefes de Família com menos de 7 anos de estudo - 2000



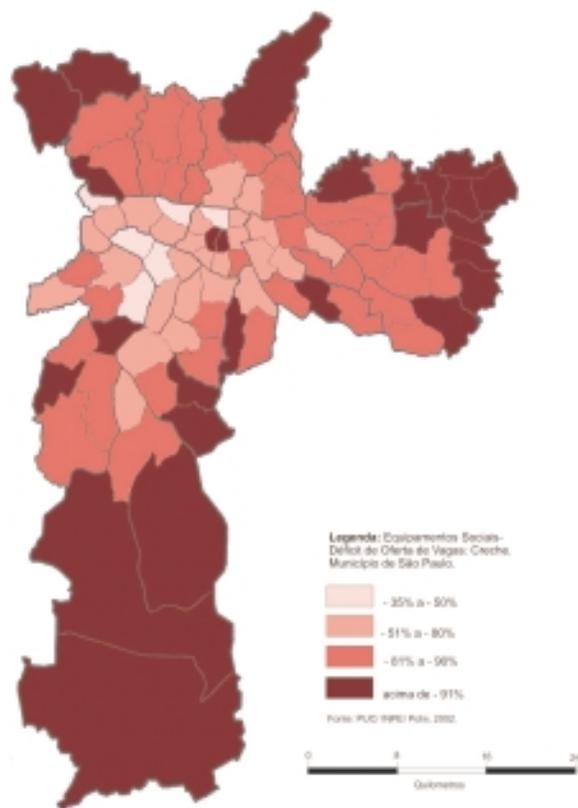
Fonte: IBGE 2000 in Mapa da Exclusão / Inclusão Social PUC, INPE, POLIS, 2002.

cia no acesso a serviços públicos essenciais à manutenção da vida e reprodução social. A carência de equipamentos públicos é generalizada na cidade, mas é nas periferias, onde a população não pode assumir os custos do atendimento privado, que os déficits são mais dramáticos.

O atendimento de creches é o serviço mais deficitário, não só nos distritos que apresentam precariedade de oferta de serviços sociais em geral, mas em toda a cidade. O único distrito que apresenta superávit de vagas é Barra Funda com 24,28%, taxa talvez explicada pelo esvaziamento dos distritos das áreas mais centrais da cidade. Todos os demais se apresentam insuficientes para atender a demanda local. Os mais altos déficits aparecem nos distritos da Zona Leste, como Itaquera, com -94,47%; Jardim Helena com -94,47%; Lajeado com -92,18%; Itaim Paulista com -93,80% e Cidade Tiradentes com -94,12%. As Zonas Norte e Sul, também apresentam distritos com altos déficits. Na região Norte pode-se destacar: Perus com -94,79%; Anhanguera com -93,27%; Cangaíba com -92,19% e Brasilândia com -86,92%. Na Zona Sul, destaca-se -93,45% em Pedreira, -91,90% no Grajaú, -92,64% no Capão Redondo. O distrito Jardim Ângela, apresenta déficit de -86,92%.

A oferta de ensino infantil é melhor do que a apresentada pelas creches na cidade de São Paulo. Para este serviço é possível identificar variações mais homogêneas. Visivelmente a Zona Central é mais bem servida pela oferta de educação infantil e alguns distritos chegam a apresentar superávits – são distritos com grandes perdas de população e concentração de pessoas adultas e idosas. A Zona Leste é a região que apresenta os maiores déficits do município: Parque do Carmo (-86,04%), Lajeado (-78,81%), Jardim Helena (-71,05%) e Itaim Paulista (-71,93%). Cidade Tiradentes tem déficit de -27,11%. Brasilândia apresenta -50,24%. Na Zona Sul, o distrito de Jardim Ângela não apresenta o maior déficit da região, apesar de ser elevado, com -66,45%. Distritos como Parelheiros, Pedreira, Grajaú e Vila Andrade (compreende a favela Paraisópolis), apresentam os maiores déficits: -86,63%, -74,53%, -74,94% e -73,69%, respectivamente. Destacam-se alguns superávits como 51,93% no Butantã, 44,89% em Santo Amaro, 31,21% no Morumbi e 29,95% em Socorro, lembrando

Mapa 09: Distritos Municipais de São Paulo - Déficit da va-
gas: creches e equipamentos sociais - 2000

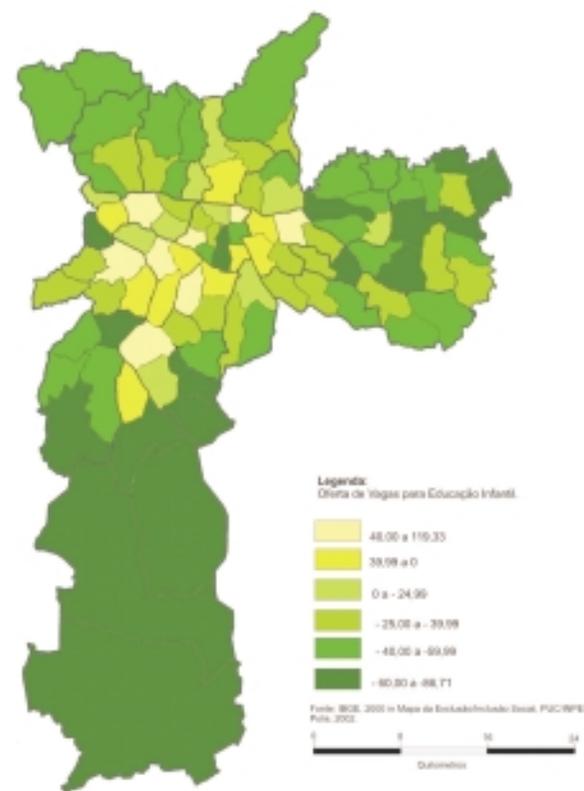


Fonte: Mapa da Exclusão / Inclusão Social PUC, INPE,
POLIS, 2002.

que neste dado estão inclusas as vagas no ensino privado.

A respeito dos equipamentos de saúde, os maiores déficits são apresentados na Zona Sul da cidade, em especial no distrito de Grajaú, com -10,60%. O distrito de Jardim Ângela, que apre-

Mapa 10: Distritos Municipais de São Paulo - Déficit da ofer-
ta de vagas: ensino infantil - 2000

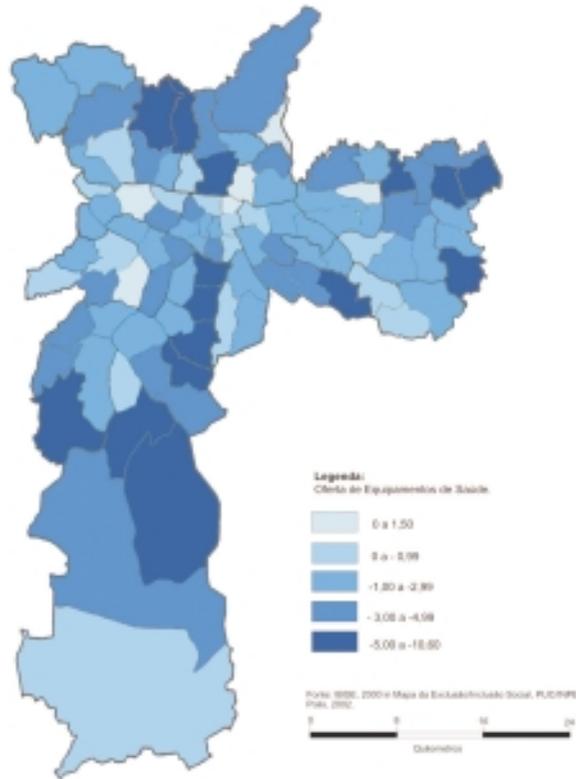


Fonte: Mapa da Exclusão / Inclusão Social PUC, INPE,
POLIS, 2002.

senta -5,19% de déficit, está entre as 15 piores ofertas da cidade. Os demais distritos da região que apresentam grandes déficits são: Cidade Dutra com -6,50%, e Cidade Ademar com -5,16%. Na zona Sudeste, que também apresenta grandes déficits, destacam-se Sapopemba (-9,10%), Jabaquara (-

Mapa 11: Distritos Municipais de São Paulo - Déficit da oferta de vagas em equipamentos de saúde - 2000

os maiores déficits se encontram em Brasilândia, com -6,35%, Cachoeirinha (-5,38%) e Santana (-5,25%).



Fonte: Mapa da Exclusão / Inclusão Social PUC, INPE, POLIS, 2002.

7,71%), Vila Mariana (-6,18%) e Saúde (-5,90%), os dois últimos caracterizados como regiões consolidadas da cidade. Na Zona Leste, os piores quadros se dão nos distritos de Vila Curuçá com -6,31%, no Jardim Paulista com -5,63%, Cidade Tiradentes com -5,53% e Vila Jacuí, com -5,08%. Por fim, na Zona Norte



2. Introdução do Diagnóstico



2. Introdução do Diagnóstico

O texto que segue apresenta o diagnóstico elaborado pelo LabHab sobre a situação atual do Distrito do Jardim Ângela. O diagnóstico é parte essencial dos procedimentos metodológicos necessários à elaboração do Plano de Ação, de forma que ele alcance efetivamente os problemas reais da região. Como apontado na apresentação, o Plano de Ação se diferencia de procedimentos de planejamento mais tradicionais por tentar prioritariamente estabelecer um vínculo entre as esferas de planejamento e gestão e permitir a implementação de propostas efetivamente conectadas às demandas locais mais prementes. Assim, o Plano de Ação depende do envolvimento da sociedade civil local, em cada uma de suas fases (incluindo o diagnóstico), para apontar os problemas mais graves, a localização esperada dos investimentos estatais, e dando-lhe assim legitimidade para promover a transformação local e consolidar a retomada da presença do poder público nas periferias das cidades.

Este diagnóstico se estrutura em torno de alguns **temas centrais, oriundos das questões apontadas nas oficinas participativas**, sobrepostos aos levantamentos feitos a partir de fontes secundárias, órgãos setoriais e secretarias municipais e estaduais. Em primeiro lugar, apresenta-se o **processo participativo** em si, as dinâmicas pensadas e a forma como elas se desenvolveram junto à população local. Em segundo lugar, este diagnóstico apresenta um breve **histórico** sobre a formação urbana, nos moldes do discutido na apresentação, porém para a realidade específica da região do Jardim Ângela. O ponto seguinte aborda as questões do **habitat** propriamente dito, ou seja, todos os aspectos relativos ao abrigo humano, ao ambiente construído e às condições necessárias a uma qualidade digna de vida. A seguir, são trata-

das as questões relativas ao **saneamento ambiental**, aspecto especialmente sensível em uma região quase totalmente inserida em área de proteção aos mananciais. Os aspectos de **acessibilidade e mobilidade** são tratados em seguida e, por fim, a questão da **presença do Estado quanto a outras políticas públicas**, em setores não diretamente ligados ao ambiente construído, mas essenciais para a melhoria das condições de vida urbana, como saúde, educação, etc.

A questão da **violência** mereceu uma seção especial. Vale notar que a questão motivadora do Plano de Ação, como mostra a Metodologia do Plano (LabHab, 2003), foi justamente o ambiente de violência com que se deparam as regiões de extrema exclusão sócio-econômica na cidade de São Paulo. Considerando-se o elemento que expressa mais dramaticamente a violência, a saber as mortes violentas por homicídio, dados do PRO-AIM e do INFOCRIM apontam inegavelmente para índices de violência substancialmente maiores nas áreas periféricas em comparação com os bairros de classe alta, onde ocorrem menos crimes, e onde são assassinados menos residentes.

O Plano de Ação não pretende ser, evidentemente, um plano de redução da violência, mas sim um plano de ação urbanístico e habitacional para reduzir a exclusão sócio-espacial e melhorar a qualidade de vida na região. Aceita-se que a questão da violência seja muito ampla nas suas causas, considerando-se como estruturais: a ausência dos direitos fundamentais de cidadania e os desequilíbrios históricos da formação da sociedade. Assim, já na metodologia se reconhecia que “o ambiente construído está longe de constituir a única fonte estimuladora da violência urbana”. Entretanto, isso não implica renunciar à idéia de que muitos aspectos da violência podem estar ligados à qualidade de vida e do ambiente construído, o que nos obriga a verificar algumas questões: em que medida podem existir correlações entre a situação de exclusão sócio-espacial

e a ocorrência de índices significativos de violência? Qual a possibilidade de que ações de âmbito essencialmente urbanístico e habitacional possam contribuir para a sua redução? Tais questões não poderiam ser respondidas se não houvesse neste diagnóstico uma preocupação especial em verificar, empiricamente, a realidade da violência no distrito de Jardim Ângela.

Os eixos estruturadores sobre os quais este diagnóstico se organiza serão a base para a elaboração das diretrizes de ação, na próxima etapa do plano. Por isso, este documento é também um prognóstico, apontando os caminhos a seguir que eventualmente se evidenciem já no levantamento da realidade do distrito. Busca-se assim fugir do vício acadêmico de se compilar um volume importante de informações sem que se saiba exatamente o que fazer delas. Para cada seção, são apontados, em quadros separados intitulados “Prognóstico”, os aspectos mais relevantes a se considerar na próxima etapa do Plano de Ação.

Há, enfim, um último aspecto a se considerar. A elaboração do diagnóstico foi bastante dificultada pela complexidade em se definir o melhor recorte geográfico para apreender as dinâmicas intra-districtais. Algumas instituições trabalham a partir dos setores censitários, criados pelo IBGE, que têm seus limites definidos pelo número de domicílios. Há outros recortes possíveis, como por exemplo as bacias e sub-bacias hidrográficas. Cada uma dessas delimitações é tecnicamente útil para a verificação de determinados indicadores. Ainda assim, não permitem a apreensão daquela que é a unidade de referência, o recorte de identificação espacial do morador da região. Essa delimitação é extremamente importante, pois é a partir dela que geralmente se compõem as dinâmicas sociais, os agrupamentos comerciais, os territórios de influência do tráfico, e assim por diante.

Nesse sentido, o loteamento - ou bairro - ganha importância significativa para se entender as dinâmicas sócio-espaciais no Jardim Ângela. Nos processos participativos de discussão sobre a realidade do distrito, os loteamentos eram a referência comum para se entender os deslocamentos, os pólos geradores de renda, as áreas de maior insegurança e violência, etc.

As razões dessa identificação com o bairro podem ser muitas, mas certamente duas delas têm maior peso: em primeiro lugar, os moradores de um mesmo loteamento geralmente chegaram ao local mais ou menos na mesma época, quando da abertura do loteamento. Têm portanto uma história em comum, e as novas gerações compartilham experiências comuns dos pais e avós. Essa vivência geralmente passa, pelo menos para grande parte dos moradores de um mesmo loteamento, pela luta por melhores condições de moradia, pela organização em associações de moradores, etc. São processos que consolidam o tecido social e reforçam as ligações “de bairro”, tanto entre os moradores quanto para efeito da influência do tráfico de drogas ilegais. A segunda razão está intrinsecamente ligada à primeira. Como se trata de uma região inserida em sua quase totalidade na área de proteção aos mananciais, grande parte dos loteamentos, através de suas associações de moradores, abriram ao longo do tempo processos de regularização junto ao RESOLO, a maioria ainda em tramitação. A necessária mobilização para o acompanhamento desses processos reforçou as ligações entre os moradores e a identificação com seu loteamento. Por essas razões, nos deteremos neste diagnóstico mais à noção do “bairro”, ou do “loteamento”, como recorte espacial preferencial, sendo outras classificações utilizadas somente quando necessárias à compreensão de indicadores específicos.

3. Processo Partecipativo



“A questão que nós estamos discutindo é abrangente, porque eu deixo de ver o problema da minha rua e passo a ver o problema da minha rua em relação aos problemas das outras ruas da região, e esse crescimento a gente conseguiu estabelecer nesse processo.”

Cristina Bezerra, Subprefeita de M'Boi Mirim, em oficina do Bairro Legal e Plano Diretor

3. Processo participativo

Após as entrevistas e o levantamento de dados preliminares realizados na etapa do pré-diagnóstico, a equipe do LabHab deu início à elaboração da estratégia para a abordagem participativa na elaboração do diagnóstico do Plano Habitacional e Urbano no Distrito do Jardim Ângela.

A instância local mais contatada até então era o Fórum em Defesa da Vida Contra a Violência (FDVVCV), que reúne diversas entidades locais que militam e se articulam com o objetivo de superar as carências da região e com o fim de buscar formas de promover a vida (prevenir a violência) e melhorar as condições de sobrevivência da maioria da população residente no distrito.

Em dezembro de 2002 a equipe do LabHab solicitou ao FDVVCV que discutisse a possibilidade de participação na elaboração do plano. Em janeiro de 2003, na assembléia do fórum, foi apresentada uma proposta preliminar de trabalho. Embora tenha sido muito bem recebida, o FDVVCV alertou para o desgaste sentido pelos participantes de entidades locais quanto a atividades participativas do poder público que nem sempre geram resultados efetivos, e a baixa credibilidade da população com relação à elaboração de mais um plano. Os participantes questionaram sobre a viabilidade da real implementação do Plano, considerando que muitos outros já tinham sido apresentados, inclusive com a participação da população local, sem que tivessem resultado em posterior execução. Nesta ocasião foi explicitada e questionada também a ausência ou a distância do Estado por meio de equipamentos, serviços, infra-estrutura e políticas públicas e sociais. Lembrou-se também que em diversas outras ocasiões estudantes, pesquisadores, professores e consultores realizaram levantamen-

tos e coleta de dados junto à população e entidades locais e não retornaram com os resultados para o fortalecimento das entidades e atores do distrito.

O quadro e os questionamentos trazidos àquela reunião do FDVVCV mostravam de um lado lucidez, equilíbrio e pertinência dos argumentos e de outro as carências estruturais gravíssimas do distrito e a baixa credibilidade dos governos (nas três esferas), das instituições públicas (incluindo a universidade) e dos órgãos de financiamento e cooperação internacionais.

A equipe do LabHab viu-se então face a um desafio redobrado: elaborar um procedimento envolvendo a participação local, mas evitando desgastes e contribuindo para resgatar a credibilidade das ações técnicas, políticas e participativas relativas a um plano de desenvolvimento habitacional e urbano para a região.

Poucos dias depois foi divulgada a indicação da nova Sub-Prefeita do M'Boi Mirim (que inclui os distritos Jardim Ângela e Jardim São Luiz). A nova sub-prefeita, participante do Fórum em Defesa da Vida Contra a Violência, tinha como uma de suas primeiras tarefas elaborar o Plano Diretor Regional conforme estabelecido pela Secretaria Municipal de Planejamento, além, é claro, de enfrentar os desafios inerentes à uma nova Sub-Prefeitura, como buscar uma sede própria e montar equipe e estrutura de trabalho.

Assim, a Sub-Prefeitura organizou rapidamente oficinas para a elaboração do Plano Diretor Regional em Janeiro e Fevereiro de 2003. Para evitar o desgaste de se estruturar dois processos participativos paralelos, um para o Plano Diretor Regional e outro para o Plano de Ação, o LabHab optou por aproveitar a ocasião dessas oficinas para realizar também as atividades necessárias ao Plano de Ação.



Assim, as oficinas foram apresentadas aos moradores da região como um espaço de construção de um diagnóstico e de um plano de propostas para os Distritos do Jd. Ângela e Jd. São Luís. As reuniões dividiram-se em duas fases distintas: situacional e propositiva, sendo a primeira composta por três oficinas temáticas (transportes, habitação e zoneamento) e uma plenária, e a segunda por cinco dias de oficinas e plenárias de apresentação e aprovação das propostas. As plenárias situacionais foram acompanhadas pela equipe do LabHab como ouvintes e como apoio aos grupos de trabalho da plenária geral.

Dado o envolvimento do LabHab na região e a quantidade de dados já levantados e analisados no desenvolvimento do trabalho do Plano Habitacional e Urbano, do Programa Bairro Legal, o laboratório foi convidado a assessorar a Sub-Prefeitura na elaboração do Plano Diretor Regional. O convite veio ao encontro de uma preocupação metodológica que o laboratório já vinha enfrentando desde o pré-diagnóstico do Plano de Ação: envolver o governo local na elaboração do Plano, intensificando para isso os laços com a Sub-Prefeitura e os agentes locais. Nesse sentido, não só a nomeação da nova Sub-Prefeita, aumentando o contato entre a Prefeitura e a população na região, como a possibilidade do próprio LabHab assessorar a Sub-Prefeitura na elaboração do Plano Diretor Regional configuraram-se em uma excelente oportunidade de intensificação desse trabalho conjunto.

Uma equipe do LabHab/FAUUSP assumiu a coordenação do Plano Diretor Regional depois de realizadas as plenárias situacionais e a partir deste momento as oficinas foram construídas em conjunto pela sub-prefeitura e as equipes responsáveis pelo Plano Habitacional e Urbano e pelo Plano Diretor Regional. O LabHab propôs então a construção de *Biomapas Comunitários* como ferramenta metodológica a sub-

sidar a elaboração dos planos, e cujo funcionamento será detalhado logo adiante.

3.1 Oficinas Situacionais

Todas as oficinas situacionais contaram com a presença de lideranças de entidades civis, como movimentos populares e associações, e representantes do Poder Público, dos setores de saúde e educação principalmente, a Sub-Prefeita e sua equipe e um técnico da Sempla que vem acompanhando a elaboração do Plano Diretor Regional do M'Boi Mirim. Algumas das oficinas contaram com a presença de representantes de empresas públicas que se relacionavam com o tema: Metrô, Sabesp e SPTrans. A relação de entidades envolvidas nas oficinas está anexada no final do documento.

As oficinas foram realizadas, sempre em grupos de debates de 8 a 10 pessoas, com a seguinte programação:

DATAS	TEMAS	TÉCNICOS PRESENTES
dia 21/01	Transporte	Metrô, SPTrans
dia 23/01	Zoneamento	SABESP, SEMPLA
dia 24/01	Habitação	SEMPLA

Em cada oficina os presentes foram divididos em grupos de cerca de oito a dez pessoas, sendo propostas questões para serem respondidas em grupo e por escrito. Cada grupo definiu um participante para relatar ao microfone os resultados obtidos.

Nas oficinas situacionais foram utilizadas como base para as discussões algumas planilhas com indicadores representativos, feitos pelo poder público, e os documentos “Campo Limpo 2000”, “Semana Social de Campo Limpo”, “Fórum em Defesa da Vida”, “CDHEP” e “Desafios para uma Década”, todos realizados por entidades e movimentos da região.

Observamos que, em geral, nesta primeira etapa de oficinas houve certa dificuldade dos participantes para manejar os documentos, dificultando a sua análise. No entanto problemas importantes da região não deixaram de ser expostos diante da presença de técnicos do Metrô, Sabesp, por exemplo, que foram amplamente questionados. Ao final das oficinas situacionais ocorreu uma plenária em que todos os resultados foram apresentados por uma comissão formada pelos próprios representantes da região.

3.2 Oficinas Propositivas

3.2.1 Biomapas Comunitários

A técnica dos *Biomapas Comunitários* foi desenvolvida e apresentada recentemente no Brasil por professores da Universidade da Columbia Britânica (*British Columbia University*) – Canadá, tendo sido aplicada na Vila de Paranapiacaba no município de Santo André no primeiro semestre de 2002, no âmbito da Cooperação Canadense com o município. Seu uso teve por objetivo subsidiar a discussão e o planejamento de um desenvolvimento turístico e ambiental sustentável, participativo e incluyente.

Após tomar contato com essa técnica, membros da equipe do Cepedoc – Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação

sobre Cidades / Municípios Saudáveis da Faculdade de Saúde Pública da USP aplicaram-na, no âmbito do Projeto de Ampliação de Municípios Saudáveis no Estado de São Paulo⁵, em Bertioga-SP, Lins-SP, Motuca-SP, Itaoca-SP e Ribeira-SP. No caso dos municípios de Bertioga, Itaoca e Ribeira a aplicação dos Biomapas Comunitários teve como objetivo principal subsidiar o processo de participação da população na elaboração/ revisão dos respectivos Planos Diretores Municipais.

De acordo com os idealizadores da metodologia, o objetivo da oficina de Biomapas Comunitários é introduzir os cidadãos participantes e os planejadores locais na utilização da técnica de elaboração de mapas comunitários. A idéia principal é que a população construa mapas temáticos de seu interesse a partir de pesquisas de campo na cidade, e do conhecimento que já dispõe. Ao final do processo os mapas geralmente mostram com clareza o conhecimento que a comunidade tem de seu meio ambiente, urbano, social e econômico e, ao mesmo tempo, aumentam o “empoderamento” de seus membros através da inserção do conhecimento local nos processos de planejamento, implementação e monitoramento.

A técnica consta em preparar uma base cartográfica que contenha referências, entes espaciais e escala apropriada para trabalho de grupos. A base pode ser um xerox de um mapa relativamente grande (tamanho A0, por exemplo). Para a realização das oficinas com os mapas é importante, além deles, contar com jogos de canetas, giz de cera e lápis coloridos, etiquetas coloridas, folhas para anotação de informações levantadas, legenda de cores propostas (no caso do Jardim Ângela foi proposta uma legenda para os mapas de diagnóstico e uma para os mapas de propostas, comuns a todos os grupos). No momento inicial da primeira oficina é importante propor algum exercício que permita que todos os participantes consigam “ler e se encontrar no mapa” (identificar locais

como a própria casa, o local de trabalho, e outras referências como supermercados, avenidas, rios, etc.). Para auxiliar nessa tarefa, é importante a presença de um planejador ou monitor de formação técnica acompanhando os grupos de trabalho. Após esta etapa, os grupos, formados por 5 a 12 pessoas, iniciam a discussão sobre as características, os problemas, potencialidades, soluções e devem procurar espacializá-los no mapa, utilizando as etiquetas, pintando e escrevendo com cores sugeridas conforme a legenda.

A aplicação e a avaliação preliminar que se tem do uso desta técnica têm mostrado que o uso da ferramenta “base de mapas” e a proposta de que os participantes identifiquem espacialmente onde estão localizados os aspectos importantes da localidade, os problemas e as potencialidades, têm facilitado a identificação de soluções para os problemas locais, têm garantido o apoio e a implicação da população nos projetos desenvolvidos a partir dessa experiência, melhorando a eficiência e a efetividade do planejamento local. Além disso, os canais de comunicação entre a comunidade e os planejadores são intensificados graças a essa reflexão coletiva.

No caso do trabalho desenvolvido no Distrito do Jardim Ângela, diversos moradores participantes das oficinas relataram informalmente que, após o trabalho com os mapas nas oficinas, sentiam mais facilidade para consultar guia de ruas, para circular pelos bairros e para apreender as inter-relações entre os problemas da região onde residem.

O principal instrumento de apoio foram cópias dos mapas da Região da Sub-prefeitura do M'Boi Mirim reproduzidos pela equipe do LABHAB a partir de uma base *Geomapas*, na escala 1:10.000. Os mapas continham ruas com seus nomes, nomes de bairros, limites dos distritos e principais referenciais como parques, clubes, áreas verdes e represa.

As oficinas ocorreram durante uma semana, seguindo as seguintes etapas: identificação de problemas e potencialidades (sensação de insegurança urbana, violência, habitações precárias, falta de acessibilidade e áreas potenciais para lazer, com potencial paisagístico e de melhoria, etc); apontamento das propostas nos mapas; apresentação dos mapas de propostas produzidos por representantes das equipes; discussão, apoiada por palestra técnica, sobre mecanismos de gestão urbana e de participação popular nas diversas esferas de governo e, por fim, discussão sobre as formas de gestão que possibilitem a continuidade da participação popular. Assim, nos primeiros dias foram construídos mapas diagnósticos, e nos dias finais mapas propositivos.

As questões que apareceram nas oficinas podem ser reunidas em quatro grupos:

- Acessibilidade e Mobilidade;
- Riscos: violência e áreas precárias;
- Carências de Serviços e Equipamentos;
- Potencialidades de Geração de Renda;
- Cultura, Lazer e Meio Ambiente.

Em relação a “**Acessibilidade e mobilidade**”, a necessidade de melhoria de vias principais de circulação foi bastante ressaltada, em função do gargalo de acessibilidade ao distrito, apenas por duas grandes vias lineares (estradas de Itapeirica e M'Boi Mirim). Foram sugeridas desde melhorias de qualidade das vias até seu alargamentos. Vias transversais, que fazem ligação entre bairros, cortando as vias principais e dando

capilaridade à malha viária foram colocadas também como prioridade.

Quanto ao transporte coletivo, em todos os grupos apareceu uma grande demanda tanto para mais linhas circulares como para linhas inter-setoriais. As linhas circulares sugeridas mostraram a inexistência de ligação inter-bairros, e as dificuldades de acessibilidade para os postos de saúde, parques, bancos e mesmo para os terminais urbanos de transporte, como o terminal João Dias.

Sobre **“Riscos: Violência e Áreas Precárias”**, a população indicou nos mapas áreas de insegurança e de violência, sempre que possível identificando o tipo: insegurança ao circular por motivos diversos (falta de iluminação, áreas ermas, etc.), atropelamentos, assaltos, uso de drogas, tráfico, homicídios e “desova de cadáveres”. Identificaram também áreas com riscos de desmoronamento, enchentes e áreas precárias do ponto de vista habitacional. Foram localizadas pelos moradores áreas violentas, em geral associadas a algum tipo de precariedade urbano-habitacional. Praticamente todos os bairros foram citados pelas suas precariedades e carências habitacionais, e aqueles demarcados no mapa com um “R” apresentam, segundo os moradores, algum tipo de risco. Evidentemente, os locais de moradia dos participantes da oficina tendem a ser mais apontados do que outros, por serem mais conhecidos do grupo. Por isso, além da importância de um exercício complementar de investigação em bairros mais distantes ou pouco representados, o cruzamento dessas informações com os mapas de localização de favelas e áreas de risco é fundamental.

Quanto a **“Carências de Serviços e Equipamentos”**, **“Potencialidades de Geração de Renda”** e **“Cultura, Lazer e Meio Ambiente”**, a população procurou apontar as principais

demandas, e localizar nos bairros com carências terrenos que possam abrigar equipamentos públicos. Em alguns casos, tentava-se localizar terrenos vazios abandonados, que se tornaram depósito de lixo ou criaram áreas de risco ambiental ou violentas, para depois pensar sobre atividades ou equipamentos que poderiam ser implementadas. As melhorias esperadas incluíam perspectivas de atividades de capacitação de jovens, atividades culturais e de lazer e de geração de renda.

Nesse mesmo sentido, foram identificadas também áreas públicas que estão subutilizadas. O Parque Ecológico Guarapiranga, de responsabilidade do Governo do Estado, por ser uma área extensa dentro do distrito e que contém poucos equipamentos próprios para o lazer, foi frequentemente citado. Iniciativas como cooperativas de pesca e atividades de turismo ecológico foram lembradas como alternativas de geração de renda e de melhoria da qualidade de vida.

Foram também enfaticamente reivindicados equipamentos e serviços como os “Poupatempo” ou “CICs” (pequenos Poupatempos), cartórios ou lotéricas, bancos e serviços do gênero.

Por fim, como parte da orientação metodológica do Plano de Ação, os moradores foram convidados a identificar os bairros considerados de maior exclusão socioeconômica, muito precários e violentos, e aqueles com maior potencial, segundo seu ponto de vista, de recuperação espacial e urbana. Como se verá ao fim deste diagnóstico, tal classificação permitirá que se elejam as áreas prioritárias para as ações do plano.

3.3 A juventude do Jardim Ângela

Nos dias de hoje, a juventude cada vez mais se caracteriza como uma “unidade social” confrontada a uma sociedade que

vem dificultando, em função da conjuntura sócio-econômica e da precarização das relações trabalhistas, a entrada dos jovens na vida ativa e sua conseqüente inclusão social⁶. O Jardim Ângela sendo composto essencialmente por uma população jovem, e dada a precariedade de condições econômicas do distrito, não é surpreendente que essa questão surja na região com grande intensidade. Como já é sabido, a falta de oportunidades de inserção no mercado formal de trabalho restringe as perspectivas de vida, impacta o nível coletivo de auto-estima e cria um ambiente extremamente favorável para a ação perversa do crime organizado. Por outro lado, é muitas vezes dos movimentos de juventude que surgem as expressões mais consistentes – geralmente no âmbito cultural – da insatisfação com as péssimas condições de vida na periferia, e as idéias mais criativas para sua solução. O movimento hip-hop é hoje certamente o exemplo mais vivo dessa reação na Zona Sul da capital. Nesse sentido, a questão da juventude, em especial no que diz respeito às dinâmicas participativas, não pode ser esquecida.

No contato mais próximo com os grupos de jovens do Jardim Ângela, o que antes aparecia como uma categoria homogênea – a juventude – passou a apresentar uma série de diferenciações. A percepção desta diversidade, a apreensão dos diferentes tipos de atividades desenvolvidas e dos espaços frequentados pelos jovens é importante para se enfraquecer o estigma que tão freqüentemente persegue o jovem da periferia. Como coloca José Gabriel, da entidade Cio da Terra: *“Se um jovem vai procurar emprego e fala que é do Jd. Ângela já olham pra ele desconfiado, acham que é marginal”*.

As entidades que desenvolvem trabalhos de formação cultural são, em sua maioria, organizadas por jovens, e surgem a partir da mobilização para a realização de uma atividade específica, como é o caso da entidade “Cio da Terra”, criada a partir da mobilização de jovens para a organização de comemorações

para a Copa de 98. Eles se juntavam para fazer batucada pelas ruas do distrito durante os jogos desde a Copa de 94, e foram agrupando jovens que queriam sair também. Pouco a pouco, as atividades foram variando e o grupo se consolidando: *“daí chegava uma garota e falava que não queria batucar mas dançar, chegava outro e dizia que talvez fosse legal fazer uma performance teatral...”* (José Gabriel representante da entidade). Depois da Copa, para dar continuidade a estas atividades de expressão artística, conseguiram voluntários para oferecer oficinas de batucade, teatro, dança etc.

Além desse tipo de entidade, organizada pelos próprios jovens, encontramos outras iniciativas importantes de formação cultural, como é o caso da “Casa Popular de Cultura do M^o Boi Mirim” que se localiza no distrito do Jd. São Luiz e se transformou em um importante espaço para a juventude de toda a região da Zona Sul. Foi fundada por várias entidades em 1983 com o intuito de ser um pólo cultural sócio-educativo. Em 1992 se vinculou à Secretaria Municipal da Cultura, transformando-se em uma Casa de Cultura.

Existem também uma série de entidades que realizam cursos profissionalizantes e programas de assistência aos jovens, com o intuito de dar-lhes ocupações educativas nos momentos de folga escolar e aumentar as possibilidades de inserção no mercado. São geralmente ligadas às Igrejas, tendo muitas vezes financiamento do poder público. Esse é o caso, por exemplo, dos cursos desenvolvidos pela Igreja Luterana, ou ainda o programa RAC (Redescobrimo o Adolescente na Comunidade) realizado pela Sociedade Santos Mártires que, além de oferecer os cursos profissionalizantes, ainda conta com uma série de profissionais (pedagogos, assistentes sociais e psicólogos) para dar assistência aos jovens. Este programa também recebe jovens do Posto Sul da Febem, em liberdade assistida.

Por fim, os programas com intuito de mobilização social são, geralmente, realizados por entidades ligadas à defesa dos direitos humanos, como por exemplo o *Sou da Paz*, que desenvolve três programas no distrito: *Grêmio Informa*, programa que pretende incitar a formação de grêmios nas escolas, e que atua em 18 escolas no distrito do Jd. Ângela, *Cena Foco*, que atua na formação de agentes sociais que se preparam para fazer um diagnóstico do distrito visando desenvolver projetos que atendam a demandas dos seus bairros (existem atualmente dois núcleos no Jd. Ângela) e *Observatório dos Direitos Humanos*, programa que capacita os jovens a observar violações de direitos humanos nos seus bairros e multiplicar agentes de defesa dos mesmos.

Quanto à questão da juventude há ainda a destacar a importância de se fortalecer a rede pública educacional, por meio de gestão mais incisiva e flexível às necessidades do bairro (como, por exemplo, a abertura da escola nos fins-de-semana para uso dos equipamentos), em especial da rede estadual. A abertura de escolas para atividades de fim-de-semana já vem sendo feito atualmente pela Prefeitura Municipal, no Projeto Escola Aberta; e rede estadual também iniciou recentemente a possibilitar a utilização de alguns de seus equipamentos para o desenvolvimento de atividades extracurriculares. Infelizmente, algumas escolas são hoje espaços potencializadores da violência urbana, muitas vezes como decorrência de uma gestão deficitária. Este tema será entretanto abordado mais detalhadamente no item sobre a Política de Educação, mais adiante neste diagnóstico.

Vale ainda notar que, de modo geral, a presença de grupos organizados de juventude nas oficinas participativas foi relativamente pequena. Isso reforça a necessidade de se refletir com cuidado sobre a questão na elaboração do plano. Do ponto de vista metodológico, a equipe da "Oficina de Idéias", da PUC-SP,

vem trabalhando no âmbito do Programa Bairro Legal, junto à equipe do Distrito de Cidade Tiradentes. Sua ação visa criar atividades de capacitação e conscientização de jovens, implicando-os no processo de elaboração do Plano de Ação. Tal experiência poderá ser incorporada, na medida em que se intensifiquem os contatos com os jovens do Jardim Ângela, também para esse distrito.

3.4 Conclusões

Uma semana após a realização das oficinas, a equipe técnica do LabHab apresentou, através de um mapa-síntese, os resultados principais do trabalho, as questões e temas centrais, a pertinência das demandas em função das instâncias de participação (Plano de Ação Habitacional e Urbano, Plano Diretor Regional, Orçamento Participativo e Conselhos Municipais).

Quanto à metodologia das oficinas, é importante destacar que o uso de mapas na etapa propositiva se demonstrou essencial para que os problemas e as propostas fossem espacializados e compreendidos de modo integrado com outras esferas de problemas urbanos. Nas oficinas situacionais ficava evidente a dificuldade tanto da população local quanto dos técnicos em estabelecer as relações estruturais dos objetos (problemas e propostas) apresentados. Houve por isso um grande salto qualitativo, pois as lideranças saíram das propostas pontuais e genéricas para propostas integradas e mais concretas.

As informações e propostas resultantes das oficinas tornaram-se os elementos estruturadores deste diagnóstico, tendo sido sobrepostos aos dados obtidos em secretarias, outros órgãos setoriais e IBGE.

Prognóstico:

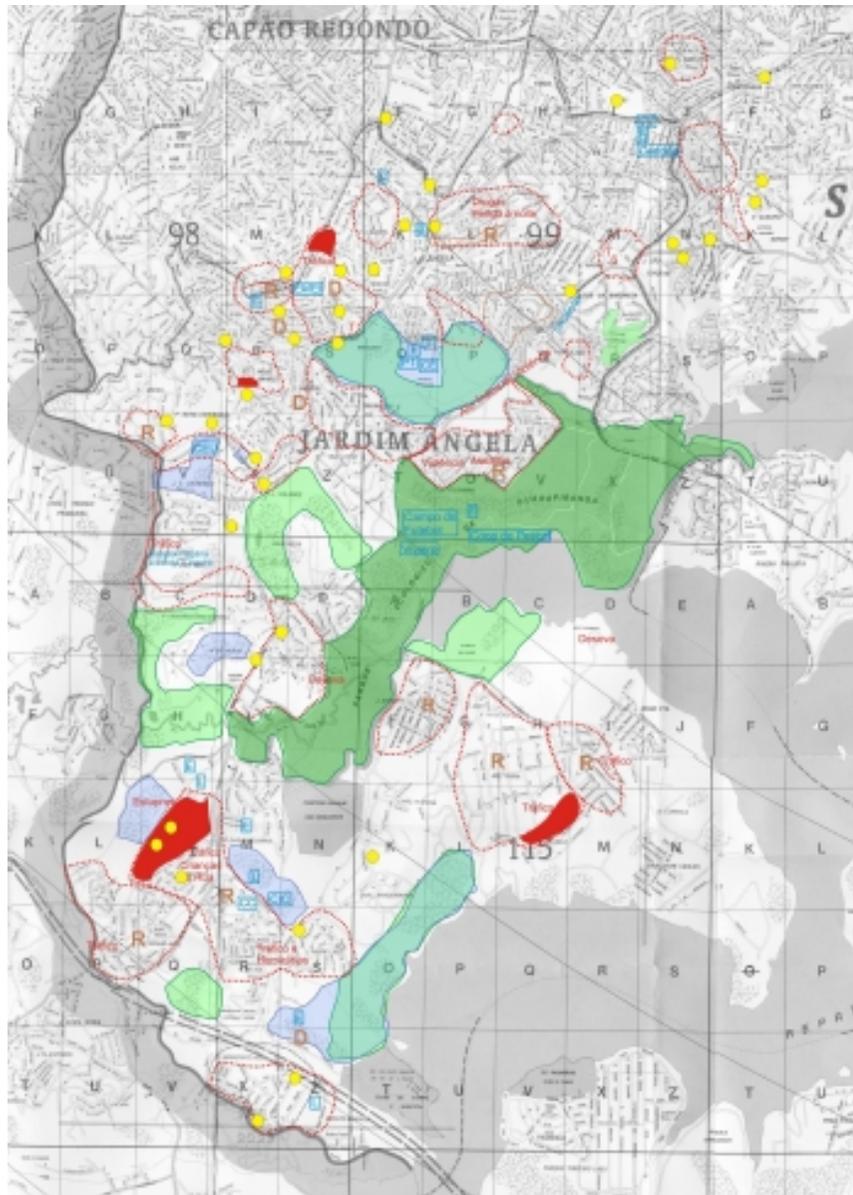
O processo participativo mostrou-se, como era previsto, essencial para a dinâmica do Plano de Ação. Ao contrário de formas mais tradicionais de planejamento, este busca uma aproximação efetiva com a realidade local, e a participação da sociedade civil organizada é essencial nesse processo. Os problemas apontados a partir das oficinas tornaram-se os subsídios principais para a elaboração do diagnóstico, que por sua vez será a base do próprio plano.

Assim, fica claro que a abordagem participativa não pode limitar-se apenas à fase do diagnóstico, como subsídio à discussão. Ela é importante para a formação de agentes sociais responsáveis e capacitados a participar da elaboração do plano, de sua implantação e posterior gestão. Assim, os processos de participação deverão ser mantidos em todas as etapas do plano, aprimorando-se em cada etapa.

Uma das atividades já previstas nesse sentido é a realização de uma sessão de trabalho entre as assessorias que atuam nos três distritos do plano - Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela - para refletir retrospectivamente sobre os procedimentos participativos adotados por cada equipe, seus resultados, e propostas para implementá-los nas etapas de elaboração, implantação e gestão do plano.

Além disso, ações diretamente voltadas à juventude, apoiando e consolidando as experiências já existentes, e promovendo novas ações nos moldes das propostas pela "Oficina de Idéias", devem ser estimuladas e estruturadas, por responderem por um aspecto essencial à melhoria do bairro e ao fim da exclusão: o do atendimento à formação das fu-

turas gerações, hoje tão vulneráveis. Outro questão a ser explorada na próxima etapa é a necessidade de envolvimento de áreas com pouca representatividade nas oficinas já realizadas; apesar dos esforços em atrair a população de todo o distrito, alguns bairros distantes não tiveram representantes, o que reforça a necessidade de, na próxima etapa, desenvolver oficinas regionais.



ao lado: um Mapa Síntese, reúne o diagnóstico e propostas discutidos nas oficinas (LABHAB2003)

acima: grupos de trabalho trabalhando nos Biomapas (LABHAB2003)



4. Histórico do Jardim Ângela



"(...) Na cidade de São Paulo, todas as administrações anteriores, no lobby das grandes imobiliárias, empurrou o povo pros morros e não teve nunca uma política habitacional. Agora, (se quer) tirar o povo que mora junto ou próximo dos córregos e mananciais, tudo bem, mas tem que ter política habitacional, se não, vão ter que empurrar de novo pro morro..."

Morador do Distrito

4. Histórico do Jardim Ângela

A morfologia urbana da região do Jardim Ângela é a expressão do processo de formação das periferias desiguais, comentado na introdução deste diagnóstico. Resulta de políticas deliberadas de segregação espacial e da histórica inexistência do planejamento urbano em áreas excluídas da cidade formal e do mercado.

As intervenções urbanizadoras pioneiras na região se deram, no início do século passado, essencialmente pautadas pelos interesses específicos do setor privado, mesmo que de empresas concessionárias de serviços públicos. Em um processo já tradicional nas cidades brasileiras, a ação do Estado muitas vezes se subordinou a essas iniciativas, levando *a posteriori* o investimento público a responder por uma demanda criada pela iniciativa privada, sem que tenha havido propriamente uma ação planejada, no sentido da preservação do interesse público (Bueno, 1994).

Assim, em 1906, a *São Paulo Tramway, Light & Power Co.* inicia o represamento do Rio Guarapiranga, visando regularizar a vazão do Rio Tietê, garantindo a alimentação das turbinas para geração de energia na Usina de Santana do Parnaíba. A região da Vila de Santo Amaro recebia nessa época linhas de bonde, instaladas também pela *Light*, que passava a explorar a região. O desenvolvimento da vila e a crescente procura por chácaras na região da represa, para produção agrícola e para fins recreativos, foram de certa forma definidos pela ação da empresa, que envolvia desde a construção do reservatório até a exploração imobiliária, passando pela instalação e operação das linhas de bonde.

A partir de 1929 a água da represa passa a ser explorada pela

Repartição de Água e Esgotos, como parte do Sistema de Abastecimento Guarapiranga. Entretanto, a represa tendo sido inicialmente prevista para controle da vazão do rio e geração de energia, e não como reservatório de água potável, as terras das bacias de contribuição do reservatório não haviam sido previamente desapropriadas, o que se revelaria extremamente trágico para a futura proteção aos mananciais.

Neste momento entrava em funcionamento o “Projeto da Serra”, em que outro reservatório (Billings) foi criado para gerar energia em Cubatão. A Represa Guarapiranga passa a integrar o sistema, “deixando de ser um reservatório regulador da vazão do Tietê” (França, 2000:46). O projeto da Light, além de criar a nova represa, iria mudar radicalmente a paisagem da cidade, ao retificar e reverter as águas do Rio Pinheiros.

Nesse período, em que as margens da represa eram esparsamente ocupadas por chácaras, as ligações de Santo Amaro com Itapeverica da Serra e Embu eram feitas por dois antigos caminhos rurais, Itapeverica e M’Boi Mirim, que se tornariam os vetores principais de urbanização da região de Campo Limpo, Capão Redondo e Jardim Ângela. Data do início do século XVII o aldeamento de M’Boi, depois anexado à Vila de Santo Amaro (França, 2000).

Com a crescente ocupação da região, que teria forte incentivo com a política de apoio ao transporte rodoviário⁷ e conseqüente aumento da especulação imobiliária, a região de Santo Amaro passa a ter um crescimento de loteamentos de alto padrão, em áreas antes ocupadas por chácaras e fazendas, sobretudo na área de Interlagos. Paralelamente, a explosão demográfica da capital, por outro lado, jogaria grandes contingentes de trabalhadores para as franjas de sua ocupação territorial.

Dessa forma, a região passa a conviver com uma ocupação cada vez mais intensa, em que se misturam loteamentos de alto padrão com o *laissez-faire* de loteamentos de trabalhadores, numa ausência clara de qualquer planejamento urbano, em que se evidencia a carência da infra-estrutura básica numa região ambientalmente sensível. O desastre que viria a acontecer era então inevitável.

Posteriormente, na década de 60, a construção das vias marginais viria consolidar a ocupação da Zona Sul da capital. Elas permitiram a consolidação do parque industrial de Santo Amaro e um afluxo cada vez maior de moradores para a região da Guarapiranga. Nesse período a Estrada M’Boi Mirim, antes via de ligação entre Santo Amaro a municípios vizinhos, passa a ser adensada e a servir de acesso a uma série de loteamentos.

Em 1975 a Lei de Proteção aos Mananciais estabelece critérios rígidos para a ocupação das áreas de contribuição do reservatório por loteamentos. A criação da lei não foi acompanhada de fiscalização e o resultado é o aparecimento de grande número de loteamentos clandestinos. A ilegalidade a que são submetidos os moradores dessas áreas desde então se soma à precariedade da infra-estrutura urbana na consolidação de uma periferia extremamente excluída, em que a ausência do poder público se faz notar, desde a configuração viária à falta de equipamentos públicos, passando pela aceitação do descumprimento da legislação vigente.

A configuração urbana da região que cerca a Estrada M’Boi Mirim é uma amostra típica de falta de planejamento para regiões periféricas da capital. O adensamento que a região teve desde a década de 70 não foi acompanhado de uma política eficaz de transporte. Simplesmente foi-se deixando adensar as margens da via, que passou a ser o eixo de uma “espinha de peixe” de grandes proporções, em que um gran-

de número de loteamentos surge sem conexão entre eles, todos ligados somente à M'Boi Mirim. Essa configuração domina a paisagem atual da região, em que a falta de conexão viária entre os bairros⁸ saturam a M'Boi Mirim. A falta de uma estrutura urbana minimamente planejada e a ocupação desordenada por favelas entre os loteamentos clandestinos, muitas vezes em encostas íngremes e sobre solo pouco resistente, definem a paisagem atual do Jardim Ângela. É essa a região que caracterizaremos no diagnóstico que segue.



no alto: o bairro Bologne (LABHAB2002)

acima: Parque Ecológico Guarapiranga em primeiro plano e o bairro Parque do Lago ao fundo (LABHAB2002)



5. Diagnóstico Urbano e políticas públicas relacionadas ao ambiente construído



“Tem ocupações lá (citando alguns bairros) que dá pra trabalhar esse plano habitacional... Por que a idéia de colocar essa questão do plano habitacional? Porque a ocupação vai desordenar. (...) a gente acha que é viável, espaço para áreas de esporte, cultura, lazer, alguma coisa desse tipo.”

Morador do Distrito

5. Diagnóstico Urbano e políticas públicas relacionadas ao ambiente construído

5.1 O habitat

5.1.1 Indicadores sócio-econômicos

A partir da análise dos dados acerca da renda média por chefe de família no distrito do Jardim Ângela, é possível observar uma maior concentração de chefes de família sem rendimentos ao sul do distrito, com diversos setores censitários onde de 15 a 30% dos chefes não possuem rendimentos, caso da região do Jd. Capela, e outros onde essa faixa chega a até 50% dos chefes, caso de grande parte do chamado “Fundão” do Jardim Ângela, em bairros como Jd. Aracati, Chácara Bandeirantes e Jd. Vera Cruz, assim como no Jd. Nakamura/Pq. Boulogne, mais ao centro. Em bairros como Vila Calú/Vila Zélia, no extremo sul e Parque do Lago/Jd. Vale Verde, em especial no perímetro das favelas Xabores I e II, no centro sul do distrito, esse índice ultrapassa 50% dos chefes de família. Ao norte do distrito, na área mais consolidada do Jardim Ângela, as maiores concentrações de chefes de família sem rendimentos estão localizadas nas favelas da região. Algumas das maiores concentrações são encontradas nos bairros Morro do Índio e Jd. Tamoio, nas favelas Caiçara I/Betim, e Alto da Riviera/Fujihara e no complexo de favelas do Jd. Kagohara. Fora dos perímetros das favelas, essa porcentagem de chefes de família sem rendimentos cai.

Quando se busca observar a distribuição dos chefes de família com rendimentos até 3 salários mínimos, a situação é bastan-



Fonte: LABHAB, 2003.

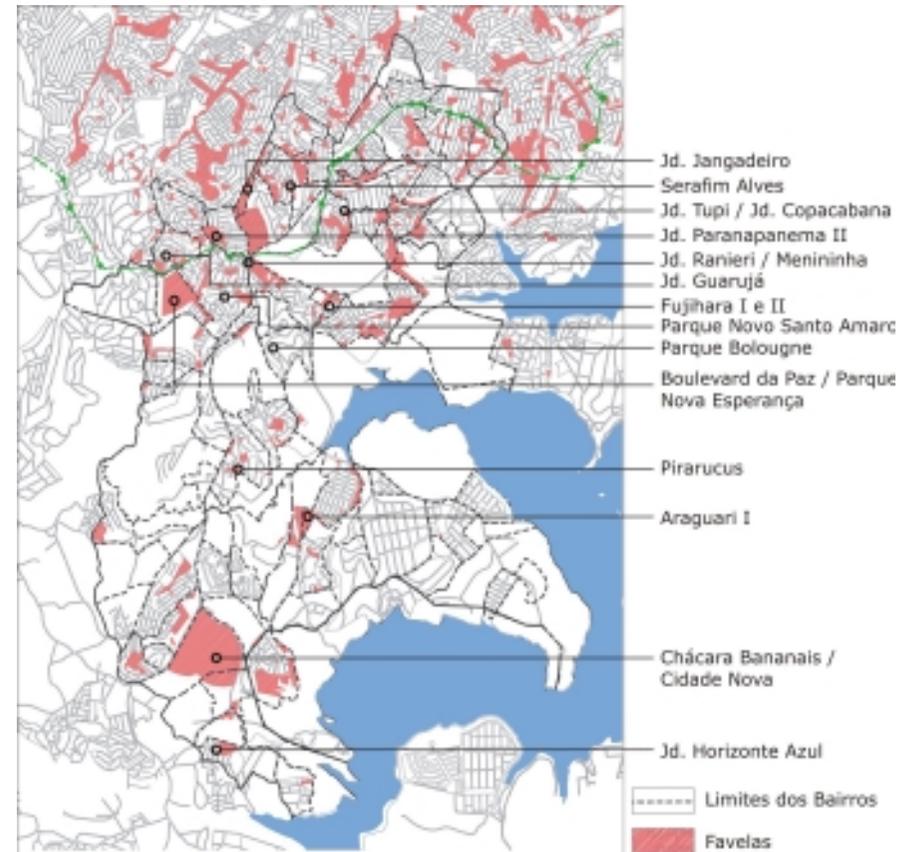
te semelhante. No extremo sul do distrito do Jardim Ângela encontra-se uma grande concentração, chegando a um índice que varia de 40 a 60% do total. Nessa mesma área, a favela Chácara Bananais/Cidade Nova apresenta uma situação ainda pior, com um índice que varia de 60 a 80% dos chefes de família com rendimentos até 3 SM. Esta favela tem projeto de

urbanização prevista no Programa Guarapiranga. Os outros pontos de grande concentração de pobreza no distrito encontram-se também em favelas, caso das Favelas do Pq. Novo Santo Amaro, Jd. Nakamura e Jd. Kagohara, atualmente em fase de projetos do Programa Guarapiranga.

Outro trecho do distrito que apresenta concentrações na faixa de 40 a 60% dos chefes de família com rendimentos até 3 SM é a área no entorno do Jd. Ranieri/Menininha, constituindo-se como um setor quase homogêneo nessa faixa de renda, em bairros como Morro do Índio e Pq. Novo Santo Amaro, Jd. Kagohara, Alto da Riviera e Pq. Boulogne. Alguns setores censitários nessa área apresentam concentrações ainda maiores de chefes com rendimentos até 3 SM, chegando a até 80%, praticamente sempre nos trechos onde há favelas. As favelas onde se encontram as maiores concentrações desse nível são V. Caiçara II/Tamoio, Jd. Paranapanema II, Jd. Tupi/Jd. Copacabana, Jd. Fujihara I e II, Jd. Nakamura II, no centro sul do distrito, nas imediações do Jd. Ranieri/Menininha, e favelas Araguari I, Pirarucus e Jd. Vera Cruz II (comumente chamada Chácara Bananais e Cidade Nova) no sul do distrito.

Na faixa que vai de 0 a 5 Salários Mínimos, pode-se perceber que ao norte do distrito encontram-se os setores censitários com maior concentração de chefes de família dentro dessa faixa de renda. Encontram-se aí diversos setores onde 40 a 60% dos chefes possuem rendimentos até 5 SM. Além disso, os poucos setores censitários com taxa de 60 a 80% dos chefes de família com esse rendimento encontram-se nessa região do distrito.

É no norte do distrito de Jardim Ângela, também, que vamos encontrar o maior número de mulheres chefes de família: na média geral, de 20 a 30% dos lares do distrito são chefiados por mulheres, sendo que diversos setores ao norte podem



Fonte: LABHAB, 2003.

chegar a até 40% dos lares chefiados por mulheres, atingindo até 80% na região de Jd. Tamoio e Vila Caiçara, na região das favelas Vila Caiçara I/Betim e Serafim Alvarez.

As favelas apresentam as maiores densidades do distrito quanto ao indicador pessoas por domicílio, ultrapassando o número de 4 pessoas, ao passo que o restante do distrito encon-

tra-se praticamente todo na faixa entre 3,5 e 4 pessoas por domicílio. Encontra-se essa situação em grandes porções do território situado a oeste da Estrada do M'Boi Mirim, a altura do centro Ranieri/Menininha, em favelas como Paranapanema I e II, Vila Caiçara, Jd. Gaurujá, Jd. Jangadeiro e Boulevard da Paz. Ao sul do distrito, na área do "Fundão" do Jardim Ângela, também pode-se encontrar setores de grande densidade habitacional, acima de 4 pessoas por domicílio, nas regiões do Jd. Capela, Jd. Vera Cruz, Jd. Aracati e Jd. Horizonte Azul. Ao norte, encontra-se essa situação na região do Jd. Kagohara. Esses setores de maior "congestionamento habitacional" correspondem, de um modo geral, aos setores com maior concentração de população cujos chefes de família não tem rendimentos ou com renda inferior a 3 SM. Os setores de menor densidade de pessoas por domicílio, numa faixa que vai de 3,2 a 3,5 pessoas, encontram-se ao norte do distrito, em áreas que não se sobrepõem às favelas da região.

As mesmas conclusões podem ser tomadas quando analisamos o distrito de Jardim Ângela quanto à porcentagem de pessoas alfabetizadas, com mais de 10 anos, dentro dos setores censitários. Quase a totalidade do distrito apresenta a impressionante taxa de apenas 15 a 20% de população maior de dez anos alfabetizada. As favelas apresentam as piores situações, chegando algumas a ter apenas 5% de seus moradores maiores de dez anos alfabetizados.

Trechos com grandes concentrações de população analfabeta encontram-se na área do "Fundão" do Jardim Ângela, com 10 a 15% de população alfabetizada, como a região da favela Jd. Vera Cruz II/Chácara Bananais e região do Jd. Vera Cruz e favelas Ângelo Tarsini, Cavalão Branco e Batista Bassano apresentando situações ainda mais graves. Além do "Fundão", a "ponta" de Cidade Ipava e Jd. Aracati, e a já citada região do entorno do Ranieri/Menininha, também apresentam concen-

trações de 10 a 15 % da população alfabetizada, chegando a níveis de apenas 5 a 10% no perímetro das favelas Jd. Paranapanema II e Jd. Kagohara III.

Ao norte do distrito encontram-se os melhores índices em relação a alfabetização, com uma taxa de mais de 20% da população maior de 10 anos alfabetizada, ainda que em poucos dos setores censitários da região. Convém mencionar que essa taxa ainda é bastante ruim em relação ao restante do município de São Paulo.

Nos índices relativos a coleta de lixo, atendimento por rede de água encanada e atendimento por rede de esgoto sanitário, pode-se ver claramente uma diferença na abrangência do atendimento desses serviços quando se contrapõe o norte do distrito, fora da Área de Proteção aos Mananciais, de ocupação mais consolidada, ao sul, sob legislação restritiva à urbanização e ocupação muito menos consolidada. Ao sul, pode-se observar diversas áreas sem acesso a esses serviços, em especial quanto ao atendimento por rede coletora de esgoto sanitário (o que será discutido mais detalhadamente no item 5.2, "Saneamento ambiental e habitação").

Os dados apresentados acima permitem corroborar o que já havia sido constatado no texto introdutório deste diagnóstico: a situação de extrema pobreza e exclusão sócio-econômica em que se encontra o distrito do Jardim Ângela. Além disso, uma análise mais detalhada dos dados do IBGE dentro do distrito mostra uma heterogeneidade das condições sócio-econômicas entre os diferentes bairros. Fica claro que o nível de riqueza é diretamente proporcional ao vetor de ocupação histórica do bairro: enquanto ao norte, área mais consolidada, de ocupação mais antiga e fora das áreas de mananciais, encontra-se a população de maior poder aquisitivo, embora se trate ainda de população bastante pobre, essa



situação se deteriora substancialmente à medida em que se avança para o sul, em áreas de proteção ambiental e fora do mercado, povoadas por uma ocupação bem mais recente. Essa constatação aponta para um necessário e cuidadoso desmembramento das políticas de intervenção no distrito, que deverão atuar de forma diferenciada em cada uma dessas regiões.

Prognóstico:

Como fica claro que há grande heterogeneidade sócio-espacial dentro do distrito, a escolha de algumas sub-regiões que vivam situação de extrema exclusão, e de outras com muito potencial de recuperação urbana parece ser uma boa estratégia para otimizar a ação do poder público de forma diferenciada e voltada para a realidade de cada área específica dentro do distrito.

5.1.2 Ocupação Urbana no Jardim Ângela

O distrito do Jardim Ângela tem uma ocupação urbana estruturada a partir dos dois principais eixos viários: o mais importante, ao longo da Estrada do M'Boi Mirim, e um eixo secundário, ao longo da Estrada da Baronesa. A malha viária e a acessibilidade têm um papel preponderante na localização, ocupação, densidade e uso do solo dos loteamentos.

O norte do distrito tem uma ocupação bem densa e homogênea. À medida que se caminha para o sul do distrito, a ocupação torna-se mais dispersa, intercalando grandes glebas vazias com loteamentos extremamente densos e precários.

É importante observar, desde já, que cerca de 90% do distrito se encontra em Área de Proteção aos Mananciais, o que torna extremamente complexa, como se verá ao longo do diagnóstico, a ocupação urbana da região, seja pelas restrições legais que dificultam a ação do poder público, seja pelos efeitos nocivos ao meio ambiente. A grande maioria dos loteamentos existentes estão bastante ocupados e consolidados, mesmo nas áreas de acessibilidade mais difícil. Alguns loteamentos têm arruamento precário e ainda estão pouco ocupados, mas sofrem forte pressão para o adensamento, por estarem próximos de áreas mais densamente ocupadas e por praticamente não haver resistência, por uma ação fiscalizatória do poder público, à ocupação.

Não é possível definir um direcionamento claro da expansão urbana, ou alguma tendência visível do crescimento da região, a não ser o do seu adensamento contínuo e intenso, de cerca de 3,63% ao ano⁹. Afora os bairros já consolidados, pode-se diferenciar duas situações de áreas que ainda estão em processo de adensamento: os loteamentos abertos recentemente e áreas precárias e de difícil acesso.



Fonte: LABHAB, 2003.

No primeiro caso identificou-se apenas o loteamento *Vila Nagibe*, que pela foto aérea de 2000 está praticamente vazio, em que se verificou um adensamento significativo na visita de campo, com muitos lotes que apareciam vazios já ocupados e muitas construções recentes ou em construção, com cortes e aterros novos. Na entrada do loteamento há também uma foto divulgando a venda de lotes.

No segundo caso, temos os loteamentos:

- Chácara Santa Maria: ruas não pavimentadas, esgoto a céu aberto, acessibilidade precária, altas declividades e áreas alagáveis na beira de córrego. A área está pouco ocupada mas encontra-se próxima a bairros bastante densos, como Jardim Guarujá e Parque Novo Santo Amaro, e do Centro de Bairro Menininha;

- Cidade Ipava, Chácara Flórida, Recreio e Vila Gilda: acessibilidade restrita, só é possível chegar nos loteamentos via Estrada da Cumbica, que está em condições precárias. A outra possibilidade seria a Estrada do M'Boi Guaçu que está intransitável. As condições topográficas porém são favoráveis e há muitos lotes vazios à venda. O loteamento Jardim Aracati, vizinho, já está densamente ocupado e há portanto uma grande pressão para que os demais também sejam adensados. Todos são loteamentos em áreas ambientalmente frágeis pela proximidade da represa e por conter córregos contribuintes primários da represa. O Jardim Aracati já recebeu obras do Programa Guarapiranga.

- Chácara Bananal e Cidade Nova: são invasões recentes, extremamente precárias do ponto de vista urbano e ambiental – têm altas declividades, córregos cortando a área e duas nascentes. Grande parte não tem abastecimento de água, nem mesmo por ligações clandestinas. Essas áreas vêm crescendo em um ritmo acelerado por estarem muito próximas à Estrada do M'Boi Mirim.

- Parque da Cerejeira: já bastante ocupado, mas ainda sofrendo um crescimento populacional e de atividades comerciais. É um bairro com áreas de declividades bem acentuadas, mas por estar entre a Estrada do M'Boi Mirim e o Cemitério da Cerejeira, tem tido um acréscimo na circulação de pessoas, o

que vem impulsionando o comércio local e a atração de novos moradores.

Prognóstico:

A existência de um número importante de loteamentos em fase de expansão e adensamento é uma prova de que o processo de expansão periférica na cidade de São Paulo ainda é intenso. Isso remete à necessidade premente de políticas de reversão dessa tendência, através da provisão habitacional de interesse social em áreas centrais e no anel intermediário da cidade. Isso não elimina, entretanto, a necessidade de políticas de urbanização e melhoria do habitat nesses loteamentos. Na medida do possível, o mapeamento das áreas de risco, dos pouco loteamentos (ou parte deles) ainda passíveis de remoção e relocação, assim como daqueles cuja consolidação já se tornou irreversível, será fundamental para a definição das diretrizes a adotar no Plano de Ação.



acima: venda de lotes em V. Nagibe (LABHAB2003)

5.1.3 Precariedade Urbana e Habitacional

As áreas precárias estão distribuídas por todo o distrito, sem uma hierarquia facilmente identificável. O norte do distrito, por ter melhores condições de acessibilidade e mobilidade, abriga alguns bairros que têm população com renda mais alta. Mas não há uma homogeneidade na ocupação. A quantidade de favelas no distrito é grande e mesmo nesses bairros com melhores condições urbanas, encontramos núcleos de extrema pobreza com os menores valores de renda dos chefe de família.

O Jardim Ângela possui 153 favelas. A maior parte delas, 80%, estão localizadas na região mais consolidada do distrito, a norte, quase sempre nas áreas públicas dos loteamentos ou nas áreas que não foram ocupadas por terem altas declividades ou risco ambiental: nascentes e beiras de córregos. Cerca de 35% das favelas estão em beira de córregos ou nascentes e 75% estão em áreas públicas. Esse é o caso das duas favelas mais extensas, a Jardim Dionísio e a Jardim Nakamura.

Nesse setor norte do distrito, as três maiores favelas localizadas em áreas particulares são a do Morro do Índio, a do Parque Nova Esperança e a Guanguará. Todas estão em áreas de altíssima declividade e as duas últimas em beira de córrego. O Morro do Índio e o Parque Nova Esperança estão dentro do bairro Parque Novo Santo Amaro, o mais violento da região.

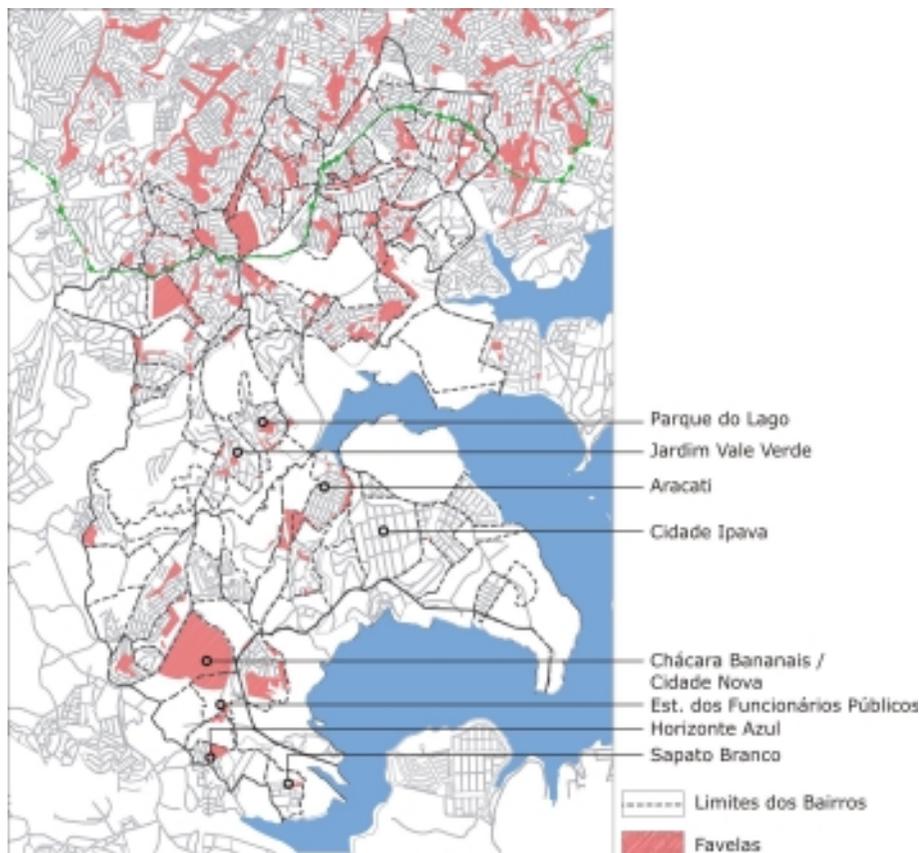
A partir do Centro Menininha, em direção ao sul, o número de favelas é muito menor. Os loteamentos são mais precários e muitas vezes é difícil notar a diferença entre invasões e loteamentos. No sul do Jardim Ângela é maior o número de favelas em áreas particulares e estas são as maiores. Glebas inteiras estão ocupadas por invasões. A mais impressionante é

a Chácara Bananais/Cidade Nova, que ocupa uma área de aproximadamente 50 ha, tem circulação interna difícil e grande parte não tem abastecimento de água, nem clandestino. Trata-se de uma invasão recente, porém já bastante ocupada e consolidada. Apenas uma pequena parte da gleba, onde a declividade é muito alta, está pouco ocupada.

Um levantamento pormenorizado das áreas precárias, que engloba e caracteriza também as favelas, pode ser consultado nas *Fichas de Áreas de Recuperação Urbana*, em anexo. Tais fichas serviram não só para o levantamento mais detalhado do diagnóstico, como também foram organizadas por tópicos de forma a permitir uma estimativa dos custos prováveis de urbanização, a serem elencados no Plano de Ação.

Ao circular pelo distrito, percebe-se claramente a relação entre acessibilidade e qualidade urbano-ambiental, um tema que será retomado também no item 5.3, sobre acessibilidade e mobilidade na região. As melhores áreas são as de acesso mais fácil e algumas das áreas mais precárias são as de acesso mais difícil. A Chácara Santa Maria, por exemplo, está localizada próxima ao Centro Comercial Menininha, mas seu acesso se dá por vias precárias, estradas de terra com dificuldades de passagem, configurando-se em um bairro extremamente carente de infraestrutura urbana e com habitações visivelmente de menor qualidade, apesar da proximidade com a “centralidade linear” da M’Boi Mirim. Neste sentido, destaca-se a importância de se repensar o papel e a conformação espacial dos centros geradores de emprego e renda, como será visto logo a seguir (ver item “Sub-centros comerciais”).

Os bairros que têm acesso principal pela Estrada da Baronesa são geralmente piores que aqueles ligados à Estrada de M’Boi Mirim, enquanto que a Estrada da Riviera dá acesso a bairros de classe média, inclusive ao condomínio fechado Altos da Barone-



Fonte: LABHAB, 2003.



no alto: Guangará (LABHAB2003)

acima: obras do Programa Guarapiranga no Nakamura
 (LABHAB2003)

sa. O condomínio encontra-se entre a Estrada da Baronesa e a Estrada da Riviera, mas na primeira, há apenas um acesso de serviço com segurança e um extenso muro.

Mais ao sul do distrito, bairros como o Parque do Lago, Jardim Vale Verde, Chácara do Bananal e Cidade Nova são acessíveis apenas por vias de altíssimas declividades ou estradas de terra esburacadas. Estas são algumas das áreas mais pobres e precárias do distrito. Já áreas como Jd. Aracati e Cidade Ipava estão em terrenos com declividades mais propícias à ocupação; porém, podem ser elencadas também entre as mais precárias por estarem em uma ponta do distrito com acesso restrito, possível apenas por uma via, a Estrada da Cumbica, estando por isso claramente isoladas do resto do distrito e da cidade. A área em que se encontram estes loteamentos tem ainda uma restrição ambiental maior pela proximidade da represa e por ser claramente uma área ambientalmente frágil. Os bairros Horizonte Azul e Sapato Branco estão localizado no extremo sul do distrito, com acesso principal pela Estrada do Funcionário Público. Estes, apesar do isolamento, são muito densos, certamente por terem uma ocupação mais antiga.



Prognóstico

A densidade de Cidade Ipava ainda não é muito elevada, mas é um distrito em crescimento. É um distrito com grande potencial para ações de melhoria urbano-ambiental pela ocupação ainda não tão alta, baixas declividades e áreas de mata ainda preservadas.

no alto: Estrada da Baronesa e Cidade Ipava (LABHAB2003)

acima: Horizonte Azul (LABHAB2003)

5.1.4 Políticas Públicas previstas quanto à precariedade urbana e habitacional: urbanização de favelas e áreas de risco geotécnico

Urbanização de favelas

No Jardim Ângela, 22 favelas receberam obras de urbanização e 7 têm obras em andamento, todas dentro do Programa Mananciais¹⁰, que é comentado com mais detalhes no item 5.3, "Saneamento e Meio Ambiente". As obras do programa priorizam o saneamento básico e incluem: rede de água, esgoto, drenagem pluvial, pavimentação, obras de contenção, canalização de córregos e reassentamento com acompanhamento social e educação ambiental.

As obras sempre tiveram reassentamento na área da própria favela, os quais foram mínimos. A maior dificuldade para o reassentamento são as restrições da legislação ambiental, por tratar-se de área de mananciais.

O Programa Guarapiranga prevê a urbanização de mais 41 favelas no novo financiamento em solicitação. Vale notar que tal programa prioriza o saneamento ambiental. Por isso, sua ação ainda é limitada quanto à sustentabilidade, uma vez que não há uma articulação com uma política integrada de gestão urbana e a urbanização é desvinculada da regularização. No mesmo sentido, faz-se necessária uma maior vinculação dessas intervenções de urbanização com programas sociais ou ações que visem uma inclusão social e integração da favela na cidade, tornando-a de fato um bairro. Sem isso, arrisca-se a infinita continuidade de segregação, o que até pode comprometer a efetividade das obras de saneamento (Denaldi, 2003). Neste sentido, a ação de fiscalização sobre as favelas, que seria um dos aspectos funda-

mentais para garantir essa sustentabilidade, não está acontecendo, como ressalta Uemura:

"(...) as áreas livres vizinhas às urbanizadas estão sendo ocupadas, criando novas demandas e novos problemas de infra-estrutura, como ocorreu no Jd. Copacabana. Sem a atuação de uma fiscalização eficiente, problemas como este farão com que os investimentos públicos tenham que ser infinitos para sanar e sanear o problema de proteção do manancial." (Uemura, 2000: 131)

A mesma questão, da adequabilidade e sustentabilidade das obras, é ressaltada no relatório "Parâmetros Técnicos para Urbanização de Favelas" (LABHAB, 1999): "*As obras de urbanização não devem ser intervenções pontuais, mas integrar-se nos projetos de um conjunto de intervenções nos bairros, buscando uma integração física e social do entorno.*" São recomendados no documento, para avaliação de programas relacionados a favelas, os seguintes aspectos para abordagem:

1. integração espacial, social e fundiária em relação ao entorno e à cidade;
2. programas de ações sócio-econômicas e educacionais em paralelo à ação no meio físico;
3. transformações ambientais, sanitárias e de saúde pública;
4. fortalecimento da organização social e da comunidade;
5. mudança da relação Estado-sociedade no tocante às políticas públicas;
6. mudanças das relações sociais e de poder entre os moradores e organizações (sociais e políticas) da comunidade;

7. alteração das relações de solidariedade entre os moradores;
8. mobilidade urbana / valorização imobiliária;
9. quantidade e qualidade das melhorias habitacionais feitas pelos moradores;
10. surgimento de grupos de produção, cooperativas ou outras experiências de geração de trabalho e renda;
11. mudança da percepção ambiental dos moradores em relação ao seu *habitat* e conseqüente comprometimento com a conservação das melhorias realizadas com a urbanização;
12. mudança na matriz de demandas / reivindicações da comunidade;
13. visibilidade e valorização do papel desempenhado pelas mulheres.

A listagem acima é indicativa do desafio que se coloca para o Plano de Ação, sobretudo em um distrito quase totalmente ocupado por favelas. Embora sejam inquestionáveis a importância, a qualidade e a efetividade das intervenções do Programa Guarapiranga, vale notar que ele atinge, a rigor, apenas o item 3, "transformações ambientais, sanitárias e de saúde pública", e deve portanto receber, impreterivelmente, a complementação de um arcabouço de políticas de governo integradas, que permitam potencializá-lo, para garantir a integração urbana e as melhorias ambientais desejadas.

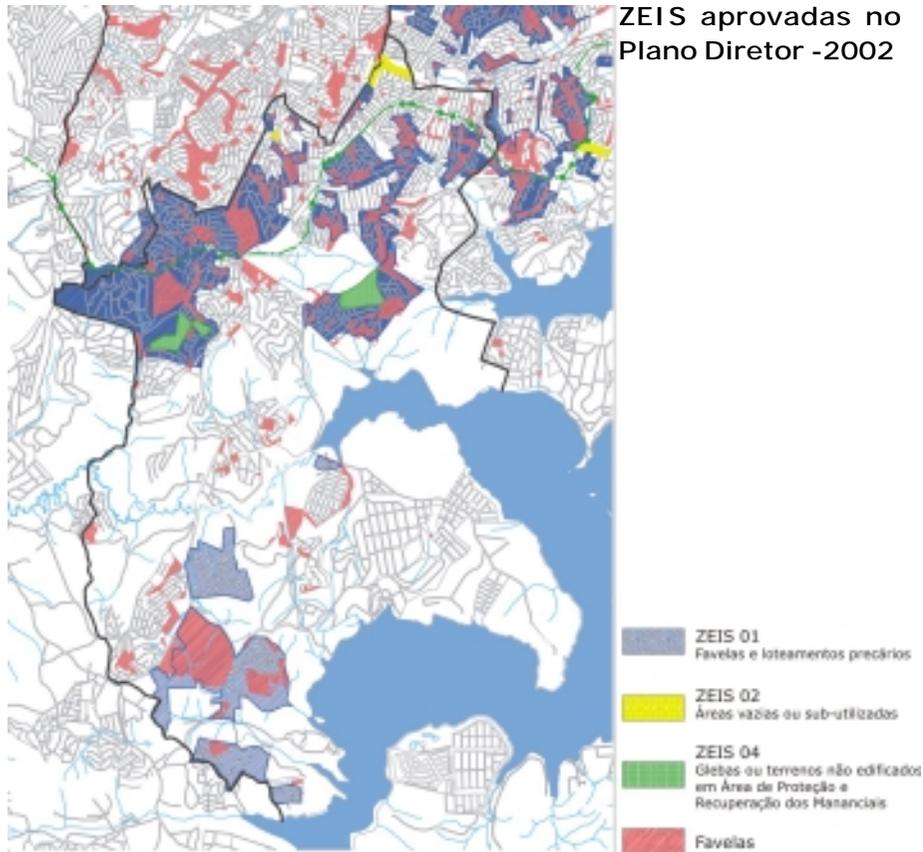
Além das obras previstas no bojo do Programa Mananciais / Programa Guarapiranga, o novo Plano Diretor definiu também ZEIS 1 (Favelas e Loteamentos Precários) no distrito. As ZEIS 1 abrangem praticamente todo o norte do distrito, mas deixam de lado

as favelas do Jardim Nakamura, Bologne, e Jardim Solange. No sul do distrito, as ZEIS 1 abrangem as grandes áreas favelizadas da Chácara Bananais / Cidade Nova, Jardim Vera Cruz, Horizonte Azul e Sapato Branco, mas deixam de fora as favelas do Jardim Capela, Vila Dom José, Vila Calú, Chácara Sonho Azul, Chácara Bandeirantes e Aracati.

O Plano Diretor aprovou também, no Jardim Ângela, 3 terrenos de ZEIS 4 (Glebas ou Terrenos não edificados em Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais). As áreas foram indicadas por serem terrenos ermos adjacentes às áreas densamente ocupadas. As ZEIS 4 são importantes, já que servem como áreas para relocação de famílias das áreas de risco e desadensamento das urbanizações previstas nas ZEIS 1. Todas as ZEIS, 1 e 4, serão definidas com mais precisão no Plano Diretor Regional do M'Boi Mirim, cuja elaboração ficou a cargo de uma equipe também do LabHab.

Há entretanto uma reflexão a ser feita a respeito dessa questão: a imensa quantidade de ZEIS 1 - que ocupam boa parte do distrito, sendo que como visto várias favelas ficaram de forma, provavelmente pela dificuldade da Secretaria Municipal de Planejamento em obter um mapeamento preciso dessas áreas - evidencia a necessidade de um Plano de Ação integrado, que estabeleça com precisão as formas de ação, as áreas específicas a intervir, as metas, etc. A simples denominação da área como ZEIS apenas serve para criar uma nova designação, que reflete a situação de praticamente para todo o distrito. Sem um detalhamento de política integrada não haverá alterações na situação de extrema precariedade habitacional de todo o distrito.

ZEIS aprovadas no Plano Diretor -2002



Fonte: SEMPLA / LABHAB, 2003.

Prognóstico

Devido à imensa quantidade de favelas no Distrito do Jardim Ângela, fica claro que a urbanização de favelas será o principal desafio a ser enfrentado pelo Plano de Ação. As políticas existentes nesse sentido estão todas, atualmente, no âmbito do Programa Guarapiranga. Embora elas devam ser continuadas e intensificadas, o que já deve acontecer com o novo financiamento previsto, aparece claramente a necessidade de ampliação da presença do poder público, para efetivar políticas de governo integradas e contínuas, no sentido de aportar às obras de urbanização de favela toda a dimensão de sustentabilidade e integração urbana que se faz necessária. As políticas (comentadas logo a seguir) para áreas de risco e de regularização fundiária, que estão sendo elaboradas pelas Secretarias Municipais de Governo e de Habitação, respectivamente, são importantes iniciativas nesse sentido e devem passar a ser trabalhadas de forma integrada às intervenções do Programa Guarapiranga.

Áreas de Risco Geotécnico

O último levantamento de áreas de risco geotécnico realizado no município de São Paulo é do início dos anos 90, durante a gestão da então prefeita Luiza Erundina. Nesse levantamento foram demarcadas áreas e favelas que apresentariam risco iminente.

Já na gestão atual, da prefeita Marta Suplicy, a iniciativa do *São Paulo Protege* consistiu na consolidação desse levantamento, cruzando-o com outras informações, num mapeamento de áreas de risco, subsidiadas por indicações das Sub-Prefeituras; os

critérios para essas definições não obedeceram a parâmetros homogêneos para toda a cidade, o que levou a grandes discrepâncias entre as áreas.

Encontra-se em andamento atualmente, por iniciativa da Secretaria Municipal de Governo, das Sub-Prefeituras e do Instituto de Pesquisas Tecnológicas da USP, o "*Mapeamento de riscos associados a escorregamentos em áreas de encostas e assolapamentos de margens de córregos nas favelas do Município de São Paulo*". Tal iniciativa visa permitir a definição de áreas para a implantação de intervenções preventivas.

Diferentemente do levantamento anterior, que definia favelas e grandes áreas como "áreas de risco", independente da situação de cada moradia dentro da favela, gerando distorções e um aumento considerável nas estatísticas de situação de risco, esse trabalho busca a identificação mais precisa do risco, com a definição exata do número de unidades afetadas e o grau do risco, além da necessidade de intervenção para cada uma delas ou de pequenos grupos de casas. A partir daí, busca-se a definição de um zoneamento de risco interno às favelas, e não um cadastro pontual de moradias em situação de risco.

Os resultados dos trabalhos estão fundamentados na realização de investigações geológico-geotécnicas expeditas, análise da probabilidade de ocorrência dos processos geológicos, identificação dos setores, análise de possíveis conseqüências dos processos, e a indicação de medidas de intervenção mais adequadas. Na cidade de São Paulo, as mais graves e numerosas situações de risco geológico e geotécnico estão associadas à ocorrência de escorregamentos em encostas ocupadas e de solapamentos de margens de córregos.

O levantamento foi realizado em setores definidos pelas Sub-Prefeituras como sujeitos a situações de risco. Foram sobrevo-

ados e identificadas, através de fotos oblíquas, as situações de risco, com indicação do número de domicílios afetados. Na Subprefeitura do M'Boi Mirim foram indicados e sobrevoados os 16 setores citados abaixo:

Jardim Dulce

Jardim Ibirapuera I

Jardim São Bento II

Jardim São Luís II

Jardim Solange/ Jardim Ranieri

Jardim Tamoio

Jardim Copacabana

São Francisco

Morro do Índio

Jardim Guarujá

Alto Riviera

Jardim Umuarama II

Felicidade

Erundina

Jardim Bandeirante

Parque Europa

Para definir as prioridades de intervenção, foram estabelecidos alguns critérios. O primeiro é o de nível de probabilidade de destruição de moradias no próximo período chuvoso, dividido em “muito alta”, “alta”, “média” e “baixa” probabilidade de destruição de moradias. O segundo é o porte do setor de risco, ou seja, o número de moradias ameaçadas. A prioridade seria atender, nessa ordem, setor de grande porte (mais de 20 moradias ameaçadas), setor de médio porte (entre 5 e 20 moradias ameaçadas) e setor de pequeno porte (menos de 5 moradias ameaçadas). O terceiro nível hierárquico na definição de prioridades é o de facilidade para implantação da intervenção, considerado a partir do cruzamento do custo da intervenção com o número de moradias a serem removidas. A priorização será dada às situações que agregarem baixo custo ao pequeno número de remoção de moradias.

Desse modo, a maior prioridade de intervenção nas situações de risco será para a área onde houver alta probabilidade de ocorrência de destruição de moradias, num setor de grande porte e com facilidade para implantação.

Levantamentos preliminares indicaram que 10 a 20% das favelas indicadas nos setores apresentam situações de risco de escorregamento; na Sub-Prefeitura de M’Boi Mirim, as situações de risco encontradas não foram de grande extensão ou precariedade, comparando-se com outros pontos da cidade, como por exemplo na Sub-Prefeitura de Butantã.

Segundo os técnicos responsáveis pelo trabalho, grande parte das situações de risco são provocadas por intervenções antrópicas (cortes em altas declividades, aterros) e ausência de infra-estrutura (obras de drenagem e saneamento básico). A concentração das águas pluviais e o vazamento em tubulações constituem importantes fatores desencadeadores dos processos. O levantamento e análise de situações de risco de alaga-

mento, risco de contaminação e outras formas de risco não fazem parte do escopo deste trabalho, e deverão ser realizados posteriormente.

Prognóstico

Os trabalhos de levantamento e diagnóstico deverão estar concluídos no início de abril, a partir de quando deverão ser definidas prioridades e elaborado plano de atividades nos 60 dias subsequentes. Esse zoneamento possibilitará uma avaliação das áreas, com objetivo de estabelecer soluções imediatas, de médio e longo prazos para aquelas em situações mais críticas, e torna-se portanto um elemento essencial a incorporar nas diretrizes do Plano de Ação.

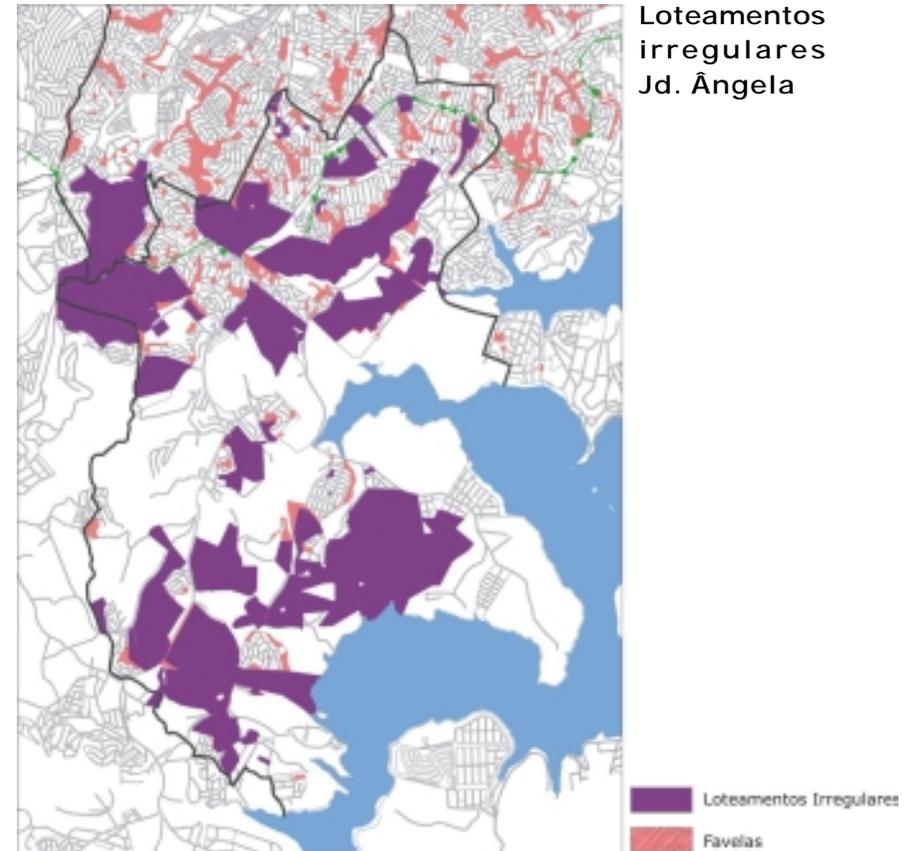
5.1.5 Regularização Fundiária

A situação de irregularidade fundiária, decorrente do processo histórico de produção da cidade desigual, e generalizada nas periferias de São Paulo, se reproduz também, evidentemente, no Jardim Ângela, sobretudo pelo fato do distrito se situar em área de proteção aos mananciais. Se há no RESOLO/SEHAB – Departamento de Regularização de Parcelamento do Solo da Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano – cerca de 3000 processos ativos solicitando a regularização de loteamentos irregulares e/ou clandestinos, um número certamente bem inferior ao total de loteamentos nessa situação, estima-se que 85 estejam no Distrito do Jardim Ângela. Isso reforça o diagnóstico segundo o qual o principal problema a ser resolvido para iniciar um processo efetivo de ordenação

habitacional e urbana nas periferias paulistas é o da regularização fundiária. Uma avaliação, aliás, adotada em regime emergencial também pelo Ministério das Cidades, para sua ação em todo o território nacional.

O mapa apresentado ao final da seção apresenta os loteamentos irregulares com processo de regularização no Distrito do Jardim Ângela, não necessariamente todos os loteamentos irregulares. Apesar das dificuldades técnicas desses procedimentos, sobretudo em região predominantemente situada na área de proteção aos mananciais, vê-se que a ação regularizadora do Poder Público consegue abranger, hoje, uma parte significativa daquele território. Os processos de regularização podem dizer respeito tanto à regularização técnica, a saber, a adequação de padrões urbanísticos, como à jurídica, que é a regularização da propriedade fundiária. Para a regularização de loteamentos, o RESOLO abre um processo chamado de processo “mãe” e, internamente ao loteamento, denominam-se “filhos” os outros processos que sejam abertos para regularização de lotes ou quadras. O RESOLO denomina por “demanda ativa”, processos de regularização em que a população do loteamento assina termo de compromisso de regularização e dispõe-se a desembolsar recursos para execução de obras de adequação aos padrões urbanísticos.

Dentre as irregularidades técnicas encontradas, são mais frequentes a não destinação de áreas públicas conforme o mínimo estipulado, a declividade de ruas superior ao limite, a falta de algumas obras de infra-estrutura etc. As irregularidades jurídicas (de propriedade), geralmente ocorrem em decorrência de problemas no título da gleba que deu origem ao loteamento, ou quando o parcelamento não condiz com o zoneamento do local. Muitas vezes, além da irregularidade do loteamento, pode haver irregularidade na ocupação do lote, como o desdobro, construção em área não edificável (beira de córrego, em terreno com declividade acima do permitido...) etc. Uma irregularidade



Loteamentos irregulares
Jd. Ângela

Fonte: RESOLO / SEHAB, 2003.

frequente encontrada nos loteamentos é a não destinação correta de áreas públicas (áreas verdes, institucionais e sistema viário). A lei federal 6766/79 determinou que o novo loteamento deveria destinar 35% para área pública, o que muitas vezes não ocorre e é o motivo da irregularidade. Para fazer frente a essa situação de “fato consumado”, foi criada uma lei municipal

de regularização de loteamentos, a 11775/95, que permite a regularização de loteamentos implantados até 31/12/94. Essa lei foi alterada pela 13428/02 que reduz para 25% o percentual de destinação de áreas públicas (apenas para regularização), facilitando os processos.

As Leis para as áreas de Mananciais e as Políticas Públicas Previstas quanto às questões de regularização fundiária

Como já foi dito, o Distrito de Jardim Ângela tem cerca de 90% de seu território situado em área de proteção aos mananciais. Assim, incide sobre o distrito, desde meados da década de 70, a lei estadual de proteção aos mananciais (LPM), lei 898/75 (regulamentada pela lei estadual 1172/76), que restringia as novas ocupações e dificultava (ou até impedia) a regularização. A LPM permitia as novas ocupações urbanas apenas em algumas áreas e com densidades muito baixas, em um padrão de urbanização muito diferente do encontrado na periferia de São Paulo, sendo mais permissiva nos casos de regularização de loteamentos implantados (com arruamentos prontos) antes de sua aprovação, em 1976. No entanto, proibia o desdobro de lotes ocorridos posteriormente à aprovação da lei, mesmo que em loteamento regular.

Não é novidade no Brasil a dinâmica de que há leis que “pegam” e leis que “não pegam” (Maricato, 1996, 2000). No caso dos mananciais, a lei nunca conseguiu coibir a dinâmica de crescimento desenfreado das periferias, como decorrência da formação da metrópole desigual.

Como já visto no início deste diagnóstico, a ocupação da região da Represa Guarapiranga se inicia ainda na década de 30, com

a atuação da empresa Auto-Estradas S/A, responsável pela construção dos acessos carroçáveis para a região (França, 2000), nos moldes tradicionais de provisão de infra-estrutura como alavanca para a valorização fundiária. A partir de 1937, o empreendimento “Cidade Satélite Balneária de Interlagos” inicia o processo de ocupação das áreas lindeiras à represa por loteamentos de alto padrão, reproduzindo a dinâmica de apropriação dos espaços de maior qualidade de consumo na cidade por suas classes dominantes, conforme mostrou Villaça (2001). Entretanto, já na década de 40, a rápida industrialização “com baixos salários” (Oliveira, 1977) e a forte migração rural-urbana de mão-de-obra atraída pelas indústrias instaladas próximas ao perímetro urbano, fizeram com que se iniciasse o povoamento das periferias da cidade, nos moldes da cidade desigual. Sem condições de acesso a terrenos em áreas mais nobres da cidade formal, essa população de baixa renda, o chamado “exército industrial de reserva”, só teve como alternativa instalar-se nas regiões periféricas, nas quais, além disso, o Estado pouco atuava no sentido de prover a infra-estrutura urbana compatível com tal crescimento (o que não era do interesse das classes dominantes). A região da Guarapiranga não fugiu a essa regra. A construção de “Cidade Dutra”, bairro popular destinado a funcionários de companhias prestadoras de serviços, como a Light e a CMTC, no lado leste da Represa, iniciava, ainda na mesma década, o processo de ocupação da região pelas classes populares (França, 2000).

A partir de então, a histórica falta de atenção do Poder Público para com a cidade informal, a ausência de fiscalização, e o acirramento dos processos de segregação sócio-espaciais que sempre expulsaram as populações de baixa renda dos centros em direção às periferias, fizeram com que o IBGE constataste a presença de cerca de 1,2 milhão de pessoas morando em áreas de mananciais no entorno das represas Guarapiranga e Billings. Assim, a aprovação de uma lei restritiva à ocupação dos ma-

nanciais, somente em 1976, já se tornava fadada ao insucesso.

Frente à total impossibilidade – em uma perspectiva de política pública democraticamente justa – de reverter um quadro de ocupação que, além de irregular, passou a trazer consideráveis prejuízos ambientais, aprovou-se em 1997 uma nova política de mananciais (lei 9866/97), estabelecendo diretrizes e normas de proteção e recuperação dos mananciais em padrões de gestão um pouco mais compatíveis com a realidade a enfrentar. Foram criados na ocasião cinco sub-comitês de bacias¹¹ na região metropolitana de São Paulo, dando-lhes autonomia para definir diretrizes próprias de recuperação, através dos Planos de Desenvolvimento e Proteção Ambiental – PDPA, que por sua vez deverão ser aprovados por leis específicas para cada Sub-Bacia. O PDPA da Guarapiranga já foi aprovado no Sub-Comitê Guarapiranga, no Comitê Alto Tietê e no CONSEMA, sendo que a lei específica para sua aprovação está agora na Assembléia Legislativa para ser votada. A aprovação da lei permitirá uma revisão mais ágil do PDPA, cujo conteúdo, essencialmente técnico e elaborado em 1996, já se encontra defasado.

A necessária revisão e implantação do PDPA, através da aprovação da lei específica da Bacia, é fundamental para uma mudança na gestão da Área de Proteção aos Mananciais, pois permite novos parâmetros para a ocupação criando áreas para recuperação ambiental, **que terão sua regularização facilitada em relação à lei de 75/76**. A nova lei também será menos restritiva com relação a atividades econômicas na APM visando sua sustentabilidade.

Outro mecanismo importante que passou a vigorar com a nova política de proteção aos mananciais, quando da aprovação da Lei 9866/97, foi o dos Planos Emergenciais. Estes incidem sobre loteamentos que tinham processos de regularização no RESOLO até 1996, ano anterior à aprovação da lei, e que foram

escolhidos por estarem em situação muito precária. Esses loteamentos podem se beneficiar de obras de saneamento, inclusive com tratamento de esgoto local (o que a Lei de 75/76 não permitia), visando reduzir impactos negativos da ocupação urbana sobre a qualidade da água.

No caso do Jardim Ângela, todos os loteamentos incluídos no Plano Emergencial terão obras de rede de água e rede elétrica, drenagem, contenção pontuais, cascalhamento de vias e repovoamento vegetal, sem nenhuma remoção. Quanto à rede de esgoto, o tratamento local é previsto, mas apenas em áreas não consolidadas. Como todos os loteamentos do jardim Ângela para os quais há previsão de obras dos Planos Emergenciais estão em área “consolidada”, a previsão é que toda a área seja conectada à rede pública de esgoto.

As intervenções do Plano Emergencial são, portanto, menos abrangentes que as urbanizações de favelas do Programa Guarapiranga, e nem prevêem reassentamento de população, mas permitem uma importante perspectiva de melhora emergencial. Vale notar que atualmente os Planos Emergenciais estão suspensos, por falta de uma linha de financiamento específica, mas sua retomada está prevista pela SEHAB, dentro do novo contrato a ser feito no âmbito do Programa Guarapiranga com o BIRD, em fase de aprovação.

Vale observar, entretanto, que as intervenções possíveis na Área de Proteção aos Mananciais são, por enquanto, de urbanização de favelas dentro do Programa Guarapiranga e nas áreas definidas pelo Plano Emergencial. Em nenhum dos casos, a intervenção prevê a regularização fundiária. Na verdade, face à perspectiva da aprovação da nova lei, o Poder Público vem mantendo em compasso de espera a regularização das áreas de mananciais.

Nesse sentido, o Programa Lote Legal, de responsabilidade do RESOLO e iniciado na gestão Celso Pitta (1997-2000), tinha - e ainda tem - por objetivo a regularização de loteamentos irregulares, contando com recursos do BID. Mas, dos 67 loteamentos escolhidos para regularização, nenhum se situava em área de manancial, devido às dificuldades de regularização por causa das restrições da lei. Já na gestão Marta Suplicy, o RESOLO escolheu concentrar as suas ações de regularização em determinadas áreas (até agora 240 loteamentos, muitos deles próximos um do outro), para que se conseguisse perceber efetivamente as mudanças corridas. Foram excluídos desta relação de loteamentos aqueles com características que dificultassem sobremaneira a regularização, em que os esforços dos técnicos de RESOLO e os investimentos realizados não resultassem em benefícios reais para seus moradores. Assim, excluiu-se qualquer loteamento em área de mananciais, onde RESOLO acredita ser impossível a regularização da maioria dos loteamentos, seguindo-se a atual lei de proteção. Seria possível a regularização apenas em alguns casos, de loteamentos implantados antes da lei de 1975/76. Entretanto, são poucos estes casos (apenas 3 no Jd. Ângela) e, como vimos, também é impossível regularizar nos casos de desdobro de lotes. Dessa forma, mesmo os loteamentos em mananciais implantados antes da lei de proteção não serão atendidos por RESOLO, por enquanto.

Assim, vale notar, fortalece-se a opção atual por parte da SEHAB em aguardar a aprovação da Lei específica da Sub-bacia Cotia-Guarapiranga. Com a nova lei, os empecilhos jurídicos seriam minimizados, tornando possível a regularização em casos antes considerados insolúveis.

Além da lei 9866/97, foi aprovada em 2002 a lei Trípoli (Lei 11216/02), que passou a permitir a compensação da densidade excedida em um terreno através da aquisição e preservação de outro terreno, na mesma sub-bacia (podendo ser em outro

município). Anteriormente já era possível a compensação, mas apenas com a compra de um terreno contíguo. Esse princípio, chamado de “vinculação ambiental”, pouco servirá entretanto para regularização dos loteamentos irregulares em mananciais, já que ele depende da aquisição de novos terrenos habitados em sua maioria por população de baixa renda. Tendo sido aprovada antes mesmo dos PDPA's, essa lei foi bastante criticada por ONGs e setores acadêmicos que lidam com o tema, pois na prática ela tende a servir apenas para regularização de alguns empreendimentos comerciais de médio ou grande porte ou para condomínios fechados existentes na área de mananciais.

Prognóstico

A regularização fundiária em áreas de mananciais é certamente o problema mais complexo, do ponto de vista jurídico, a ser enfrentado no Distrito do Jardim Ângela. Entretanto, os esforços feitos até agora para a elaboração de uma legislação mais adequada a essa realidade parecem possibilitar uma solução iminente, através da aprovação da Lei específica da Sub-bacia Cotia-Guarapiranga, que deve ser votada pela Assembleia ainda em 2003. Nesse sentido, parece coerente a opção da SEHAB em aguardar essa tramitação, para poder implementar uma intervenção mais consistente e definitiva. Os esforços políticos para apressar a aprovação da lei e sua sanção devem portanto ser intensificados, pois disso depende a desobstrução de um dos maiores obstáculos à ação do Poder Público no distrito. Por outro lado, a definição, no âmbito do Plano Diretor Regional, das ZEIS 1 e 4 localizadas na região, é um passo importante para permitir um processo de regularização mais ágil e de reassentamento populacional.

5.1.6 Sub-centros comerciais: pólos geradores de emprego e renda

Em qualquer área da cidade, e mais especialmente nas regiões periféricas excluídas, os pequenos centros comerciais são importantes pólos geradores de atividade urbana e econômica, contribuindo para a dinamização do setor e para a melhoria da qualidade do habitat.

No distrito do Jardim Ângela, podemos distinguir os centros comerciais em três tipos: os centros regionais, os centros de bairro e os sub-centros locais.

Os centros regionais identificados são: o centro Ângela, o Menininha/Ranieri e o centro Comendador Sant'Anna, que apresentam comércio e serviços de maior porte, cuja abrangência de atendimento atinge todo o distrito, e mesmo setores de distritos vizinhos.

No centro regional do Ângela há uma praça, conformando um largo, com camelôs, posto policial comunitário, dois supermercados (um deles da rede Barateiro), posto de gasolina, diversas lojas de móveis, como das redes Casas Bahia e Lojas Marabraz, entre outras, e uma imobiliária. Próximo dali fica a Igreja dos Santos Mártires, sede da paróquia, sob responsabilidade do Pe. Jaime Crowe, importante liderança comunitária na região. No centro regional Menininha/Ranieri encontra-se instalada uma grande padaria (chamada Menininha), um mini-shopping, um posto policial comunitário, um posto de gasolina e diversas lojas de material de construção e de móveis, espécie de comércio presente por todo o distrito.

Os dois centros regionais acima citados localizam-se na Estrada do M'Boi Mirim, via de fluxo intenso que faz ligação do Jardim Ângela com Santo Amaro e, no sentido sul, com o Município do Embu. Esses centros comerciais coincidem com as áreas mais

densas do distrito. Nas proximidades desses "centrinhos" estão também alguns dos setores censitários que têm chefes de família com rendas mais altas. A M'Boi Mirim pode ser caracterizada, em grande parte de sua extensão, como um corredor comercial; nos trechos da estrada classificados como centros regionais, percebe-se claramente uma concentração maior de atividades de comércio e de serviços.

Essa talvez seja uma das principais dificuldades enfrentadas na estruturação urbana do distrito. Como se verá no item 5.3, "Acessibilidade e Mobilidade", a dificuldade de acesso ao bairro, em função de uma topografia acentuada, das restrições ambientais e da intensa ocupação espacial, fez com que a Estrada do M'Boi Mirim se tornasse o que poderíamos chamar, paradoxalmente, de uma "centralidade linear". Isso significa que a quase totalidade das atividades econômicas, geradoras de emprego e renda, se concentram linearmente ao longo dessa via, como no caso dos dois sub-centros de abrangência regional acima citados. Assim, fica dificultado o surgimento de pólos não-lineares de atividade econômica, que seriam importantes vetores de espraiamento radial da geração de emprego e renda. Mesmo no caso dos dois sub-centros citados, há uma intensificação da atividade econômica, porém sempre atrelada à estrutura linear da M'Boi Mirim, e o espraiamento radial é dificultado pela topografia e pela intensidade da ocupação no entorno imediato.

Além desses dois centros regionais localizados na Estrada do M'Boi Mirim, há um terceiro centro de abrangência regional localizado na Av. Comendador Sant'Anna, importante ligação da M'Boi Mirim com a Estrada de Itapeverica e o distrito de Capão Redondo, que concentra um grande número de instalações comerciais e de serviços de alcance regional nesse corredor comercial. Nessa avenida, já no Capão, há lojas das redes Barateiro, Extra, Eletro, Marabraz, Casas Bahia, uma escola, uma igreja e

um posto de venda de passagens, entre outros equipamentos. No lado do Jardim Ângela há uma agência do Bradesco, único banco em todo o distrito.

Em seguida, dois centros de bairro podem ser identificados em localizações mais periféricas do distrito, menores que os regionais em sua escala de influência. Ambos apresentam grande potencial de crescimento e desenvolvimento: o centro de bairro do Jd. Capela (no encontro das estradas M'Boi Mirim e Funcionários Públicos) e o centro de bairro de Cidade Ipava. Esses centros de bairro mantêm grande importância em determinadas áreas, extrapolando a condição de "centrinhos" de comércio e serviços estritamente locais, para atender grandes porções territoriais do Jardim Ângela. Os centros de bairro caracterizam-se por possuir comércio e serviços com razoável diversificação de atividades e capacidade de atendimento das demandas dessa população. O surgimento dessas centralidades decorre de alguns fatores: encontrarem-se afastados dos centros regionais, geograficamente instalados na confluência de bairros ou de vias de acesso a bairros isolados, com condições mais precárias de deslocamento e acesso ao transporte coletivo.

O centro de bairro de Cidade Ipava não se localiza em um eixo viário estrutural, mas é nele que se concentram as atividades comerciais de um conjunto de bairros menos servidos (Aracati, Cidade Ipava e Gilda). Ele possui lojas de vestuário, um supermercado de médio porte (da rede Figueira), um mini mercado, padaria e sacolão. Também no centro de bairro do Jd. Capela há um posto de gasolina, de grande importância no atendimento de todo o "Fundão" - como é denominada pela população local a região sul do Jardim Ângela. Na Cidade Ipava há uma sorveteria e camelôs. No Jd. Capela, a garagem da empresa de ônibus de mesmo nome gera um certo movimento de pessoas na área.

Por fim, o terceiro nível de atividades comerciais é garantido

pelos sub-centros de bairro, pequenos centrinhos comerciais presentes em praticamente todos os bairros, sendo que muitos deles possuem mais de um. O comércio existente é estritamente local, suprimindo as necessidades cotidianas dos moradores.

Geralmente esses sub-centros coincidem com o ponto final de ônibus ou lotação. Sua implantação é semelhante na maior parte dos casos: os pontos finais instalam-se numa espécie de "largo", em torno do qual concentram-se as atividades de comércio e serviços que, em geral, não passam de padarias, bares e salão de cabeleireiro. Dependendo da área e população que o sub-centro de bairro atende, podem surgir atividades de porte um pouco maior, como açougue, peixaria, ou posto de saúde, como no caso do Jd. Vera Cruz que, apesar de ser um sub-centro, possui uma pequena academia de ginástica. Esse bairro, aliás, possui dois pontos que podem ser classificados como sub-centros de bairro: uma na confluência da Estrada dos Funcionários Públicos com a rua Anatole Liadoy, e outro sub-centro no outro extremo desta, junto ao ponto final das lotações.

Entre os sub-centros de bairro pode-se destacar também o do Parque das Cerejeiras, por ter grande potencial de crescimento e desenvolvimento, podendo vir a ser um centro de bairro. Esse sub-centro de bairro localiza-se em uma via que dá acesso ao cemitério de mesmo nome. É ainda pouco expressivo, com comércio de pequeno porte, mas, por sua localização, foi destacado pela Associação dos Comerciantes do Jd. Ângela como um local propício para a expansão do comércio local, inclusive para instalação das redes de padarias e mercadinhos.

Os sub-centros de bairro podem ser identificados como áreas potenciais para atividades culturais e de lazer e de geração de emprego e renda. São também espaços propícios para a integração social por serem locais que já são referência para a população.

Foi constatado nas oficinas participativas que os centros de maior referência para a população são os centros regionais Ângela e Menininha e o entroncamento da Estrada do M'Boi Mirim com a Estrada dos Funcionários Públicos, grandes eixos estruturadores do distrito. Tal avaliação corrobora a constatação de que as áreas potenciais de crescimento estão situadas em eixos viários e próximas a bairros densos, como o entroncamento da Estrada do M'Boi Mirim e Estrada dos Funcionários Públicos, o Centro do Capela, logo acima, e, mais ao norte, a Estrada de Guavirituba, uma das poucas vias de ligação entre Estrada da Baronesa e Estrada do M'Boi Mirim.

As reivindicações com relação a serviços inexistentes no Jardim Ângela, como cartórios, poupatempo e bancos (só há uma agência, no extremo norte do Jardim Ângela), concentram-se nas áreas supracitadas, assim como as reivindicações com relação a um incremento comercial para o distrito.

Políticas Públicas Previstas para o Setor

A EMURB – Empresa Municipal de Urbanização – através de seu programa intitulado “Centros de Bairro” desenvolve projetos de paisagismo e requalificação de praças em distritos com grandes déficits de equipamentos - definidos pela Secretaria Municipal de Trabalho.

As intervenções realizadas nas praças caracterizam-se pelo projeto paisagístico que inclui o plantio de palmeiras, uma marca das intervenções da EMURB na cidade. Alguns serviços complementares à praça às vezes são executados, como obras de drenagem.

No distrito do Jardim Ângela a EMURB urbanizou a praça existente na rua Colônia Nova - o local era conhecido como Antigo Balneário - próxima ao centro regional do Ângela. Grande parte do espaço livre público existente naquela rua encontra-se ocu-

pado por favela. A intervenção privilegiou o uso intensivo do lazer na praça, com a construção de uma quadra de esportes, pista de skate, variados brinquedos infantis, bancos, algumas mesas e a instalação de lixeiras, além do plantio de palmeiras.

Se concatenadas às políticas de incentivo ao comércio local, de melhoria viária e de habitação nos centros e sub-centros de bairro, tal programa poderá contribuir para uma intervenção multi-setorial capaz de dinamizar os pólos geradores de atividade urbana, trabalho e renda e a coesão social e qualidade de vida decorrentes.



acima: Praça da rua Colônia Nova: urbanizada pela EMURB (LABHAB2003)

Prognóstico:

Faz-se importante levantar a possibilidade de dar condições urbanísticas para que os pólos comerciais ao longo da M'Boi Mirim possam se expandir concentricamente, rompendo a linearidade atual. Também deve-se atentar para o grande potencial de crescimento dos dois centros de bairro enquanto pólos geradores de trabalho e renda, centros de cultura e esportes e pólos estruturadores da atividade urbana. A geração de emprego e renda pode ganhar impulso - no quadro atual de recessão econômica e precarização das relações de trabalho - através de experiências alternativas de economia solidária e cooperativismo. O tema será explorado no item que trata das ações da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade.

Os sub-centros de bairro, e em especial o Parque das Cerejeiras, são também referências para os moradores, e devem receber especial tratamento urbanístico, já que proporcionam melhor coesão social e qualidade de vida em bairros remotos e muitas vezes isolados dos centros maiores. Nesse sentido, o programa "Centros de Bairro" da EMURB, embora não trate da questão do fomento ao comércio, que poderia ser feito através de instrumentos urbanísticos de incentivo, mas da urbanização e provisão de equipamentos de esporte e lazer, pode se casar perfeitamente na dinâmica de indução dos centros e sub-centros de bairro.

5.1.7 Mercado Imobiliário e Desenvolvimento Comercial

A principal barreira para o aumento das atividades comerciais no Jardim Ângela, como opção para geração de emprego e renda, é o fato, mais uma vez, da maior parte do distrito estar localizada em Área de Proteção aos Mananciais. Além disso a questão da violência urbana, que será tratada no item 7, é também um grande impedimento para os investimentos no bairro

Em uma entrevista com representante da Associação dos Comerciantes do Jardim Ângela e dono de imobiliária, a equipe pôde ter uma idéia da dinâmica imobiliária e comercial do distrito. Segundo essa liderança, o Jardim Ângela é, na região, um lugar marginalizado por conta das restrições ambientais. Segundo seu relato, pôde-se notar nos últimos anos uma retração nas atividades comerciais por conta do estigma que o bairro tem de mais violento do país. A partir da divulgação de dados de homicídios em meados da década de 90, ele relata que cerca de 40% das imobiliárias fecharam e houve uma grande desvalorização dos terrenos.

A Associação dos Comerciantes é uma referência para pessoas que desejam investir no bairro. Eles indicam áreas com potencial de crescimento e têm contato com duas principais redes de mercadinhos e padarias da região, Figueira e Riviera. Um dos indicadores por eles utilizados para a indicação do surgimento de um novo sub-centro de bairro, onde valerá a pena investir, é o surgimento de um novo ponto final de lotação (na maioria clandestinas) ou de uma nova linha de ônibus (o que é mais raro). Acreditando no processo natural de valorização decorrente da atividade urbana e da atração por nova infra-estrutura, o comerciante comenta que mesmo que o bairro esteja sem asfalto e precário, e no início a rentabilidade seja baixa, vale a

pena investir, esperar um pouco, que logo as melhorias vêm e o comércio melhora.

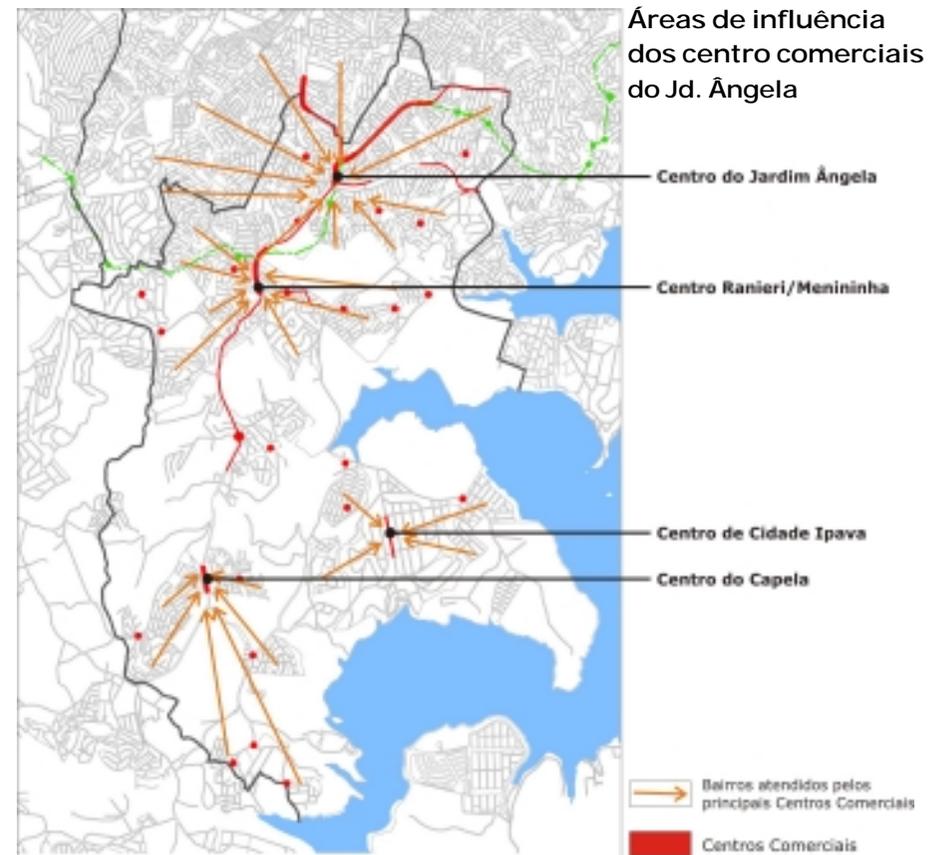
Notamos que de fato o comércio está intimamente ligado às linhas de ônibus e lotação. As principais áreas comerciais nos eixos viários estão ligadas, também, a acesso aos loteamentos. Estes têm quase sempre acesso por uma única via, e são nestes entroncamentos que se encontram os centros regionais. O Centro do Jd. Capela apresenta um grande potencial para investimentos por esse motivo. Três bairros populosos desembocam nele, que é passagem obrigatória para a população que mora no “Fundão” do Ângela.

A influência do tráfico é também um elemento importante na dinâmica dos investimentos comerciais no distrito. Para abrir um pequeno comércio em grande parte dos bairros, não basta comprar um imóvel e investir nele. Deve-se também “avisar” o dono do local, o traficante que controla a movimentação na área, com quem uma aliança é imprescindível.

A associação dos comerciantes existe desde 93 e eles avaliam que o bairro deve melhorar bastante com a implantação da Sub-Prefeitura. O bairro era “esquecido” pela Administração Regional por ter restrições ambientais. Agora está garantido um orçamento para a área e espera-se, portanto, mais investimento público. Esta notícia já tem atraído investidores.

Ultimamente a associação tem trabalhado com lideranças de bairro. As reivindicações da população por equipamentos de saúde e de educação interessam muito aos comerciantes, pois o entorno desses equipamentos é geralmente potencializado para o uso comercial.

Comenta-se no bairro que o Barateiro está procurando um terreno no Centro do Capela para abrir uma nova loja, mas não



encontrou ainda devido aos impedimentos da Lei de Mananciais. Moradores acham que o terreno próximo ao novo terminal, onde a prefeitura estuda a construção do hospital é visado pela rede de supermercados.

Quanto aos empreendimentos imobiliários, vale observar que a

paisagem do Jardim Ângela é de um mar de edificações auto-construídas e amontoadas. Quando se procura por edifícios construídos por empreendedores privados de maior porte, identificam-se apenas dois conjuntos residenciais e as grandes lojas do Centro do Ângela. Os dois conjuntos encontram-se praticamente no limite com o distrito do Capão Redondo. Ambos são de classe média baixa. Um tem cerca de 12 anos e o outro tem mais de 20, segundo relato dos moradores.

A Região Sul recebeu um grande investimento público viário nos últimos dez anos, como comentado no item 5.3 que segue. A Estrada de Itapeperica foi duplicada, a Av. Carlos Caldeira Filho foi aberta e a linha 5 (Lilás) do metrô foi inaugurada. Estes investimentos concentraram-se no distrito do Capão Redondo. No entorno destas obras, está claro o impacto no mercado imobiliário: vários novos lançamentos de classe média foram e estão sendo construídos. O comércio mudou de cara, de um comércio de bairro para lojas de maior porte, de abrangência regional. Estudos promovidos pelo Metrô (Silva, s.d.) mostram que, no caso da linha 4, a construção do metrô provocou a intensificação de lançamentos imobiliários de médio padrão, geralmente apartamentos de 2 dormitórios. Isso se explica pelo fato de que é a classe média que se utiliza predominantemente do metrô em São Paulo, e não as classes dominantes, que optam pelo transporte motorizado individual. É portanto de se esperar que a chegada da linha Lilás promova o mesmo tipo de valorização no entorno da estação, assim como ocorreu na linha 4. Qual será, entretanto, o poder de sinergia dessa nova situação, quanto à possibilidade de expansão dessa atividade imobiliária em direção ao sul, no Jardim Ângela? É uma questão difícil de prever.

A via que faz ligação do Capão com o Ângela, a Av. Comendador Sant'Anna sai da estação final do metrô, passa pelo Centro do Capão e sobe em direção ao centro do distrito em estudo. A

avenida torna-se, nesse trecho, uma estreita rua de bairro. O comércio torna-se rarefeito até aproximar-se do Centro do Ângela. O impacto das novas obras não atinge o Jardim Ângela, mas há certamente potencial para que isso aconteça, sobretudo com a previsão de abertura de uma nova via de fundo de vale, que sairá da estação Capão Redondo do Metrô em direção ao novo terminal de ônibus, atualmente em fase final de obras, na Estrada de M'Boi Mirim, compondo um sistema binário com a Av. Comendador Sant'Anna. É justamente no local de chegada dessa nova avenida que uma praça de Centro de Bairro foi recentemente construída pela Emurb. Nesse sentido, é de se esperar um adensamento decorrente da chegada do metrô, o que exige alguns cuidados nas políticas de uso do solo, no sentido de evitar a sobrevalorização fundiária e a expulsão da população mais pobre para ainda mais longe, em direção à represa. Estes temas, e os mapas relativos ao tema, serão retomados com mais detalhes na seção 5.3, sobre acessibilidade e mobilidade urbana no distrito do Jardim Ângela.

5.2 Saneamento ambiental e habitação

5.2.1 Recursos Hídricos e Cobertura Vegetal

O Jardim Ângela é um distrito caracterizado por uma série de restrições físicas e ambientais ao assentamento humano. Como já dito, o distrito tem cerca de 90% de seu território em Área de Proteção aos Mananciais da Represa Guarapiranga e é cortado por um dos principais contribuintes do reservatório, o Rio Embu Mirim. Esse rio, junto com o Embu Guaçu, era responsável por 90% da água da represa, até a construção do canal ligando a Billings à Guarapiranga¹². A bacia de contribuição do Rio Embu Mirim está ocupada por diversos loteamentos de alta densidade, mas sua margem e várzea estão relativamente preserva-

das. O rio mantém seus meandros e uma extensa área de várzea, principalmente na área do Parque Guarapiranga. O principal impacto sobre o leito do Rio Embu Mirim é decorrente do loteamento Jardim Aracati e da invasões adjacentes, localizados no encontro do Rio com a represa. Neste ponto a represa encontra-se bastante assoreada.

O distrito possui algumas regiões extremamente densas, com esgoto sendo depositado diretamente nos cursos d'água, ocupações em beiras de córregos e praticamente sem área permeável. Há também muitas glebas vazias, com mata preservada ou de reflorestamento, com córregos em boas condições, sobretudo na porção sul do distrito.

As organizações não-governamentais *Instituto Sócio Ambiental, Núcleo Guarapiranga e Ecoscâmbio* elaboraram em 1998 o "Diagnóstico Sócio-ambiental Participativo da Bacia do Guarapiranga". Nesse documento, as sub-bacias do Guarapiranga foram classificadas, para os anos de 1989 e 1996, segundo um índice de degradação hídrica relacionando o coeficiente de ocupação, o índice de escoamento, e o índice de vegetação¹³. Esse índice de degradação varia de 0 (melhor nível de degradação) a 210,49.

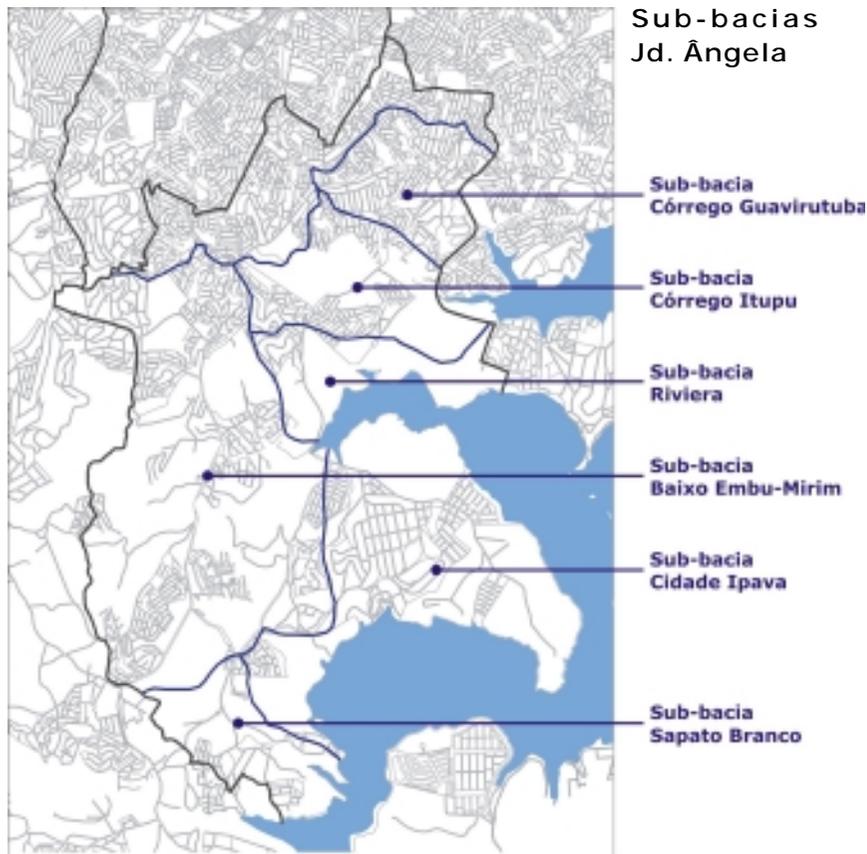
A sub-bacia do Guavirutuba, considerada pelo estudo como uma das mais problemáticas - com índice de 126,48 - é responsável pelas maiores cargas de poluição e sedimento na represa. As sub-bacias 2 e 3, Rio Embu Mirim e Córrego Itupu respectivamente, estão em uma condição intermediária de degradação hídrica. Porém, enquanto a 3 teve uma variação de 37%, a sub-bacia do Embu Mirim teve seu índice aumentado em 68,68% para pior, em função de um aumento do coeficiente de urbanização da bacia.

As sub-bacias 5c (Riviera) e 5d (Cidade Ipava), têm índices



no alto: ocupação de beira de córrego - Kagohara (LABHAB2003)

acima: ocupação de beira de córrego - Guanguará e obras do Programa Guarapiranga - P. Novo Sto. Amaro (LABHAB2003)



Fonte: SIG / Programa Guarapiranga in Diagnóstico Sociambiental Participativo Popular da Bacia do Guarapiranga, 1998.

ainda bastante baixos, 6,26 e 6,86 respectivamente, e com variações de 18,97% e 102,56%. Em Riviera, o crescimento é relativamente estável, com densidade relativamente baixa, já que corresponde a um dos poucos loteamentos de classe média-alta ainda restantes na região. As áreas urbanas da sub-bacia já estão consolidadas e o restante tem sua preservação

garantida pelo Parque Ecológico Guarapiranga. Já Cidade Ipava, tem ainda uma grande quantidade de terrenos vazios nos loteamentos já ocupados, além de loteamentos ainda parcialmente vazios. É uma das áreas que tem maiores índices de crescimento do distrito, devido à disponibilidade de áreas propícias ao assentamento, o que a torna uma área ambientalmente sensível e com necessidade de qualificação urbana. Entretanto, a ação adequada do poder público, no âmbito do Plano de Ação, pode resultar em uma ocupação com grande potencialidade de recuperação urbana e que contenha o processo de adensamento. Esta é uma das regiões tratadas na seção 8, "Áreas de grande potencial urbano".

O Parque Ecológico do Guarapiranga, do Governo do Estado, tem um papel fundamental na qualidade ambiental, por preservar uma extensa área na beira da represa, várias nascentes e parte da várzea do Rio Embu Mirim. As demais áreas preservadas do distrito são, na maior parte, terrenos particulares. O parque, com 320,28 hectares, foi criado com a função de recuperação e recomposição da paisagem e de desenvolvimento de projetos ligados a educação ambiental e lazer. Criado dentro do Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Guarapiranga, em 1999¹⁴, pela Secretaria do Estado de Meio Ambiente, ele ocupa 0,5% da área total da bacia, e possui uma reserva de aproximadamente 110 hectares, onde é possível distinguir matas, capoeiras, campos, várzeas e áreas brejosas, em que foram realizados trabalhos de repovoamento e enriquecimento vegetal nos ambientes mais alterados pela ação humana. O parque oferece ainda oportunidades de recreação e lazer, como quadras de esporte e áreas de recreação infantil, assim como alguns equipamentos culturais como biblioteca e auditório. O estacionamento tem capacidade para 450 carros e dez ônibus. Entretanto, por dificuldade de acesso, e por problemas de gestão, o parque vem sendo sub-utilizado pela população local, segundo relatos de grande número de participantes das oficinas.

Também dentro do investimento em parques no Programa Guarapiranga, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente implantou na região o Parque da Ilha dos Eucaliptos, com área de 32,06 hectares, onde vive uma fauna composta por macacos-prego, tatus, veados, capivaras e diversas espécies de aves. A implantação de parque na ilha visava recomposição florestal, pesquisa e implantação de infra-estrutura básica para fiscalização.

5.2.2 Geomorfologia

O Jardim Ângela tem altitudes que variam de 840m a 736m, cota da represa. Alguns dos pontos mais altos estão em loteamentos próximos da represa, em que quedas acentuadas constituem barreiras físicas ou áreas de risco. Em alguns casos essas altas declividades contribuíram para conter uma ocupação por loteamentos irregulares nas beira de córregos; em outros, estas áreas, ambientalmente frágeis já foram invadidas, causando grandes danos ambientais e risco para as pessoas que as habitam.

O IPT elaborou, em 1996 um mapa de Aptidão Física ao Assentamento Urbano¹⁵, que classifica o território destacando restrições físicas à ocupação. No Jardim Ângela existem quatro situações:

- Áreas Favoráveis – Aracati e Cidade Ipava: área de *"colinas, predominam amplitudes de 40m e declividades de até 20%, topografia suavizada, não exigindo práticas especiais em projetos de parcelamento. A área tem uma ocupação em consolidação e intenso crescimento populacional."* Possui um centro comercial de bairro mas ainda tem muitos lotes vazios. Como já foi dito, tratam-se de áreas de grande potencial urbano, que serão tratadas no item 8 deste diagnóstico.

- Áreas com restrição localizada – "Fundão": área de *"morrotes, predominam amplitudes de 60m e declividades de 20% - condições topográficas predominantemente favoráveis, com alguns setores problemáticos (declividades maiores que 30% e cabeceiras de drenagem) que exigem cuidados especiais de projetos de implantação."* Loteamentos densamente ocupados intercalados por imensas glebas vazias. Em geral, as áreas com maiores restrições, declividades mais acentuadas e cabeceiras estão ocupadas por favelas.

- Áreas Passíveis de ocupação com sérias restrições – toda a parte norte do distrito com exceção da várzea do Guavirutuba: *"morros baixos, predominam amplitudes de 100m e declividades de 30%, condições topográficas desfavoráveis em muitos setores de encostas que impõem diretrizes rígidas de projeto e implantação."* Ocupação densa e consolidada com poucas glebas vazias. Nesta região a principal área não ocupada é a do Parque Ecológico Guarapiranga. Tal situação reforça o papel do parque como área de preservação, não adensável, e que deve portanto ser objeto de políticas de gestão que intensifiquem seu uso para lazer e recreação.

- Área com severas restrições - planície aluvial do Rio Embu Mirim, do Guavirutuba e do Córrego Itupu: *"predominam declividades inferiores a 5%. Baixa declividade do terreno, pouca profundidade do lençol freático e ocorrência de solos com baixa capacidade de suporte. Sérios problemas de enchentes e dificuldades para implantação de obras de saneamento, edificações e sistema viário."* Entretanto, a planície aluvial do Guavirutuba está praticamente toda ocupada, com exceção de um trecho de alta declividade mais próxima da margem da represa. A planície do Córrego Itupu está mais preservada devido às quedas acentuadas que formaram barreiras físicas para a expansão dos loteamentos Alto do Riviera, Fujihara e Copacabana. Parte está preservada por ser um terreno particular não loteado e a outra

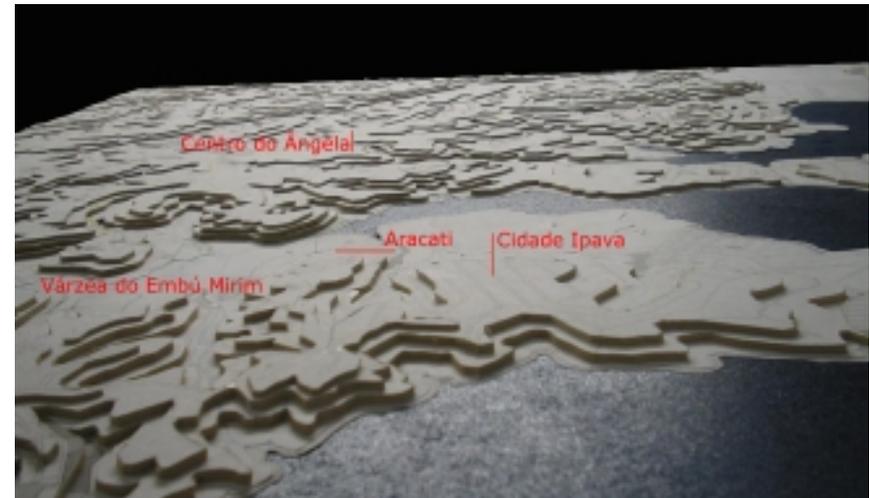
parte é protegida pelo Parque Ecológico Guarapiranga. Um ponto crítico da várzea do Itupu é a favela Guanguará, onde há lotes sobre o córrego, entre a Estrada de Baronesa e a Estrada do Riviera.

A várzea do Embu Mirim é extensa e contém três situações: áreas densamente ocupadas (Jararaú, Jardim Vale Verde e Parque do Lago), áreas de mata preservada em terrenos particulares e áreas de mata preservada do Parque.

Prognóstico:

Destaca-se, nesta seção, a potencialidade de recuperação urbana de Cidade Ipava, que será portanto uma das áreas destacadas para intervenção do Plano de Ação, no item 8 deste diagnóstico.

Também é bastante claro o papel que o Parque Ecológico do Guarapiranga desempenha, como área de proteção e preservação ambiental. Entretanto, apesar dos equipamentos existentes, ele ainda é visto pela população como uma área pouco aproveitada, pouco fiscalizada e com acesso restrito, propiciando, em algumas partes, situações de insegurança urbana. Faz-se clara portanto a necessidade de uma política de gestão mais adequada à intensa demanda da população por melhorias em seu uso.



Geomorfologia

Aracati e Cidade Ipava - áreas favoráveis à ocupação
Várzea do Embu Mirim - sérias restrições à ocupação
Centro do Angéla e Norte do distrito - Áreas Passíveis de ocupação com sérias restrições (IPT, 1996)



Parque Ecológico Guarapiranga

" (...) investir na fiscalização de áreas verdes... Isso tem que ser feito porque essa região - eu moro nessa região, de vez em quando a gente vê alguém ocupando, (...) escuta, tem gente ocupando, o que que a gente pode fazer? E a gente acaba fazendo o papel que o Estado não faz e na realidade o Estado não está nem aí."

Morador do Distrito

5.2.3 Saneamento: o Programa de Saneamento Ambiental e Recuperação Urbana da Bacia do Guarapiranga (política em andamento).

O Programa de Saneamento Ambiental e Recuperação Urbana da Bacia do Guarapiranga teve início na Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), com a participação da então Secretaria Nacional de Saneamento (Ministério da Ação Social) e apoio financeiro do BIRD. Posteriormente, foram integrados ao projeto a Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras do Governo do Estado, através da Unidade Gerenciadora de Projetos (UGP). Outras secretarias estaduais e a Prefeitura do Município de São Paulo, então na gestão Luiza Erundina, e prefeituras de municípios vizinhos foram também chamadas a participar. Em 1992, encerrada a fase de preparação do Programa, foi assinado contrato entre o Governo do Estado e o Banco Mundial, baseado em orçamento de US\$ 262 milhões, para ser investido entre 1993 e 1997. O Programa teve o prazo de sua implantação posteriormente estendido até o ano 2000.

O arranjo institucional que permitiu a atuação conjunta de vários órgãos governamentais baseou-se na divisão da primeira fase do Programa Guarapiranga em cinco sub-programas: serviços de água e esgoto, coleta e disposição final de lixo, recuperação urbana, proteção ambiental e gestão da bacia.

A Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo, único executor do Programa Guarapiranga não pertencente à esfera estadual de governo, além, ficou responsável pelo Subprograma 3, que referia-se à recuperação urbana e ambiental da bacia. Nessa etapa do Programa, a dotação orçamentária do Subprograma 3 era a maior entre os subprogramas previstos: US\$113,9 milhões; o valor total seria também aplicado na atuação da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) nos municípios vizinhos (Embu,

Embu-Guaçu e Itapecerica da Serra) pertencentes à bacia do Guarapiranga, em alguns conjuntos construídos para casos de remoção e reassentamento. Os objetivos do Subprograma 3 eram “urbanização de núcleos de favelas; remoção e reassentamento de famílias residentes em favelas, em áreas de risco ou sem condições de esgotamento sanitário, e adequação de infra-estrutura viária e de drenagem em áreas urbanas degradadas” (França, 2000: 29).

A atuação da SEHAB no Programa Guarapiranga foi pautada pela subdivisão da área em 30 sub-bacias como unidades de referência espacial, visando a identificação precisa dos “loteamentos e favelas que contribuem de forma efetiva ao aporte de cargas poluidoras em direção ao reservatório” (França, 2000: 75). Dentre as sub-bacias que integram as ações do Programa Guarapiranga, 14 estão dentro do Distrito de Jardim Ângela¹⁶.

O Programa Alto Tietê constitui um segundo momento do processo de aperfeiçoamento e ampliação do Programa Guarapiranga, implantado no período 1992/2000. Com a implantação do Programa Alto Tietê novas instâncias de gestão dos recursos hídricos da RMSP foram consolidadas. Dentre eles o Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê e os Sub-comitês das Bacias Billings e Guarapiranga, órgãos responsáveis pelo acompanhamento do Programa. Com a nova estrutura, prevê-se o investimento de mais US\$ 167,464 milhões nas ações a serem implantadas pela SEHAB, sendo previsão do programa a execução de obras de urbanização de favelas, regularização e recuperação de loteamentos, conclusão de obras em andamento, dentre outras, como já comentado no item 5.1.3 acima. O Programa Mananciais, que aplicará os recursos na âmbito da SEHAB, visa ainda integrar-se às ações do governo local e aos programas sociais da prefeitura, além de parcerias e incentivo a formação de cooperativas. A dotação orçamentária total do

Programa Alto Tietê prevê um total US\$ 541,7 milhões de investimentos, sendo metade financiada pelo BIRD e a outra por contrapartida dos órgãos executores.

Vejam alguns aspectos específicos das ações realizadas no âmbito do Programa Guarapiranga. Estão em curso obras do programa na Vila Santa Lúcia, Parque Novo Santo Amaro, Parque Santo Amaro, Santa Margarida e Ângelo Tarsini, sendo que estão previstas obras em pelo menos 41 favelas, como já dito, a partir do próximo financiamento. Já foram realizadas obras nos bairros Parque Amélia, Parque Santo Amaro, Jardim Dionísio, Vila Santa Lúcia, Jardim Copacabana, Jd. Guanguara, Alto da Riviera, Jd. Nakamura, Jararaú, Aracati.

Nos bairros já beneficiados pelo programa, foram executadas obras de urbanização localizada: pracinhas, vielas urbanizadas e escadarias, no entorno das áreas das obras de saneamento. Praticamente todas estão em boas condições físicas, como pode ser visto nas fotos.

Entretanto, as obras de canalização de córregos e coleta de esgoto estão em situação bastante frágil. O problema principal está ligado ao contínuo e ininterrupto crescimento da região. Como não há controle da construção de novas habitações, e as obras do Programa Guarapiranga são feitas em momentos diferentes e em apenas parte de bairros ocupados por favelas, áreas adjacentes bastante críticas não são atendidas. Em muitos casos novas habitações lançam seu esgoto em trechos já canalizados de córregos, enquanto obras acontecem logo acima. Esse é o caso, por exemplo, dos bairros Jararaú e Parque Novo Santo Amaro. No Jardim Aracati, responsável pelo principal impacto poluidor sobre o leito do Rio Embu Mirim, obras de saneamento foram realizadas no âmbito do programa. A rede de esgoto, porém, continua insuficiente, não atendendo o loteamento por inteiro, nem as favelas adjacentes, o que ocorre também no

Jardim Nakamura / Bologne.

Também neste caso, o atendimento precário decorre principalmente do grande número de invasões que não foram contidas, já que o bairro continua a receber novas residências, comprometendo significativamente as obras realizadas, sobretudo as de saneamento.

As dificuldades observadas em relação a algumas obras de saneamento, comentadas acima, corroboram a necessidade, já apontada no item 5.1.4, de que o programa seja acompanhado de uma política de governo mais ampla, estabelecendo um programa efetivo de gestão e políticas setoriais correlatas, que possam ajudar a conter e até mesmo reverter o contínuo crescimento da região. Sem isso, em que pese sua necessidade, as obras de saneamento tornam-se, literalmente, infundáveis.

Talvez seja em função disso que surgiram nas oficinas e em conversas com lideranças populares, muitas críticas a respeito do Programa Guarapiranga. Embora muito dinheiro esteja sendo investido na Área de Mananciais, as lideranças não vêem mudanças significativas. Consideram que pouco é investido no bairro e que as situações mais precárias permanecem. Os resultados do Programa são pouco visíveis mesmo para lideranças bastante conscientes sobre os problemas de seu bairro.

Vale notar também a importância da transversalidade das políticas públicas entre todas as esferas de governo. O Programa Guarapiranga prevê a construção de rede de esgoto em quase todo o território do Jardim Ângela, já que ele é "urbanisticamente consolidado". Assim, os esgotos de cada bairro devem ser conectados a coletores-tronco que, por sua vez, bombearão o esgoto para fora da área de mananciais, levando-o a estações de tratamento, sob responsabilidade do governo estadual. Praticamente todos os bairros onde houve obras do Programa

Guarapiranga, já tem rede de esgoto. Essa rede de esgoto, porém, não atende todo o bairro, principalmente onde ocorreram invasões recentes ou adensamento. A rede de esgoto está conectada a um coletor tronco, que a partir de 2001, foi conectada inclusive a bairros mais distantes como Vale Verde, Vila Calú e os bairros da península de Cidade Ipava. Esse coletor tronco deveria ser conectado a um coletor que acompanha o canal do Rio Pinheiros e chegaria até a Estação de Tratamento de Esgoto de Barueri.

Este último coletor porém ainda não está pronto e a E.T.E. Barueri está atualmente funcionando de maneira ociosa, enquanto que os efluentes são depositados no Rio Pinheiros, seguindo em direção à Represa Billings. Assim, a necessidade de integração do programa com macro-políticas ambientais mostra-se impreterível.

Apesar desses problemas, pode-se dizer que as obras do Programa Guarapiranga resultaram, sem dúvida, em melhorias para a população em termos de saneamento e circulação. O esgoto é afastado das residências, as habitações em áreas mais críticas de beira de córrego são removidas, situações de risco são contidas. Nas localidades em que aconteceram as obras, foram notadas melhorias significativas na qualidade urbana: a acessibilidade e circulação é viabilizada em trechos de altas declividades, há maior comunicação entre os loteamentos, e pequenas praças tornaram-se locais de convívio.

Prognóstico:

Embora já tenha sido comentada a necessidade de o Programa Guarapiranga receber a complementação de uma política de governo mais ampla, é inquestionável que esse programa é, **ainda assim**, um exemplo claro dos efeitos positivos da **transversalidade e continuidade** das políticas públicas urbanas. Embora possam ser feitas críticas a muitos aspectos específicos, trata-se sem dúvida do maior e mais contínuo programa de intervenção estatal na Zona Sul paulistana, e é hoje o único responsável pelas intervenções de saneamento, urbanização de favelas e recuperação ambiental previstas no distrito.

Vale observar que o Programa começou, no âmbito municipal, durante a gestão Luiza Erundina (1989-1992), não tendo sido interrompido nas gestões Paulo Maluf (1993-1996) e Celso Pitta (1997-2000), nem na atual gestão, da prefeita Marta Suplicy. Isso se deve certamente à transversalidade do programa, já que ele engloba ações das esferas estaduais e municipais (envolvendo mais de um município), e que a composição dos Comitês de Bacia e Sub-Bacias é tripartite (Estado, Município e Sociedade Civil). Além disso, o fato de estar vinculado a financiamentos externos impõe certa continuidade.

Por fim, ao definir áreas de atuação setorializadas para cada esfera do poder público, e ao especificar certo nível de recorte regional, favoreceu a aproximação da gestão pública com a realidade local.

Assim, o modelo do Programa Guarapiranga, sem ser preciso entrar no mérito de eventuais dificuldades técnicas e políticas ao longo de sua existência, deve ser considerado, para o Plano de Ação, como um bom exemplo do potencial de efetividade de políticas públicas minimamente conexas na gestão e continuadas no tempo.



acima: obras concluídas de urbanização do Programa Guarapiranga - Kagohara (LABHAB2003)

5.3 Acessibilidade e mobilidade

5.3.1 Sistema Viário

O sistema viário do Jd. Ângela articula-se exclusivamente em torno da Estrada do M'Boi Mirim, via de penetração que corta o distrito de norte a sul e a partir da qual são acessados os diversos bairros da região. Assim, ressalta-se a extrema desigualdade nos investimentos viários feitos na cidade ao longo do tempo, entre os bairros mais centrais de classe média-alta e as periferias. Enquanto, por exemplo, a região de acesso ao Morumbi conta com um túnel sob o Rio Pinheiros e avenidas de quatro faixas como a Juscelino Kubitschek, que juntos custaram ao erário público – na gestão Paulo Maluf – mais de meio bilhão de Reais, regiões de mais de um milhão de habitantes, como Campo Limpo e M'Boi Mirim, contam com uma ou duas vias de acesso, geralmente de pista simples, pelas quais se sobrepõem ônibus, carros, caminhões e lotações, denunciando a extrema precariedade e insuficiência da infra-estrutura viária disponível. Mais uma vez, a condição de “área de proteção aos mananciais” constitui-se em um obstáculo à ações de melhoria dessa infra-estrutura.

O tecido urbano do distrito é bastante fragmentado, devido à falta de conexão entre os diversos loteamentos, em sua maioria clandestinos, que foram sendo abertos ao longo das últimas décadas e que são praticamente isolados uns dos outros.

Esta fragmentação se reflete na ausência de vias estruturais e coletoras no distrito, aptas a fazer as conexões entre os bairros e atender às necessidades de transporte coletivo. Não havendo capilaridade da malha viária, os deslocamentos dentro do distrito acontecem quase sempre em função da Estrada do M'Boi Mirim. Para passar de um bairro a outro, contíguo, muitas vezes é necessário tomar essa estrada. Assim, a desconexão entre os

tecidos dos bairros favorece o isolamento de diversas áreas, e acaba por prejudicar o deslocamento interno da população. O transporte coletivo é prejudicado, uma vez que essa situação dificulta a circulação e a transposição dos ônibus e lotações de um bairro a outro, fazendo com que os coletivos dirijam-se sempre às vias estruturais, adensando ainda mais o já pesado tráfego de veículos da M'Boi Mirim. Além disso, como se verá adiante, o isolamento de certos bairros é diretamente responsável pelo domínio territorial exercido pelo crime organizado, aumentando a violência dessas áreas.

A M'Boi Mirim, dada sua importância nos deslocamentos na região, acaba por funcionar como grande distribuidor de tráfego, configurando-se como corredor de transporte coletivo, o que leva a uma grande densidade de trânsito em seu eixo. Nos horários de pico, os congestionamentos são constantes.

A Estrada do M'Boi Mirim apresenta uma ocupação bastante consolidada em seu entorno, com destaque para os estabelecimentos de comércio e serviços dentro do distrito do Jardim Ângela, até o “centrinho” Menininha (Jd. Ranieri). Nesse trecho, a estrada ainda é larga, com faixas para ônibus, automóveis, e estacionamento ao longo da via. Ainda assim, a intensidade da via como “eixo comercial linear” provoca comumente sobreposições de uso, com excesso de carros ou caminhões estacionados, criando-se conflito com os ônibus e carros que circulam. A partir do Menininha até a divisa com Itapeverica da Serra, a M'Boi tem pista simples, péssimo estado de conservação do asfalto e uma ocupação mais rarefeita, precária e pouco consolidada. Dentro do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, esse trecho consta como “Via a Melhorar – 2012”.

Face a tal situação, a população moradora do distrito indicou diversas vezes a necessidade de melhorias nesse trecho da via, como recuperação da capa asfáltica e duplicação da via. Além

disso a péssima (senão inexistente) sinalização da via ocasiona grande número de atropelamentos na estrada. A população local citou recorrentemente a necessidade da instalação de passarelas nos trechos mais perigosos.

Além da Estrada do M'Boi Mirim como a principal via estrutural (Via Estrutural 2º Nível – ligação viária metropolitana), outras importantes ligações do distrito são: a Avenida de Guavirituba, uma das mais importantes, e uma das únicas, conexões transversais do distrito; a Estrada de Guarapiranga, via de ligação do nordeste do Jardim Ângela; a Avenida Comendador Santana, conexão com o Metrô e com o distrito do Capão Redondo, e o complexo formado pela Estrada da Riviera e a rua Daniel Klein. Tratam-se de “Vias Estruturais 3º Nível – ligação viária municipal”, de acordo com a classificação da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano para o Plano Diretor Estratégico do Município, situação confirmada em nossos levantamentos de campo.

Além dessas vias, outros eixos são de extrema importância na estruturação do tráfego e do transporte coletivo na região, como: a Estrada da Baronesa, via norte-sul, paralela à Estrada do M'Boi Mirim e que dá acesso aos bairros a leste do Jardim Ângela; a Estrada da Cumbica, que permite o acesso aos bairros de Cidade Ipava e V. Gilda; a Estrada do M'Boi Guaçu, que leva ao Jd. Aracati e Chácara Bandeirante e a Estrada dos Funcionários Públicos, acesso ao Jd. São João e Jd. Vera Cruz.

Apesar da importância dessas vias nos deslocamentos dentro do distrito, grande parte delas encontra-se em precário estado de conservação, apresentando trechos intransitáveis, caso da Estrada da Baronesa, via com potencial para tornar-se uma das principais ligações do Jardim Ângela, até mesmo para desafogar a M'Boi Mirim de seu tráfego intenso; **os trechos de maior precariedade da Estrada da Baronesa correspondem a alguns dos locais que os moradores do distrito identifica-**

ram como de grande violência. A Estrada do M'Boi Guaçu e a dos Funcionários Públicos apresentam, igualmente, trechos de grande precariedade, também violentos, em alguns trechos. Constata-se assim que ao sul do distrito encontram-se situações de maior precariedade de conservação das vias, associada a uma maior carência de vias estruturais e coletoras.

Quanto às vias locais dos bairros, o que pudemos constatar foi, em muitos casos, a inadequada implantação dos loteamentos em relação à topografia acidentada da área, o que acabou por gerar vias com acentuadas declividades, verdadeiras barreiras ao transporte coletivo e, em alguns locais, ao transporte motorizado em geral (como no caso do Parque das Cerejeiras). Mais uma vez, tais dificuldades tornam-se vantagens indiscutíveis para o domínio do crime organizado e do tráfico de drogas em alguns setores de acesso dificultado.

De um modo geral, tanto as vias locais quanto estruturais são asfaltadas, apesar da precariedade de conservação das mesmas. Apenas alguns poucos loteamentos do distrito, com ocupação mais rarefeita, apresentam situações de predominância de ruas de terra e quase nenhuma rua asfaltada. A Secretaria de Infra-Estrutura Urbana de São Paulo incluiu, dentro do Plano de Pavimentação Urbana Comunitária – PPUC, vias de alguns desses bairros com maior precariedade viária, caso da Chácara Santa Maria, Parque Horizonte Azul, Cidade Ipava, Vila Gilda, Jd. Recreio, entre outros.

Políticas públicas previstas

Como já exposto acima, o Plano Diretor Estratégico de São Paulo fez uma leitura atenciosa da situação da região, embora não tenha englobado em suas preocupações as vias locais de menor porte, essenciais para resgatar a mobilidade urbana da região,

através de uma necessária capilaridade da malha viária. O Plano Diretor Regional irá certamente detalhar com mais precisão esses casos.

Ainda assim, o Plano Diretor considera a necessidade de melhoria do trecho sul da Estrada do M'Boi Mirim, embora a importância da via pudesse fazer merecer uma urgência maior – no plano, consta a meta de 2012. Em termos de quantidade e nível social da população beneficiada, não há comparações possíveis entre a urgência dessa obra e outras previstas para regiões mais centrais da cidade. O Plano também contempla a necessidade de melhoria das avenidas Comendador Sant'Anna / Elis, importante eixo transversal da região. Mas, também neste caso, trata-se de "Vias a Melhorar – 2012".

Além desta, uma avenida de fundo de vale ao longo do córrego "Água dos Brancos", com projeto datado de 1995, está prevista como "Via a Abrir – 2012" no Plano Diretor. A obra prevê duas pistas em cada sentido, ligando as proximidades do Metrô Capão Redondo à Estrada do M'Boi Mirim, na altura do Terminal de Ônibus Jd. Ângela, este em fase final de construção. Essa nova via seguirá paralela em um trecho à Avenida Comendador Sant'Anna e constituirá importantíssima ligação do Jardim Ângela e da Estrada do M'Boi Mirim com o distrito do Capão Redondo, as Estradas de Itapeçerica e do Campo Limpo. Evidentemente, tratando-se de área de mananciais, essa obra deverá receber todos os cuidados urbanísticos necessários quanto às dinâmicas de ocupação e uso do solo que poderá criar, incluindo-se a inevitável valorização fundiária. Para evitar o processo tradicional de expulsão, a área deveria ser alvo de instrumentos urbanísticos que permitam ao poder público fazer estoque de terras visando a provisão habitacional de interesse social.

Na SIUrb – Secretaria de Infra-Estrutura Urbana, foram consultados os arquivos sobre projetos para melhoramentos viários e

drenagem no Distrito de Jardim Ângela. No Arquivo, encontram-se disponíveis apenas mapas das vias da cidade feitos à mão, sem uma catalogação nem mesmo por distritos. Na região do Distrito, algumas vias como: Estrada do M'Boi Mirim, Estrada de Guavirituba, Estrada da Baronesa, Estrada de Guarapiranga e Estrada da Riviera, têm projetos aprovados por decretos de lei que datam desde final da década de 70, sendo a maioria deles classificados como PRM – Plano Rodoviário Municipal, que incluem principalmente alargamentos de vias. Porém, a Secretaria não tem informações sobre o atual estado das intervenções, nem mesmo se foram executadas tais obras, dispondo apenas dos decretos de lei que descrevem as intervenções. De concreto, há o Plano de Pavimentação Urbana Comunitária – PPUC, importante iniciativa que prevê, como já dito, a melhoria de vias em alguns dos bairros com maior precariedade viária. Fora esses dados, destaca-se a falta de fluidez das informações e comunicação entre os vários departamentos que compõem a Secretaria, dificultando uma visão geral dos projetos desenvolvidos e a possibilidade de ações integradas. Nesse sentido, vale ressaltar mais uma vez a necessária transversalidade da ação do poder público, no sentido de integrar e potencializar ações hoje desconexas.

Prognóstico:

Os investimentos viários ainda podem ser considerados prioritários em qualquer plano urbanístico, por serem responsáveis pela capilarização da malha viária, necessária à perfeita mobilidade urbana. Nesse sentido, está claro que a simples melhoria dos eixos principais, embora fundamental, não é suficiente. Uma política maciça de investimentos

na melhoria das vias locais de acesso e internas aos bairros faz-se necessária para permitir a integração urbana desses bairros à cidade. Essas foram, aliás, reivindicações recorrentes em todas as atividades participativas.

No âmbito dos eixos principais, deve-se notar que a melhoria da Estrada do M'Boi Mirim não é tecnicamente simples: além das dificuldades jurídicas ligadas ao fato de se tratar de área de proteção aos mananciais, o extremo adensamento dos lotes imediatamente adjacentes ao consolidado comércio ao longo da avenida tornam extremamente complicada a sua duplicação. Por outro lado, a construção de uma via paralela a algumas quadras de distância, que permita um sistema binário, aparenta ser impossível, seja pelo grau de adensamento habitacional, seja pelas características topográficas da região. Entretanto, essa é uma intervenção que deverá ser, de alguma forma, equacionada.

No âmbito da melhoria do sistema viário interno, a situação é mais favorável. A integração dos diferentes loteamentos à malha urbana da cidade é fundamental para a recomposição do tecido social e a mobilidade urbana dos moradores da região. Sem dúvida nenhuma, e como se verá adiante, **tal iniciativa talvez seja uma das mais eficazes para relativizar o poder territorial demonstrado pelo crime organizado e o tráfico de drogas ilegais**, que em muito se apóia na extrema dificuldade de acesso ao interior da região, até mesmo por parte do Estado. São “fundões” ou “hiatos” urbanos, sobras de cidade, esquecidos do Estado e à mercê do poder paralelo do crime.

O distrito apresenta sério problema de afunilamento em sua conexão com o macro-sistema viário me-

tropolitano, um problema que, como se verá adiante, se repete quanto aos transportes públicos. A necessária reversão da ininterrupta periferação da cidade passa, ao contrário do que se possa pensar, pela maior fluidez entre as áreas centrais e os bairros periféricos, e não em seu isolamento.

Há políticas públicas previstas para melhorar essa situação, mas o estabelecimento de sua urgência deve ser revisto, assim como é necessária uma interconexão mais clara entre os diferentes órgãos estatais responsáveis pelo setor.



acima: Vans na M'Boi Mirim e via com alta declividade no Alto da Riviera (LABHAB2003)

"Esse pessoal aqui tá isolado, como outros bairros também, não tem ligação. Quem tá aqui tem que fazer todo esse contorno - quando tem que ir até Itapeverica, por exemplo. Têm as peruas, mas a gente acha que (o transporte) tem que ser uma coisa regular."

Morador do Distrito

5.3.2 Transporte

Metroviário: situação atual e políticas previstas

Em 2002 foi inaugurada a Linha 5 - Lilás do Metrô, ligando o Largo 13 de Maio, em Santo Amaro, ao Terminal Capão Redondo. Muitas críticas foram feitas, no meio especializado, ao fato do Governo do Estado ter priorizado a construção de uma linha a princípio desconectada da macro-rede metropolitana. Esse problema só será resolvido quando da construção da segunda parte da linha no sentido centro, interligando-se com a linha 1-azul do Metrô na estação Santa Cruz, e com a extensão da linha 2-verde, na estação Chácara Klabin. Como são obras de vulto, sem que se possa fazer previsões sobre a data de sua conclusão, por hora é fato que a linha lilás pouco contribui para a estruturação do macro-sistema de transporte metropolitano. Em compensação, estando no eixo das avenidas Eng^o Luiz Carlos Berrini e Nações Unidas, que compõe a festejada centralidade terciária atual da cidade, há de se levantar a hipótese de que essa linha possa servir como instrumento para a transposição do rio por parte dessa dinâmica de valorização terciária, expandido a frente de contato e aprofundando o choque entre a cidade formal e a informal.

O Metrô não tem planos de estender a Linha 5 - Lilás no sentido sul, segundo o Plano Integrado de Transportes Urbanos - PITU 2020. Nesse mesmo Plano, existe o projeto de um "Metrô Leve", interligando o Terminal Capão Redondo do Metrô a Itapeverica da Serra, possivelmente seguindo pelo eixo da Estrada de Itapeverica. Não existe, porém, detalhamento do projeto ou previsão de obras. Em todo caso, a continuidade de um transporte metroviário pelo eixo da Estrada do M'Boi Mirim está, ao que parece, descartada.

Entretanto, embora desconectada da macro-estrutura de transporte da metrópole, não se pode negar que a linha Lilás foi certamente uma das únicas grandes obras, em anos recentes, a chegar em áreas periféricas tomadas pela informalidade urbana. Sabendo-se, como colocado acima, que há um claro problema de acessibilidade à Zona Sul, a nova linha poderia pelo menos amenizar esse problema. Entretanto, dificuldades na transversalidade da gestão do sistema acabam impedindo, como veremos, que tal melhoria se concretize plenamente.

Mostraremos logo adiante, na seção sobre o transporte municipal sobre pneus, que a intensidade das linhas de ônibus que fazem a ligação do distrito com os terminais Santo Amaro, Capelinha, João Dias e Largo Treze corrobora a hipótese de que uma parte significativa da população da região – aquela que ainda logra incluir-se no mercado de trabalho – se desloca para trabalhar na cidade formal, ao norte, retornando à Zona Sul ao final do dia. A Linha 5 - Lilás poderia ser um importante elemento de ligação do distrito até pelo menos o terminal Santo Amaro, que permite a ligação via ônibus com o resto da cidade. Mas para a população do distrito do Jardim Ângela a instalação do Metrô não trouxe, entretanto, ganhos significativos, conforme constatado nas oficinas participativas.

Quem que se desloca para o norte utiliza atualmente ônibus que seguem pelo eixo da Estrada do M'Boi Mirim até os terminais João Dias ou Santo Amaro, onde fazem a baldeação para ônibus que levam para outras regiões da cidade, sem a necessidade de pagar por uma segunda passagem. A Linha 5-Lilás do Metrô, embora parta do Largo Treze, não adentra, como vimos, para as áreas mais distantes do Jardim Ângela. Para quem se destina a essas áreas, vindo das regiões centrais da cidade, o metrô serviria para apenas um trecho, entre o Largo Treze e a estação final da linha 5 – Terminal Capão Redondo, necessitando-se tomar outro ônibus a partir dali em direção aos bairros.

Como não há integração inter-modal de tarifas, isso significaria, além do tempo de baldeação suplementar, o pagamento de uma passagem a mais. No cômputo final, a Linha 5- Lilás do metrô não traz uma melhoria significativa na qualidade do acesso por transporte público à região. Ainda que as tarifas fossem integradas, relatos da população mostram que seu uso mesmo assim seria incerto, já que há muitas vezes uma preferência por se tomar uma só condução que, mesmo um pouco mais demorada no trajeto, evite as cansativas filas de espera nos terminais de baldeação.

Prognóstico:

Enquanto não houver ao menos a integração tarifária ônibus urbano-metrô e uma ligação mais eficaz da Linha 5-Lilás com o restante da malha metroviária metropolitana, essa solução de transporte de massa continuará apresentando pouca vantagem em relação ao transporte coletivo sobre rodas, especialmente quando da implantação do novo sistema de transporte municipal, com a prevista integração tarifária.

Municipal sobre Pneus: situação atual e políticas públicas previstas

Um dos pontos mais sensíveis e críticos do distrito do Jardim Ângela diz respeito à precariedade do transporte coletivo, e sua ineficiência em suprir as demandas da população moradora da região. A questão da dificuldade do deslocamento dentro do distrito foi um dos temas mais presentes nas oficinas realizadas.

Devido à desarticulação do tecido urbano do distrito e à desconexão entre os bairros, aliada à ausência de uma malha de vias coletoras e estruturais, capaz de comportar e distribuir o transporte coletivo, a rede de ônibus é bastante falha na região. Além disso, o sistema é operado, hoje, quase que somente por ônibus “convencionais”, de média capacidade, que apresentam dificuldades de deslocamento nas vias estreitas, precárias e com declividades acentuadas do distrito.

Conforme constatado em diversos levantamentos de campo, a presença de lotações (clandestinas ou regulamentadas) é bastante significativa, vindo suprir as demandas por transporte da população não atendida pelo serviço de ônibus urbanos.

Como já comentado no item sobre “pólos comerciais”, pontos finais de lotações se instalam perto de praticamente todos os diversos centrinhos de comércio e serviços locais que aparecem na grande maioria dos bairros do distrito.

A grande maioria das lotações observadas apresentava pintura padrão da SPTrans e inscrição de lotação regulamentada, porém, com chapa de veículo comum e não de transporte coletivo. Como constatado na própria SPTrans, grande parte desses veículos apresenta numeração de licença de operação de outra linha ou apenas a pintura padrão, sem nenhum licenciamento.

Uma das mais presentes demandas da população é a possibilidade de circulação dentro do distrito, acessando os parques e equipamentos, serviços e comércio presentes no próprio Jardim Ângela. O que se vê hoje é que, de um modo geral, os ônibus encaminham-se dos bairros às vias estruturais (quase sempre a Estrada do M'Boi Mirim) e deixam o distrito, sem articulação com áreas contíguas ao seu ponto de partida. Isso acarreta, ainda, a sobrecarga de ônibus na M'Boi Mirim.

Analisando-se os dados referentes aos meses de janeiro a setembro de 2002, fornecidos pela SPTrans, quanto aos trajetos, extensão, densidade das viagens e média de passageiros transportados por linha por mês, pode-se depreender que as linhas com maior quantidade de passageiros transportados são, de um modo geral, as que levam do distrito ao centro da cidade. Outras linhas de grande capacidade transportada são, também, as que levam ao distrito de Pinheiros e região da Av. Faria Lima. Essas linhas transportam mais de seis mil pessoas por dia, em média, chegando a quase dez mil nas linhas Jd. Ângela – Pça. Da Sé e Valo Velho – Pinheiros, e a quase onze mil passageiros diários na linha Jd. Apurá – Campo Limpo. Tais números corroboram a característica de “dormitório” da região, como já apontado anteriormente.

Outras linhas com média de passageiros transportados alta são as que levam ao Terminal Santo Amaro e região, como a linha Jardim Aracati – Term. Santo Amaro, com uma média mensal de aproximadamente 3.500 passageiros por dia. O terminal Santo Amaro também permite a baldeação para ônibus com destino aos bairros de Pinheiros, Brooklin, Moema, Ibirapuera. As linhas com menor média e menor densidade de passageiros por mês são, majoritariamente, as que realizam os deslocamentos em direção ao Terminal Capelinha e ao distrito de Capão Redondo, fazendo, portanto, uma conexão entre distritos periféricos, a grande maioria com menos de dois mil passageiros transportados por dia, em média.

A fim de solucionar esses problemas, a SPTrans elaborou novo sistema de transporte por ônibus, que deverá enfrentar a demanda de deslocamento interna ao distrito. O novo sistema prevê a diferenciação entre linhas locais e linhas estruturais de transporte coletivo. As linhas locais ficarão encarregadas de conectar os bairros aos terminais de integração e às vias estruturais mais próximas, além de acessar os equipamentos e ser-

viços públicos da região, conectar as vias estruturais, assim como fazer a ligação inter-bairros, hoje bastante precária. Esse transporte terá uma tarifa diferenciada e não concorrerá por espaço nas vias estruturais, capilarizando o seu alcance dentro dos bairros. Essas linhas locais poderão ser operadas por cooperativas de motoristas de lotações, dentro de um contrato de permissão, onde prestarão serviço veículos menores (vans, mini e micro-ônibus).

As linhas estruturais serão responsáveis pelas grandes conexões do distrito com a cidade e a metrópole, e contarão com veículos maiores, corredores de ônibus exclusivos nas vias, estações de transferência, entre outras modificações, com o objetivo de tornar o sistema mais ágil, seguro e controlado, operando dentro de contratos de concessão das linhas.

O novo sistema prevê a integração tarifária das linhas, permitindo que o passageiro faça a troca do veículo que opera na linha local para a estrutural e novamente para outra local (ou mesmo uma outra linha estrutural), de modo que se diminua a extensão dos trajetos das linhas, sem que o usuário do sistema tenha que despendar mais dinheiro na passagem.

Por fim, vale mencionar o Programa ATENDE, criado em 1996 para atender as necessidades de transporte de portadores de deficiência física e com alto grau de dependência, que não lhes permita utilizar os meios convencionais de transporte coletivo.

O serviço é gratuito, sendo operado por vans adaptadas, com capacidade de transporte de até duas cadeiras de rodas não dobráveis e mais dois lugares para usuários de cadeiras dobráveis e muletas.

O cadastramento no sistema é feito pela Secretaria de Assistência Social do Município de São Paulo, priorizando para o aten-

dimento pessoas cadastradas desde o início do sistema, crianças até 14 anos e pessoas de baixa renda familiar. A operação é feita pela SPTrans, com o agendamento das viagens realizado mês a mês, com um máximo de cinco viagens semanais, sendo apenas um destino por dia.

Atualmente o sistema de cadastramento de novos usuários está suspenso. No último processo de cadastramento, ocorrido no ano de 2001, cadastraram-se na SAS Campo Limpo (Campo Limpo, Vila Andrade, Capão Redondo, São Luis e Jardim Ângela) 340 famílias; dessas, apenas 140 famílias foram atendidas, devido à insuficiência de capacidade de atendimento do ATEN-DE frente à grande demanda pelo serviço.

Prognóstico:

O novo sistema de transporte municipal por ônibus é um passo importante para um melhor atendimento à população da região. Ainda assim, a proposta encontra algumas dificuldades no distrito do Jd. Ângela, devido à carência, já citada, de vias coletoras transversais que conectem as principais vias do bairro; assim, enquanto em locais com uma malha viária mais articulada e permeável o número de linhas diminuiu, no Jardim Ângela as linhas passaram de 43 para 44.

Outra questão que deverá ser tratada com especial cuidado é o projeto de implantação de um corredor de ônibus ao longo da Estrada do M'Boi Mirim. Embora seja inquestionável a melhoria que tal obra traria em relação à velocidade, capacidade e conforto do sistema, os efeitos urbanos de corredores de ônibus são devastadores, ao criarem barreiras à travessia e grande carga poluente. Ainda que o proje-

to seja tecnicamente diferente de corredores como, por exemplo, o da Avenida Santo Amaro - que praticamente destruiu qualquer qualidade urbana dessa via, ao prever pontos centrais e embarque/desembarque pelo lado direito do veículo - a Estrada do M'Boi Mirim terá dificuldades em manter alguma fluidez, em razão do intenso uso comercial da via de tráfego comum, por veículos particulares, vans e caminhões, além da necessidade de estacionamento, que a via não comporta.

Assim, a melhoria de ruas transversais adjacentes aos pólos comerciais mais importantes da M'Boi Mirim, de forma a criar centros de comércio que quebrem a linearidade atual, passa a ser importante também para o sucesso do corredor. A melhoria dessas centralidades poderá permitir um leve espraiamento do comércio em quadras do entorno próximo, fazendo-se necessário o capeamento e alargamento de algumas ruas transversais, permitindo alternativas de estacionamento e embarque/desembarque de mercadorias.

Neste caso, fica evidente a necessária conexão da política de transporte com as de melhoria viária e de dinamização econômica e geração de emprego.

Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos - EMTU

Cruzam o distrito de Jardim Ângela, hoje, 11 linhas de ônibus operadas pela EMTU, atendendo basicamente interligações de Embu, Embu-Guaçu, Itapecerica da Serra e São Paulo. Grande

parte dessas linhas parte dos municípios periféricos da região em direção a Santo Amaro.

Outras duas linhas, atualmente em estudo, prevêem cruzar o distrito: uma vindo de Itapecerica da Serra (Parque Paraíso) com destino a Santo Amaro; a outra, que nos desperta especial interesse, ligaria o município de Embu-Guaçu (Vila Louro) ao Parque Ecológico do Guarapiranga. Surpreendentemente, por levar a um equipamento de lazer, essa segunda linha não operará aos domingos e feriados.

A EMTU pretende implantar na área o "Projeto Básico de Troncalização", inserido dentro do PITU 2020 - Programa Integrado de Transportes Urbanos 2020, buscando maior racionalidade do sistema, redução do custo operacional e integração metropolitana. O projeto prevê a implantação de redes tronco-alimentadas, interligando Terminais e Estações de Transferência, estrategicamente distribuídos nos municípios da região metropolitana para a organização do sistema de transporte; nesses Terminais seriam concentradas as linhas alimentadoras, deles partindo as linhas-tronco de alta capacidade, dirigindo-se a pólos de grande demanda. Os pólos regionais dominantes de São Paulo são Pinheiros e Santo Amaro. A Estrada do M'Boi Mirim é um dos corredores-tronco. Devido ao fato de que grande parte das linhas que servem o Jardim Ângela tem itinerários semelhantes, a implantação do novo sistema prevê uma reorganização do sistema em basicamente três linhas-tonco. Porém, a implantação desse projeto ainda depende da construção dos seguintes terminais: Terminal Metropolitano Embu / Centro; Terminal Metropolitano Itapecerica; Terminal Metropolitano Embu-Guaçu (reforma); Terminal Metropolitano Cipó - Embu-Guaçu. As obras ainda não têm cronograma definido.

Rodoanel

De acordo com o EIA-RIMA (Estudo de Impacto Ambiental - Relatório de Impacto Ambiental) do Rodoanel Mário Covas, o traçado projetado da rodovia cruzará o distrito do Jd. Ângela em seu extremo sul, próximo à divisa com Itapecerica da Serra, nas proximidades dos bairros Vila Calú e Jd. Horizonte Azul.

O traçado constante no estudo é uma das alternativas entre três cenários possíveis: um traçado mais interno, um mais externo e outro intermediário; o EIA-RIMA trabalha com o intermediário. Não se trata ainda do projeto final do Rodoanel Mário Covas, uma vez que ainda estão sendo realizadas audiências públicas para debater seus impactos e conseqüências; trata-se, porém, do mais provável traçado em caso de sua implantação, o que nos leva a discutir sua interferência dentro do distrito de Jardim Ângela.

Esse trecho é denominado Setor S-4 no EIA-RIMA. Não constam conexões e interligações do Rodoanel com a Estrada do M'Boi Mirim ou outras vias do distrito. Quanto à conexão com a Estrada de Itapecerica, consta a seguinte observação na análise dos impactos do Rodoanel: "Não foi considerada a interseção com a SP-214 - Estrada de Itapecerica"; a sentença parece ambígua, uma vez que não esclarece se a interseção do rodoanel com esta segue em estudos ou se esta não foi considerada pela alternativa ter sido abandonada. Em caso de conexão do Rodoanel Mário Covas com a Estrada de Itapecerica, deverá aumentar a densidade no tráfego nas avenidas Comendador Santana/Elis Maas, impactando também a Estrada do M'Boi Mirim.

Com a construção do rodoanel nessa hipótese de traçado, deverão ser removidas habitações e instalações comerciais, mais especificamente nos bairros Parque Horizonte Azul e Vila Calú; o projeto de minimização de seus impactos prevê o

reassentamento de populações e atividades econômicas, o que não é uma ação tão simples quanto o projeto deixa parecer. Mais uma vez, se isto ocorrer, a transversalidade entre esferas de governo faz-se fundamental, uma vez que operações de reassentamento devem estar integradas às ações habitacionais e urbanas na região. Outros impactos considerados dizem respeito ao desflorestamento e ruído nas áreas urbanizadas próximas ao Rodoanel.

Algumas análises e observações do EIA-RIMA tornam-se relevantes nesse diagnóstico por influírem decisivamente nos aspectos de uso e ocupação do solo, geração de emprego e renda e transporte.

O estudo em questão prevê uma expansão moderada da mancha urbana, previsão difícil de ser cumprida, principalmente pelo fato de o próprio Rodoanel objetivar a criação de *"novas frentes de urbanização"*, e *"propiciar o crescimento econômico e a geração de emprego e renda na área de influência direta e indireta do Rodoanel"*.

Há ainda, contradições em relação a algumas análises e princípios do Rodoanel, como a que diz respeito à valorização fundiária nas áreas de influência direta e indireta do Rodoanel, fato tido como altamente positivo pelo EIA-RIMA.

No EIA-RIMA considera-se o Rodoanel como barreira física à expansão da mancha urbana, protegendo as áreas de proteção ambiental; contraditoriamente, o traçado constante no estudo cruza a Área de Proteção aos Mananciais, atravessando as represas Guarapiranga e Billings, funcionando, inegavelmente, como um indutor da ocupação.

Outra questão a ser levantada diz respeito ao transporte de cargas perigosas e tóxicas: o estudo diz que medidas de prote-

ção serão tomadas na travessia das represa de Guarapiranga para a prevenção de acidentes com cargas perigosas, mas desconsidera essas medidas no restante da bacia e no cruzamento dos contribuintes, como é o caso da travessia da várzea do rio Embú Mirim.

A rarefação de análises quanto às alternativas de traçado ou de tipos de transporte, não permitem avaliar a validade dos impactos ambientais e sociais da construção do Rodoanel, uma vez que os impactos não estão devidamente explicitados e mensurados.

Prognóstico:

A construção do Rodoanel envolve questões de enorme importância para a dinâmica da região, que não estão, em absoluto, resolvidas. Destas, dois aspectos são mais importantes: a intensificação da ocupação da região e os riscos de contaminação das represas.

O EIA/RIMA tende claramente a identificar como positivos, num sinal de pouca compreensão das dinâmicas urbanas, fenômenos como a valorização fundiária da região ou ainda sua "dinamização" econômica. Há vários cenários possíveis, todos eles bastante negativos. Em primeiro lugar, deve-se ficar claro que, como já foi dito diversas vezes neste documento, qualquer política para a região deve preferencialmente **reverter**, ou ao menos **interromper**, a dinâmica de crescimento e adensamento ininterruptos. Nesse sentido, qualquer perspectiva de adensamento decorrente da construção do

rodoanel é negativa. Tal adensamento pode ocorrer de várias formas: Se houver efetivamente uma saída na Estrada de Itapecirica, a valorização decorrerá do interesse imobiliário por uma região de chácaras, à beira da represa, de fácil acessibilidade a partir de cidades até do interior do Estado. Arrisca-se presenciar uma exclusão social às avessas, com a chegada de loteamentos de padrão mais alto nas cercanias da represa (sabe-se que no Brasil há certa tradição de que leis – no caso, a de proteção aos mananciais – possam ser "flexibilizadas" segundo o interesse das classes dominantes). A outra possibilidade, caso não haja a conexão, está na difícil aceitação da idéia, freqüentemente apontada pelos defensores do Rodoanel, de que ele será uma "via expressa" sem nenhum contato com o entorno, evitando assim a ocupação lindeira. Tal hipótese só seria possível se as pistas da via fossem elevadas, passando por sobre os mananciais e impedindo o acesso a pedestres, o que não será aparentemente o caso nesse trecho. Sendo uma via normal, é praticamente certo o desenvolvimento do pequeno comércio informal ao longo da estrada, primeiro elemento nucleador de pólos de urbanização mais intensa. Nesse sentido, a médio-longo prazo, pode-se prever uma situação calamitosa de crescimento e adensamento populacional ao longo do Rodoanel, caso a reversão do crescimento periférico não se efetue.

Quanto à questão da contaminação, esse é sem dúvida um problema sério. Imagine-se um acidente com algum veículo transportador de produtos químicos perigosos no trecho dos mananciais, a contaminação da rede hídrica alimentadora da represa é quase certa, afetando uma reserva de água potável da cidade de São Paulo. Esse problema, ao que parece, não está sendo devidamente equacionado.

6. Presença do Estado quanto a outras políticas setoriais



“(...)Nós pegamos a nossa juventude que tem um tremendo dum potencial, que dançam, que faz teatro, que faz uma montoeira de coisas... E, dentro das escolas, oferecer essas atividades pras crianças da nossa comunidade e um pouco mais além, que não sejam voluntárias, que sejam oficinas pagas pelo Município e pelo Estado, porque a gente sabe que tem dinheiro pra isso.”

Morador do Distrito.

6. Presença do Estado quanto a outras políticas setoriais.

6.1 Trabalho

Os programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade em todo o município contemplaram a população do Jardim Ângela já em seu primeiro ano de implantação. A metodologia adotada pela secretaria para definição dos distritos beneficiados pelos programas sociais no primeiro ano da Gestão Marta Suplicy visava estabelecer um padrão de critérios técnicos. Assim, as prioridades territoriais receptoras dos programas sociais nesse primeiro momento seguiram cinco critérios técnicos: nível de concentração distrital de pobreza, de desemprego, de violência, de baixa escolaridade e de alta presença de crianças e adolescentes no total da população.

A estratégia de implementação dos programas por parte da secretaria estabeleceu um cronograma segundo o qual seria implementado um atendimento inicial em caráter emergencial em um primeiro momento, que permitisse um segundo momento de emancipação e, finalmente, o incentivo ao desenvolvimento local, em uma terceira etapa. Uma síntese dos eixos programáticos e dos programas propriamente ditos estão resumidas no seguinte trecho:

“... o município de São Paulo construiu uma estratégia de inclusão social (...) fundamentada em três grandes eixos programáticos, que lhe deram dimensão universal e romperam com a lógica assistencialista e residual de ações setorializadas e com sobreposição de funções. No primeiro eixo programático encontram-se os programas de natureza redistributiva, que garantem às

*famílias complementação de renda suficiente para superar a linha de pobreza. São os programas **Renda Mínima** (famílias de baixa renda com dependentes de 0 a 15 anos de idade) e **Bolsa Trabalho** (jovens de baixa renda desempregados entre 16 e 20 anos de idade), que garantem temporariamente renda associada à ampliação da escolaridade e ao envolvimento com atividades comunitárias, enquanto os programas **Operação Trabalho** (desempregados de longa duração e de baixa renda na faixa etária de 21 e 39 anos de idade) e **Começar de Novo** (pobres desempregados de 40 anos e mais de idade) estão direcionados à garantia temporária de renda combinada à educação para aprendizagem em atividades comunitárias, para o trabalho assalariado e para a incubação de empreendimentos populares.*

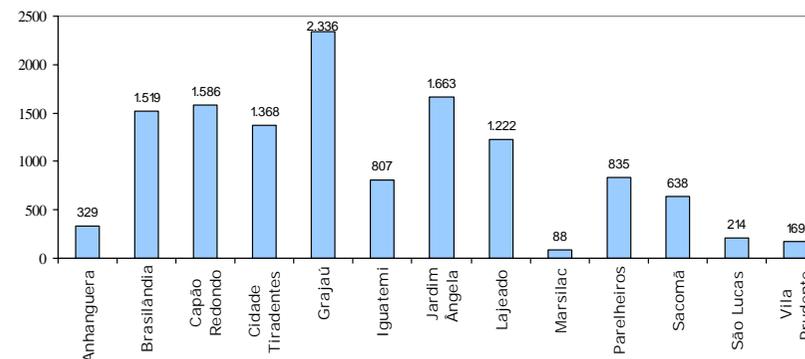
*No segundo eixo programático localizam-se os programas emancipatórios que operam simultaneamente para os beneficiários dos programas redistributivos. Para as famílias do renda mínima, há a disseminação de conhecimentos básicos, como alfabetização, economia doméstica e orçamentária, saúde e higiene, atividades culturais, entre outros. Já para os demais beneficiários dos programas redistributivos há a possibilidade de escolha, após a passagem pelo módulo básico de 2 meses de conhecimento geral (ética, cidadania e cultura política e econômica), de módulos específicos de 4 a 24 meses nas áreas de aprendizagem em empreendimentos coletivos e individuais (**programa Oportunidade Solidária**), em qualificação profissional para trabalho assalariado e autônomo (**programa Capacitação Ocupacional e de Aprendizagem em Atividades de Utilidade Coletiva**) e para atividades comunitárias (agentes comunitários de lazer, de meio ambiente, de transporte, entre outros). Para os que necessitam de apoio financeiro, a Central de Crédito Popular São Paulo Confia empresta a taxas de juros compatíveis com a capacidade de pagamento, como forma de início e de desenvolvimento dos pequenos negócios.*

Por fim, no terceiro eixo programático situam-se os programas de apoio ao desenvolvimento local, especialmente nos distritos onde se localizam os beneficiários dos programas redistributivos. Dessa forma, a Prefeitura de São Paulo busca transformar os locais de moradia e de possível exercício de trabalho, propondo a reorganização geográfica dos postos de trabalho e as novas formas de reinserção no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, apoia a reestruturação técnica e empresarial, com forte ênfase no desenvolvimento de cadeias produtivas fortemente empregadoras e geradoras de negócios, capazes de absorverem parte dos beneficiários dos programas sociais.

Com começo, meio e fim, a estratégia de inclusão social pretende contribuir para o enfrentamento dos graves problemas de parcela importante da sociedade paulistana. Nesse sentido, o monitoramento e a avaliação são componentes importantes do sucesso das intervenções sociais do poder público.¹⁷

Segundo relatório de apresentação do Programa Capacitação Ocupacional, de março de 2002, o Jardim Ângela era o segundo distrito em população atendida pelos programas Renda Mínima (9.627 atendimentos), Bolsa-Trabalho (1.518 atendimentos) e Começar de Novo (1.513 atendimentos), totalizando 12.658 pessoas atendidas, sendo superado apenas pelo Grajaú (17.110 atendimentos). Em dezembro do primeiro ano da gestão, o Jardim Ângela é também o segundo distrito em valores repassados aos beneficiados pelo programa. Cidade Tiradentes e Brasilândia também aparecem entre os maiores beneficiados.

Gráfico 01: Município de São Paulo - valores mensais transferidos para os 13 distritos administrativos beneficiados pelos programas sociais em dezembro de 2001 (em R\$ mil)



Fonte: PMSP – SDTS

Pesquisa apresentada pelo Secretário do Trabalho, Marcio Pochmann, em fevereiro de 2003 e amplamente divulgada na mídia, apresenta resultados positivos em relação à diminuição dos índices de violência nos 50 distritos até então beneficiados pelos programas sociais da secretaria, como redução da taxa de homicídios em 31 deles, inclusive Jardim Ângela. No entanto, o secretário afirma que não há como garantir que a queda no número de homicídios esteja diretamente relacionada com os programas sociais: *“Os projetos não foram feitos para combater a violência, mas tudo leva a crer que eles contribuem para a diminuição.”*¹⁸

Uma característica interessante na implantação dos programas

pela secretaria foi a concentração em alguns distritos periféricos, buscando resultados mais instantâneos no aumento de renda as comunidades e conseqüente incremento do comércio local. Como se verá adiante, a estratégia de definição de setores de extrema exclusão para receberem a ação concentrada de políticas de governo visando a reversão desse quadro é semelhante àquela a ser adotada no âmbito do Plano de Ação.

Na etapa atual, sobressaem-se os “programas emancipatórios”, de apoio a micro-crédito, capacitação profissional, incubação de empreendimentos populares, entre outras iniciativas. Parceiros, como a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP, vêm desenvolvendo trabalhos no distrito com ênfase na questão do desenvolvimento local e geração de trabalho e renda. Os resultados dos programas implementados nesta segunda fase devem ser apresentados em breve e serão peças importantes para a avaliação dos impactos das medidas adotadas e verificação da sua eficácia.

Prognóstico:

Nas oficinas participativas, em todos os grupos surgiram propostas que levantavam a necessidade de cursos profissionalizantes, cursos técnicos, faculdades e de incentivo à geração de renda, como à formação de cooperativas. A população procurou identificar atividades que poderiam existir no bairro como cooperativa de pesca na represa, ecoturismo no parque Guarapiranga, entre outras. O parque foi sempre lembrado como área de grande potencial para atividades de lazer/recreação, com possibilidades de geração de emprego e renda para a população local.

Muitos bairros têm uma densidade muito elevada e

por isso teriam poucas áreas disponíveis; em alguns deles a população identificou terrenos vazios que poderiam receber pequenos investimentos ou incentivos para o desenvolvimento dessas atividades.

Como foi destacado no item sobre “juventude”, centros de cultura e lazer também foram reivindicados, principalmente voltados para a população jovem. Foi também lembrada existência de muitas entidades que lidam com usuários de drogas, crianças em situação de risco, em áreas violentas. Por trabalharem com as gerações futuras, e propiciarem a longo prazo possibilidades de inclusão, essas atividades são de grande importância e devem ser conectadas às políticas empreendidas pela Secretaria do Trabalho.

6.2 Saúde

A questão da saúde no distrito de Jardim Ângela tem especial importância no diagnóstico pelas carências que a região apresenta, exploradas ao longo de todo este relatório. As conseqüências de várias faces da exclusão social se apresentam como problemas concretos para a saúde pública.

O trabalho da Secretaria de Saúde do Município vem se pautando pelo esforço na implementação do Programa Saúde da Família e, na medida do possível, pela busca em reduzir falhas históricas do sistema de saúde nos bairros periféricos. Para alcançar seus objetivos, a estrutura administrativa descentralizada e os conselhos e fóruns de saúde devem ter respaldo em decisões da administração municipal.

O caso do futuro Hospital de M^oBoi Mirim é emblemático. A população do distrito sofre uma falta evidente de leitos hospitalares. O Hospital do Campo Limpo é o mais próximo e vive uma situação de extrema dificuldade, por atender a uma população muito superior às suas possibilidades. A reivindicação, tanto por parte de organizações da sociedade civil quanto de quadros da rede pública de saúde, pela construção de um hospital que atenda a população de Jardim Ângela e Jardim São Luiz existe há muito tempo. O tema foi abordado em um Tribunal Popular organizado pelo Fórum em Defesa da Vida Contra a Violência, que reuniu mais de 200 entidades e cujo resultado apontou alguns exemplos do abandono da região pelo poder público; a reivindicação pelo Hospital de M^oBoi Mirim foi a principal entre as demandas apontadas pelos dos moradores, ao lado de pedidos por mais bases comunitárias. O documento *Campo Limpo 2000*, plano desenvolvido por algumas entidades da região, também levantava a necessidade do novo hospital. No Orçamento Participativo 2002, o equipamento foi colocado mais uma vez como prioridade pela população. A Secretaria de Saúde deve iniciar neste ano as obras para esse hospital, em terreno situado ao lado do futuro Terminal Jardim Ângela, nas proximidades do centro da Menininha.

O Distrito de Saúde do Jardim Ângela, a instância administrativa da secretaria responsável pela área em estudo, tem pautado a sua atuação na consolidação do Programa Saúde da Família, reformando e construindo as Unidades Básicas de Saúde e formando as Equipes de Saúde, que efetivamente atuam no PSF. A formação das equipes está diretamente relacionada à consolidação do sistema de informações do Distrito de Saúde. A sistematização dos dados, coletados pelos agentes comunitários em suas micro-áreas, depende de uma infra-estrutura nos distritos e reside aí uma de suas maiores limitações. A dificuldade orçamentária para complementação do sistema é outro limitador; o programa está inevitavelmente dependente do processo polí-

tico em que se insere, estando sujeito, portanto, a fatores que extrapolam o campo da saúde pública. Espera-se, no entanto, que recentes modificações na estrutura administrativa da Secretaria de Saúde do Município não venham prejudicar as iniciativas valiosas levadas a cabo até então.

A rede de UBS's no distrito de Jardim Ângela teve inauguradas as últimas três unidades - Jardim Coimbra, Caiçara e Santa Lucia - em fevereiro de 2003. Com essas somam-se agora quinze UBS's em catorze "áreas de abrangência"; a unidade de Jd. Ângela deverá ser transformada brevemente em um Pronto Atendimento para todo o distrito, não correspondendo portanto a uma área de abrangência do sistema. As UBS's têm sua gestão compartilhada com alguns parceiros. No caso do Jardim Ângela, fazem parte dessa Rede de Apoio o Centro de Estudos João Amorim, a Associação Monte Azul e o Hospital Santa Catarina, que atuam na contratação de recursos humanos e gestão administrativas das Equipes PSF e UBS's.

As informações relativas às UBS's apresentadas a seguir, fornecidas pelo Distrito de Saúde, têm seus dados demográficos estimados a partir de levantamento realizado pelos agentes de saúde. Como o sistema ainda tem deficiência de cobertura (de acordo com a coordenação do Distrito, cerca de 40% do Jd. Ângela está descoberto pelo sistema), as informações serão atualizadas constantemente¹⁹. Se a base de dados inicial foi o IBGE (por exemplo, estima-se uma UBS para cada 20 mil habitantes), ao serem feitos os cadastramentos e levados ao sistema, as estimativas populacionais com que trabalha o Distrito de Saúde são atualizadas. Esse é um processo complexo, com várias idas e vindas, mas que deverá ter um resultado extremamente detalhado, com o fichamento de todas as famílias do distrito pelos agentes. **Desse processo pode resultar material de grande valia para o Plano de Ação**, por apresentar dados com alto grau de precisão e informações de algum inte-

resse (dados pessoais de cada membro da família, assim como dados de situação física da moradia, água e esgoto, transporte, entre outros). **É inevitável que outras Secretarias passem a trabalhar com os dados de população apresentados pela Saúde, extremamente úteis para uma visão mais detalhada do distrito.**

Após a digitalização das fichas "A", utilizadas no cadastramento das famílias no PSF, será possível verificar com mais precisão a população do distrito, aparentemente superior às estimativas sobre os dados do IBGE, e relacioná-la espacialmente com bolsões de altas densidades, congestionamento habitacional, etc. Vale lembrar que os agentes comunitários trabalham em micro-áreas, cobrindo um universo de 150 a 200 famílias, e são necessariamente moradores desses bairros. Trata-se portanto de um levantamento bastante articulado com as especificidades espaciais dos dados coletados.

A possibilidade de atrelar de alguma forma o trabalho das equipes de saúde com as necessidades de informações da Secretaria de Habitação, para o Plano de Ação, permite vislumbrar uma possibilidade de se estabelecerem algumas parcerias. **A capacidade que os agentes de saúde têm de obter dados de interesse da SEHAB poderia ser explorada de modo a garantir a obtenção de dados relativos à habitabilidade, salubridade nos domicílios, saneamento ambiental, entre outros.**

A rede de UBS's do distrito está caracterizada das seguinte forma²⁰:

UBS Jardim Ângela

Futuramente será transformado em Pronto Atendimento.

UBS Jardim Herculano – 2 Equipes PACS

População estimada: 8.000 hab.

UBS Jardim Guarujá – 5 Equipes PACS

População estimada: 20.000 hab.

UBS Parque do Lago – 2 Equipes PSF

População estimada: 8.000 hab.

UBS Jardim Capela – 6 Equipes PSF

População estimada: 24.000 hab.

UBS Pq. Novo Santo Amaro – 4 Equipes PACS

População estimada: 16.000 hab.

UBS Jardim Nakamura – 5 Equipes PSF

População estimada: 20.000 hab.

UBS Jardim Vera Cruz - 4 Equipes PSF e 1 Equipe PACS

População estimada: 24.000 hab.

UBS Horizonte Azul – 2 Equipes PSF e 1 Equipe PACS

População estimada: 12.000 hab.

UBS Jardim Aracati – 5 Equipes PSF e 1 Equipe PACS

População estimada: 24.000 hab.



UBS Jardim Kagohara – 4 Equipes PSF

População estimada: 16.000 hab.

UBS Alto da Riviera – 5 Equipes PSF

População estimada: 20.000 hab.

UBS Jardim Coimbra – 2 Equipes PSF e 8 Equipes PACS

População estimada: 40.000 hab.

UBS Jardim Caiçara – 3 Equipes PSF e 2 Equipes PACS

População estimada: 20.000 hab.

UBS Santa Lucia – 2 Equipes PSF e 6 Equipes PACS

População estimada: 32.000 hab.

Prognóstico:

Vale observar que a provável construção do hospital – uma antiga reivindicação da população local – em área próxima ao terminal Jardim Ângela, consolidará a tendência desse trecho da Estrada do M'Boi Mirim como um importante pólo de geração de emprego e renda na região. Como se verá na última seção deste diagnóstico, esse setor é ainda mais interessante por estar colado a uma área de violência acentuada. Sem dúvida, um conjunto de intervenções como as que se propõem terão um grande

potencial de transformação urbanística, desde que ocorram como resultado de uma política de governo a mais transversal possível. Nesse sentido, a implantação desses importantes equipamentos deve se dar associada à intervenções de ordem urbanística para organizar o uso do solo, conter qualquer crescimento especulativo dos preços fundiários, promover ações de dinamização econômica, prover a melhoria viária do entorno da estrada, etc.

Além disso, é inegável que a Secretaria de Saúde irá dispor, com a conclusão da implantação do PSF, de uma rede de agentes comunitários bastante capilarizada no distrito, e que deveria ser aproveitada como instrumento da presença aproximada do Estado junto à população local, ampliando-se quem sabe até as equipes com profissionais de outras secretarias, como por exemplo a de Assistência Social.

Para a SEHAB, a rede de agentes comunitários pode ajudar no levantamento de um grande número de informações sobre as condições do *habitat* no distrito.

Por fim, os levantamentos da Secretaria de Saúde apontam para uma necessária revisão dos dados de densidade populacional do IBGE, com os quais se trabalha comumente, inclusive neste diagnóstico. O levantamento preciso feito pela secretaria aponta para uma concentração populacional bastante superior ao que mostra o IBGE em alguns pontos do distrito, o que significa dizer que os problemas urbanos da região decorrentes da alta densidade populacional podem até estar subestimados.

6.3 Educação

A distribuição dos equipamentos educacionais se dá de forma concentrada ao norte do distrito, da mesma forma que a concentração populacional. Apesar de haver certa distribuição destes equipamentos por todo o território do Jardim Ângela, determinadas áreas não são atendidas, principalmente as que se encontram no extremo sul e na península de Cidade Ipava.

Quanto às **creches**, elas se concentram ao norte, enquanto ao sul elas são mais dispersas no território, apesar de existirem nesse setor áreas com altas concentrações populacionais, como a Chácara Bananal. Os bairros Horizonte Azul (extremo sul), Jardim Aracati, Jardim Recreio (Península de Cidade Ipava), Jardim Vale Verde, Baronesa, Jardim São Lourenço, Jardim dos Reis (área mais central do distrito) e mais ao norte Chácara Sta Maria e Jardim Planalto **não têm creches**.

Quanto às **EMEI s** (Educação Infantil), existem cerca de 10 no Distrito, para atender toda a população de crianças de até 6 anos. As únicas regiões que são atendidas são, ao sul, a Chácara Sonho Azul, a Vila Gilda, o Jardim Vale Verde, o Jd. Nakamura, na área central do distrito e o Jardim Planalto, o Jardim Ângela, a Vila Remo, e o Jd. Guarujá, mais ao norte do distrito. **Vale ressaltar que são as creches e as EMEI s os equipamentos que apresentam maior déficit.**

O número de **EMEFs** (Educação Fundamental) corresponde ao de EMEI s. Entretanto, a partir dessa faixa etária, acrescenta-se à rede municipal as **Escolas Estaduais** de ensino fundamental e médio, permitindo um melhor atendimento. As EMEFs municipais se distribuem na mesma relação que os equipamentos citados anteriormente, em maior quantidade ao norte e de forma mais rarefeita ao sul.

Vale chamar a atenção a respeito da localização das **escolas**

estaduais: das 32 escolas existentes, apenas 9 estão localizadas ao sul do centro de bairro do Menininha. Vale notar que algumas destas unidades não constam do mapa, já que a listagem fornecida pela Diretoria Estadual de Educação – Sul 2 não indica os endereços exatos. Quanto às escolas estaduais que oferecem também o ensino médio (antigo segundo grau), o *Relatório de Cidadania II – Os Jovens, a Escola e os Direitos Humanos* (REDE DE OBSERVATÓRIOS DE DIREITOS HUMANOS, 2002) ressalta a carência desses equipamentos no distrito. Especificamente na região do extremo sul, apenas três escola, da Chácara Bandeirantes, Chácara Sonho Azul e Jd. Vera Cruz, ofertam também o ensino médio.

Segundo o relatório, as condições físicas são precárias em grande parte das escolas, fato que foi corroborado nas visitas de campo realizadas pela equipe do LabHab: vidros quebrados, pichações e lixo são fatos comuns. Além disso, a má conservação das salas de aulas e dos equipamentos escolares, como carteiras e lousas, se dá pela falta de funcionários, falta de manutenção e de indisposição de algumas direções para resolver certas questões, pela depredação feita pelos próprios alunos, e evidentemente, pela falta de recursos. Sobre este ponto, vale notar a importância do papel exercido pela direção da escola: observou-se nas visitas que algumas escolas que contam com diretores carismáticos, com forte liderança e autoridade, e se beneficiam assim do respeito dos alunos e da comunidade, mostram-se surpreendentemente bem conservadas e bem mantidas se comparadas à média da região. Isso sem dúvida ressalta a importância de políticas permanentes de formação e capacitação do corpo docente-administrativo da rede de ensino.

As maiores preocupações apontadas pelo relatório citado são a respeito da violência e discriminação entre alunos, professores e policiais. Um espaço que a princípio deveria promover educa-

ção, noção de regras de convívio, respeito coletivo, tolerância entre alunos e professores, caracteriza-se em parte dos casos como um espaço vulnerável, dadas as condições urbanas em que está inserido e pela própria vulnerabilidade de seus usuários – os jovens. Deixando de ser suporte/ referência à comunidade e passando a ser uma ameaça e foco de violência para a população local.

Nas visitas à região, verificou-se que Escolas como Pastor Cícero Canuto de Lima, no Morro do Índio, Profa. Josephina Cintra Damião na Estrada o Jararau, Jose Porphirio da Paz no Parque Novo Santo Amaro, todas estaduais, são exemplos que apresentam incidências mais graves de violência, seja por homicídios quanto pelo tráfico.

Porém, os aspectos mais corriqueiros de violências, também retratados no relatório, ocorrem a partir de conflitos entre os próprios alunos e entre alunos e professores, em grande parte por motivos banais e que resultam em violência verbal e física. Como coloca Maria Inês Ferreira, a moradia é um dos elementos que compõem a vulnerabilidade da população dos bairros pobres. Assim, muitos desses incidentes podem ser imputados às difíceis condições econômicas e urbanas de vida na região, que afetam as relações sociais e a estrutura familiar. (Ferreira, 2002)

O estigma das escolas que identificadas como violentas faz com que, muitas vezes, os professores, ou mesmo os médicos do PSF, evitem ir trabalhar nestas regiões.

Ainda segundo o *Relatório de Cidadania II*, a presença policial nas escolas acaba se configurando de maneira contraditória: ao mesmo tempo em que é uma garantia de segurança, em alguns casos ela também é agressiva para com os alunos e a comunidade, pelo abuso de poder. Em determinadas ocasiões festivas e de campeonatos esportivos, segundo o relatório, chama-se a

polícia para que a entrada de estranhos e conseqüentes problemas sejam evitados. Porém cria-se a sensação de que a escola não pertence à comunidade e nem aos alunos, e a conseqüente não apropriação da escola por estes agentes, resulta inevitavelmente na depredação, descaso e abandono do equipamento.

A abertura maior para a participação e diálogo junto à comunidade e os alunos, em especial através do **Conselho da Escola**, composto por pais, alunos, professores e membros da comunidade em mesma proporção, tem resultado em melhorias e criação de ambientes mais seguros nas escolas. O projeto **Escola Aberta**, da Secretaria Municipal de Educação, é outra iniciativa que favorece a inserção da escola na comunidade, graças à disponibilização de seus equipamentos nos fins-de-semana. Em muitas comunidades, onde as escolas são o único espaço público em permanente funcionamento, este programa se dá como um alento à comunidade, que sofre a falta de equipamentos de lazer e cultura, atendendo desde crianças até a população idosa com atividades de lazer diversas. Como foi colocado na reunião da Comissão Civil Comunitária de M´Boi Mirim, realizada em 12 de março de 2003, esse projeto tem contribuído para que, em alguns casos, a escola passe a ser uma referência para a comunidade, como é o caso da EMEF Oliveira Viana, no Jardim Planalto. Outro exemplo é o da escola Herculano Marques de Freitas, no Alto da Riviera, que recebeu cerca de 800 jovens nos finais de semana para que fizessem cursos profissionalizantes, o que resultou na inserção de muitos deles no mercado de trabalho.

De modo geral, seria interessante prever que iniciativas como a *Escola Aberta* fossem ampliadas para a rede estadual. No sentido contrário, programas estaduais como o **Parceiros do Futuro** poderiam ser estendidos à rede municipal, corroborando a necessidade, em especial na área educacional, de uma maior transversalidade entre as esferas de governo na sua ação junto às regiões periféricas. O projeto **Parceiros do Futuro** prevê a

parceria com empresas da iniciativa privada para promover, nos finais de semana, atividades de lazer e formação para a população da comunidade local.

A gestão do policiamento das escolas também é um ponto que merece atenção. Na Rede Municipal quem atua é a Guarda Civil Metropolitana e na Rede Estadual, a Polícia Militar. Embora estejam sendo feitos esforços na corporação estadual para preparar melhor a Ronda Escolar da PM, com treinamento de capacitação específicos para lidar com adolescentes e escolas, o que surtiu efeitos bastante positivos, segundo relatos colhidos nas escolas, é fato que a Guarda Civil Municipal ainda se mostra mais flexível e capaz de exercer uma política de aproximação com cada comunidade. A Secretaria de Segurança Urbana do Município tem projeto de ampliação da rede de policiamento escolar da Guarda Civil, tanto em termos de equipamento e pessoal, como em relação ao treinamento e abrangência de sua ação.

Algumas propostas e sugestões para a melhoria da qualidade da rede de educação foram expressadas Relatório de Cidadania II e valem ser retomadas no âmbito das diretrizes do Plano de Ação. A transcrição dessas propostas pode ser lido em anexo.

Prognóstico:

Segundo reportagem da Folha de São Paulo, de 12 de março de 2003, ao menos 800 estudantes moradores da região sul de São Paulo caminham cerca de 16 quilômetros para poderem estudar, e que

apesar de 300 destes morarem perto de uma escola, esta não funciona à noite, nem oferta vagas para ensino médio, fazendo com que muitos estudantes tenham que caminhar em vias que não possuem asfalto ou calçadas e cortam áreas violentas. A reportagem evidencia que embora exista uma rede de escolas minimamente constituída na região, está claro que ela ainda sofre pela sua precariedade, tanto numérica quanto qualitativa. A educação é um aspecto fundamental para garantir a criação, a longo prazo, de uma melhor qualidade de vida nos bairros periféricos.

Também neste setor, a transversalidade dos programas estaduais e municipais mostra-se imprescindível: a rede escolar sofre com o fato de ter sua gestão dividida entre as duas esferas de governo, assim como o gerenciamento do policiamento, que é imprescindível, mas deve adotar cada vez mais um perfil comunitário preventivo, mais do que o de uma ronda ostensiva. De modo geral, percebe-se que as escolas municipais, tanto na qualidade dos equipamentos quanto na sua política de gestão, conseguem uma maior inserção e identificação no bairro. No âmbito deste diagnóstico, as três escolas que sofrem com problemas agudos de violência e ingerência do tráfico são estaduais.

Outro aspecto importante é a **relação direta que existe entre a qualidade urbana do espaço construído e a precariedade das relações familiares e sociais, que muitas vezes repercute nas escolas**. Assim, a melhoria da rede educacional também passa, certamente, pela melhoria do *habitat*, e se relaciona portanto com o conjunto de políticas relacionadas neste diagnóstico, dando ainda mais importância à questão da interconexão das políticas públicas setoriais.

O *Relatório de Cidadania II*, documento amplamente utilizado neste diagnóstico, elenca uma série de propostas, apresentadas em anexo, que englobam aspectos de melhoria do espaço físico das escolas, medidas para enfrentar a violência e para garantir o acesso à cultura e aos lazer nas escolas. As propostas englobam medidas relativas à melhoria do espaço construído do entorno das unidades, garantindo melhor segurança e identificação da comunidade com o equipamento.

6.4 Cultura, Esporte e Lazer

A Secretaria Municipal de Cultura **não tem** equipamentos no distrito de Jardim Ângela. Há em todo o Município, 62 Bibliotecas Locais e 15 Casas de Cultura sob administração municipal ou apoiadas pela prefeitura, **nenhuma no Jardim Ângela**. O equipamento mais próximo é a Casa de Cultura M^o Boi Mirim, no Jardim São Luis, que atende os moradores da região, e que conta também com o apoio da Rede Pública de Ensino, ONGs, comerciantes da região e a participação da comunidade local. A região é eventualmente atendida por projetos itinerantes, como o Ônibus-Biblioteca, que atende regiões carentes. Mesmo nesses casos verifica-se a opção por atender as áreas já consolidadas e centrais, no caso a rua Luís Baldinato, onde se encontra a Paróquia Santos Mártires, ponto de aglutinação de diversas entidades atuantes na região.

No Jardim Ângela, o equipamento sócio-cultural mais utilizado pela população é o Espaço Criança-Esperança, que conta com parceiros da iniciativa privada, que desenvolvem programas

em convênio com a Secretaria de Cultura do Estado. O texto da UNICEF descrevendo o projeto é bastante elucidativo:

“Sua implantação representa um esforço piloto, voltado ao desenvolvimento de um modelo de intervenção social que realize, na prática, estratégias renovadas para a efetivação integral dos direitos da criança e do adolescente, a prevenção da violência, a educação da cidadania, a mobilização comunitária e a gestão compartilhada de espaços públicos. Lá existe um ginásio de esportes, uma piscina semi-olímpica, 12 salas para atividades culturais, duas quadras poliesportivas, um refeitório, além de um núcleo multimídia e um anfiteatro.

Embora o Jardim Ângela apresente elevados índices de exclusão social, como desemprego e altas taxas de criminalidade, a região tem uma forte mobilização comunitária. Lá atuam mais de 200 instituições sociais que tentam reverter o quadro crítico do distrito. Para atingir seus objetivos, as atividades do Espaço Criança Esperança de São Paulo são baseadas em três pontos: 1º) complementação escolar: atende crianças, jovens e adolescentes em atividades de esportes, cultura, educação para a cidadania e direitos humanos e o desenvolvimento social dos atendidos com aulas de capoeira, música, natação, teatro, futebol, dança, handebol, artes, basquete, informática, vôlei, atletismo, ginástica, caratê e judô; 2º) vivência comunitária: atender às demandas da comunidade para promover eventos e atividades abertos ao público da região, como forma de fortalecimento dos laços sociais e promoção de uma cultura de paz; 3º) pólo articulador de ações: por sua amplitude e visibilidade, o Espaço promove a articulação de diversos setores da sociedade (governo, mídia, empresariado e organizações comunitárias) para implementar ações específicas na região.”²¹

Dentre as outras atividades apoiadas pela Secretaria de Cultura do Estado, destaca-se o Projeto Guri, que visa o aprendizado

coletivo de instrumentos de cordas, sopros além da formação de Orquestras-Escolas, Corais Infantis, Conjuntos de Violões e outros agrupamentos instrumentais. O Projeto desenvolve-se em 78 pólos espalhados pelo estado. Desses, três estão localizados no distrito do Jardim Ângela (Jardim Tangará, Jardim Horizonte Azul e Parque Maria Helena), atendendo cerca de 700 jovens.

A principal característica dos programas implantados na região é o fomento a atividades desenvolvidas por entidades da sociedade civil já estabelecidas. No entanto, as iniciativas em que se verifica o apoio governamental têm em comum a centralização administrativa em entidades filantrópicas, com parceiros privados e ampla visibilidade junto à mídia. Os pequenos grupos permanecem sem apoio. A carência de equipamentos culturais, típica da periferia de São Paulo, e a inexistência de políticas culturais que valorizem a produção local, visando o fortalecimento de identidade cultural da comunidade e a inclusão social, são reivindicações dos militantes da cultura na Zona Sul.

O Movimento Cultural 1 da Sul, a Rede Social de Cultura, o Projeto Cio da Terra, grupos de pesquisa folclórica e teatral (Grupo Cavalo de Pau, Tropis Iniciativas Sócio-Culturais, entre outros), as posses de hip-hop (Posse Conceitos de Rua, Posse, Poder e Revolução, Posse Itinerante, entre outras), a Casa Popular de Cultura M' Boi Mirim, a Associação Arco-Íris, a Associação Artística Jd. Ângela entre tantos outros grupos são os produtores da cultura local e devem, portanto, orientar toda e qualquer ação das administrações municipais que vise a inclusão sócio-cultural, a partir da afirmação do valor do trabalho que desenvolvem.

Prognóstico

A produção independente da ação governamental tem crescido nos últimos anos, graças a iniciativas dos próprios moradores. A expansão do movimento hip-hop na década de 90 na Zona Sul foi acompanhada por uma leva de iniciativas em outras artes. A literatura passou a ter em algumas figuras locais uma expressão do sentimento do morador da periferia. Capão Pecado²² foi, de certa forma, o estopim para uma série de publicações que passaram a focar o morador da periferia. A esse movimento somaram-se artigos em periódicos literários, periódicos especializados e sites específicos. A cultura do jovem da Zona Sul é hoje comercializada em grife de roupas e exposta em grafites por toda a cidade. Toda essa produção frutifica ao largo de qualquer apoio governamental. A possibilidade de uma ação que dê suporte a essa produção existente deve assumir a sua qualidade essencial, de expressão de uma cultura local, e garantir condições mínimas para a prática e difusão – da criação de espaços de criação e prática cultural ao incentivo à formação.

Quanto a Esporte e Lazer, a região é provida de alguns Clubes Desportivos Municipais - CDMs, os únicos equipamentos da Secretaria Municipal de Esporte no distrito, porém, todos em situação irregular, sem assistência municipal. Há uma série de campos de futebol, em áreas residuais privadas e públicas, sobretudo nos bairros menos densos. Os campos de várzea, tradicional espaço de lazer na periferia, estão presentes em todo o território do Jd. Ângela. A falta de equipamentos esportivos nessas regiões é suprida por ocupações espontâneas, em terrenos vazios. Por ser espaço de ampla utilização, de convívio e prática esportiva de moradores de todas as idades, os campos são sempre preservados, mesmo em bairros mais densamente ocupados. O respeito a esses espaços livres é notável exemplo de controle social, em que a qualidade de vida da comunidade

se sobrepõe à necessidade básica de busca de espaço livre para ocupação de terra para moradia.

A iniciativa privada tem uma atuação antiga na área, em clubes que exploram o potencial da Represa Guarapiranga. O Yacht Club Paulista, o Clube Náutico Paulista, o Clube da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo são alguns dos grandes empreendimentos que já se sedimentaram na região, e que não têm entre seus frequentadores a população carente da região. Esses empreendimentos são resultados da ocupação inicial da represa, em que destacava-se a utilização da área como recreação.

Há na região do Jardim Aracati um grande centro de treinamento do São Paulo Futebol Clube, em terreno de 99 mil metros quadrados (antigo Clube Estrela da Saúde). Espera-se um grande investimento do clube no Centro de Treinamento, visando a construção de mais nove campos, edifícios de alojamento, refeitório, departamento médico e academia para as divisões de base do São Paulo. Há ainda no distrito algumas escolinhas de futebol, que atendem crianças e jovens.

Prognóstico

Há uma potencialidade clara de apropriação dos campos pela comunidade, com apoio do Poder Público, pela regulamentação dos CDM's em que entidades civis de caráter desportivo requisitam a presença da Secretaria, via Departamento de Unidades Esportivas Autônomas e Sub-Prefeitura. A Secretaria então fornece toda a estrutura e orientação para o encaminhamento do processo de constituição do CDM; as entidades passam a gerir o clube, com apoio do poder público na manutenção e regulamentação dos campos, além de assessoria

técnica para o planejamento das atividades esportivas adequadas aos equipamentos e necessidades da comunidade local. Boa parte do CDM's da cidade estão abandonados e em péssimo estado de conservação, além de apresentarem irregularidades jurídicas. O trabalho de regularização e a criação de novos clubes devem ser passados em breve para as Sub-Prefeituras. No caso do Jardim Ângela espera-se que a mudança venha a aproximar a atuação da secretaria com a população, que reclama maior presença da SEME no distrito. Além dos CDM's, a secretaria realiza alguns torneios envolvendo times da região dentro de uma política desportiva municipal.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, por meio do Departamento de Parques e Áreas Verdes, tem projeto de um parque no Jardim Ângela. O Parque Herculano ocupará uma área de 75.277,41 m², com acesso pela Estrada da Riviera. Cerca de 75% da área deve ser ocupada por vegetação (remanescentes da flora nativa, algumas espécies exóticas, um pomar e a nascente de um córrego) e a pequena área restante será destinada ao lazer, com brinquedos, tanque de areia, bancos e mesas. O parque deve contar ainda com um centro de educação ambiental, com sede própria e trilhas ecológicas pela área com mata.

6.5 SAS – Secretaria de Assistência Social

A SAS possui uma estrutura descentralizada composta por 17 supervisões regionais que assistem toda a área compreendida pelas 31 subprefeituras. No distrito do Jd. Ângela, atendido pela Secretaria Regional do Campo Limpo, a SAS desenvolve basicamente três tipos de atividades: convênios com entidades do distrito, prestação de

assistência para os cidadãos e atendimento emergencial.

A celebração de convênios com entidades é a principal forma de atuação da SAS no distrito. Os convênios são constituídos a partir de um pedido das entidades para a supervisão regional e, no caso do Jardim Ângela, são os seguintes tipos de atividades nas entidades: os EGJs (Espaços de Gente Jovem) onde geralmente ocorrem oficinas para jovens, cursos de qualificação profissional, atividades para a terceira idade, realização de serviços comunitários de assistência à população e atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco pessoal e social.

Há no distrito 13 EGJs como, por exemplo, a Casa Sofia, que dá atendimento e orientação para as mulheres vítimas de violência doméstica. A SAS - regional do Campo Limpo transfere recursos para o distrito da ordem de **R\$ 183.434,00** mensais, responsáveis por atender **2.125** pessoas nas entidades. Observou-se que as entidades mais atuantes são beneficiadas por grande parte dessa verba, como por exemplo a Sociedade Santos Mártires, responsável por diversos cursos de qualificação profissional, serviços comunitários, atendimento a adolescentes e idosos, a alcoólatras e dependentes químicos. O sucesso desse convênio aponta para a necessidade de ampliação dos recursos disponibilizados para um conjunto maior de entidades.

Além do desenvolvimento de atividades educativas e de assistência mediadas pelas entidades, a SAS regional também dá assistência imediata na Central de Referência de Assistência Social que geralmente se localiza nos postos regionais. Como a criação da sub-prefeitura do M´Boi Mirim é recente, ela ainda não conta com uma central, a população do distrito do Jardim Ângela tendo que se deslocar até o Campo Limpo. Esta central oferece informação, orientação, encaminhamento e concessão de auxílio para suprimento de necessidades básicas e urgentes como alimentação, transporte urbano, saúde, compra de passagem

para retorno ao local de origem e documentação pessoal.

Outro serviço permanente oferecido diretamente pela SAS é o atendimento emergencial às pessoas que passam por situações imprevisíveis e inevitáveis provocadas por incêndios, enchentes, desabamentos etc. No distrito do Jd. Ângela foi inaugurada há pouco tempo uma Casa Abrigo para acolher estas pessoas e que é gerida pela supervisão regional do Campo Limpo.

Ainda estão sob o controle da SAS as creches conveniadas que recebem verba dessa Secretaria. Futuramente estas creches passarão a ficar sob responsabilidade da Secretaria de Educação.

Vale observar que nem sempre a obtenção de informações junto à SAS, assim como em algumas outras secretarias, não foi simples, mostrando que ainda há dificuldades quanto à transversalidade da gestão entre as secretarias. É também importante ressaltar que a centralização das atividades regionais da secretaria no Campo Limpo não é benéfica para a região do M´Boi Mirim. Nesse sentido, a criação da nova sub-prefeitura a partir da simples divisão da antiga Regional do Campo Limpo não deve impedir a descentralização da gestão e a criação de uma instância local da SAS também junto ao M´Boi Mirim.

Prognóstico

A SAS pode ter um papel essencial no acompanhamento próximo das diferentes políticas implementadas pelo poder público na região, como agente de conexão dessas iniciativas junto à população local. Seria inclusive interessante prever uma

integração operacional com as equipes do SPF, aumentando sua inserção nos bairros. A participação das secretarias junto ao governo local é portanto essencial, e deve ser intensificada, inclusive nas formas de interação com as outras instâncias municipais atuando na região.

6.6 Telecentros

A instalação dos telecentros faz parte da iniciativa de combate à exclusão digital, por parte da Coordenadoria do Governo Eletrônico da Prefeitura de São Paulo. Os telecentros são locais de acesso livre à Internet e estão espalhados pela cidade. Até a metade deste ano, devem estar em funcionamento 100 telecentros, localizados nos bairros mais distantes e de maior carência. Também chamados de Pontos Eletrônicos de Presença (PEP), cada unidade do telecentro conta com uma sala com 20 computadores conectados à Internet utilizando recursos de banda larga. Conta ainda com duas impressoras e uma série de softwares livres. Dois monitores orientam os usuários dos telecentros e ministram cursos de informática para a população. Os telecentros permanecem abertos por pelo menos 12 horas diárias.

O acesso de moradores das regiões de maior exclusão à rede mundial de computadores e aos serviços e informações disponíveis pode ter um papel importante nos esforços de inclusão da população da periferia, dando-lhe uma oportunidade de acesso à informação e desenvolvimento de suas habilidades e competências. A inclusão digital é importante no sentido de evitar um

novo patamar de exclusão relativo à uma nova tecnologia ainda incipiente.

No Jardim Ângela existem três telecentros instalados, todos abrigados por entidades da sociedade civil em parceria com a prefeitura. Os três foram instalados em 2003 e apesar do pouco tempo de implantação já são usados intensivamente pela população. Muitos cursos de informática já estão marcados e o cadastro para solicitação de uso dos equipamentos já supera 400 inscritos em cada telecentro. Os endereços dos telecentros e as respectivas entidades mantenedoras são: Rua Tucuã, 101 – Jardim São Pedro (A.M.C.H. Chico Mendes), Av. Ivirapema, 41 (Sociedade Santos Mártires) e Rua Antônio Vitor de Oliveira, 64 (S.E. Jardim Copacabana).

6.7 Secretaria de Segurança Urbana do Município

O principal projeto implementado por esta secretaria é o “Programa das Comissões Cívicas Comunitárias”. Este projeto institui fóruns de discussão descentralizados (um em cada uma das 31 regiões administrativas das Subprefeituras), que prevêm a participação direta da sociedade civil, através de suas entidades, associações e conselhos, e do poder público, através da participação de representantes da subprefeitura, de órgãos de poder local e da Secretaria de Segurança Urbana. O programa visa a discussão de problemas que se relacionam com a segurança urbana, com o objetivo de elaborar propostas de intervenção local que visem a redução dos índices de violência.

O projeto foi implementado inicialmente em 4 subprefeituras: São Miguel, M’Boi Mirim, Sé e Vila Prudente/Sapopemba. Para os objetivos do Programa Bairro Legal acompanhamos as discussões realizadas na Comissão Civil Comunitária do M’Boi Mirim, que abrange o distrito do Jd Ângela.

Prognóstico

É interessante observar que nas primeiras três reuniões, acompanhadas pela equipe do LabHab, e que deviam tratar de aspectos ligados à segurança urbana, as demandas da população se referiram à necessidade de aumentar as áreas de lazer, de reativação dos Clubes Desportivos Municipais, e sobretudo ao problema de segurança nas escolas. Foi lembrado o programa “Escola Aberta” e lembrada a falta de creches. Outro ponto abordado foi a necessidade de discussão sobre o papel das diferentes secretarias e da maneira como atuam no distrito. Assim, fica claro que **a questão da segurança incita uma discussão mais ampla a respeito da qualidade do habitat como um todo, reforçando a avaliação deste diagnóstico de que a insegurança ressentida pela população está em grande parte relacionada às precárias condições do ambiente construído.**

6.8 Sub-Prefeitura e Governo Local

A Subprefeitura M´Boi Mirim foi uma das três novas unidades administrativas da cidade de São Paulo criadas pela LEI Nº 13.399, de 1º de agosto de 2002. A antiga Administração Regional de Campo Limpo, com população estimada em 989.413 habitantes, foi dividida segundo determinação da nova lei, que previa como um dos critérios para delimitação a estimativa populacional em torno de 500.000 habitantes.

Até o início de 2003 o subprefeito anterior de Campo Limpo, Sr. Glauco José Pereira Aires, acumulava as duas sub-prefeituras.

A atual sub-prefeita de M´Boi Mirim, Cristina Bezerra, seria nomeada somente em 07 de janeiro de 2003. A nomeação da sub-prefeita era uma reivindicação, desde o estabelecimento da nova divisão administrativa da cidade, da sociedade civil organizada da região do M´Boi Mirim, que não se sentia representada pelo administrador de Campo Limpo.

A subprefeitura de M´Boi Mirim se encontra atualmente em estágio de implantação. A sede foi alugada, no entanto ainda não houve a mudança definitiva. Na atual fase de transição, os funcionários da Subprefeitura de Campo Limpo ainda acumulam algumas funções, respondendo por uma população de aproximadamente um milhão de habitantes; a desestruturação causada pela demora para implementação definitiva da nova subprefeitura é evidente na precariedade de atendimento e serviços prestados.

A coleta de dados para a elaboração do diagnóstico do distrito foi prejudicada sobremaneira pela desarticulação interna à subprefeitura. Por estar atrelada à administração de Campo Limpo, M´Boi Mirim não contém ainda uma estrutura suficientemente equipada para o trabalho que deveria estar desenvolvendo. O acúmulo de trabalho e funções na subprefeitura de Campo Limpo foi um empecilho para obtenção de dados, sobretudo quanto à coleta de lixo e iluminação pública. Espera-se que, com a cooperação iniciada a partir do processo de elaboração do Plano Diretor Regional, com que o Bairro Legal compartilhou algumas etapas de trabalho, e com a nova estrutura administrativa e física, a subprefeitura disponibilize seus bancos de dados e a acompanhar mais de perto os trabalhos da equipe. Apesar das dificuldades, é fundamental observar que a subprefeitura do M´Boi Mirim, em especial na figura da Sub-Prefeita, colaborou intensamente com os levantamentos para este diagnóstico, e demonstrou grande interesse em participar ativamente da etapa de propostas e diretrizes, e em colaborar da



elaboração do Plano de Ação.

O Governo Local constitui-se atualmente de funcionários indicados pelas Secretarias Municipais para participarem de reuniões esporádicas na sede da subprefeitura. Ainda está por se realizar a primeira reunião estritamente de M^o Boi Mirim. O que acontecia até agora era que essas reuniões eram feitas de forma acumulada (Campo Limpo e M^o Boi Mirim) pelos mesmos membros. Com a nova sede da subprefeitura do M^o Boi Mirim e a contratação do novo corpo de funcionários, novos nomes devem ser indicados para a composição do Governo Local. **Sobre isso, vale observar que a representação das diferentes secretarias e órgãos setoriais na sub-prefeitura se dá de forma desigual quanto à autonomia para a tomada de decisões.** Enquanto algumas secretarias enviam coordenadores regionais como representantes, com poder de decisão imediata sobre questões de gestão de políticas regionais, outras não dão a mesma importância a essa representação, ou sequer enviam representantes. Seria interessante que se implementasse uma política transversal conjunta para a nomeação dos representantes, dando ao governo local uma real autonomia na gestão das políticas regionais. Por se tratar de questão fundamental, trataremos desse assunto com mais cuidado, na forma de prognóstico, na última seção deste documento.

A equipe do Labhab/Bairro Legal realizou reunião de trabalho com o Governo Local, em 06 de março de 2003. Nesta data foi apresentado oficialmente o projeto aos membros do Governo Local e discutida a integração dessa instância de governo com a equipe responsável pelo Plano de Ação, sobretudo na fase de Diretrizes e Propostas. Firmou-se nesse momento um compromisso de cooperação para troca de dados e para futura integração para construção conjunta do Plano.

No início de 2003, entre março e maio, o Orçamento Participativo

na subprefeitura de M^o Boi Mirim estará realizando dois ciclos de assembléias públicas. Serão ao todo dez plenárias, sendo duas temáticas (Preparatória e Deliberativa) e oito territoriais, nos distritos de Jardim Ângela (quatro) e Jardim São Luis (quatro).

7. Violência no Jardim Ângela



*“Não é a vida do pobre que mata. É o bairro do pobre”
Morador do Distrito*

7. Violência no Jardim Ângela

Como foi colocado no início deste documento, a questão da violência, por ser um dos elementos motivadores do Plano de Ação, mereceu um estudo mais detalhado neste diagnóstico. A revisão das diferentes políticas setoriais feita até aqui já mostrou, em vários momentos, como a sensação de insegurança está presente na população do Jardim Ângela. A questão da violência surge como pano de fundo em alguns casos, mas mostra-se claramente por exemplo quando é tratada a situação das escolas. Embora seja inegável que esse problema está presente em toda a cidade, o que se verifica na corrida à blindagem de carros por parte da população de alta renda, os dados estatísticos disponíveis ainda mostram uma clara desproporção entre os número de homicídios ocorridos nos bairros da cidade formal e aqueles ocorridos na periferia informal. Teria a violência uma relação direta com a exclusão social? Teria ela vínculos com a precariedade do espaço construído que se verifica nos bairros periféricos?

Evidentemente, não se trata aqui de dizer que apenas os homicídios são indicadores de violência: essa questão sem dúvida nenhuma engloba aspectos muito mais amplos de privação da cidadania, relacionados à história da formação da sociedade brasileira. Nesse sentido, a violência, em sua forma mais abrangente como violência das classes dominantes sobre a população excluída, violência policial muitas vezes discriminatória, violência do trânsito, violência doméstica, violência da exclusão do mercado de trabalho, violência da privação dos direitos mais básicos e da qualidade de vida, está sem dúvida vinculada à situação de extrema pobreza em que vive uma parcela considerável da população do país. Tratar da exclusão social, em essência, é tratar da violência de uma sociedade desigual e excludente.

Ainda assim, é inegável que a violência se expressa, em sua face mais brutal, através dos homicídios. E tais dados são quantificáveis. Por isso, uma análise acadêmica não pode se furtar a tentar verificar até que ponto podem existir correlações entre esses dados numericamente quantificáveis e qualitativamente analisáveis, e outros aspectos sócio-econômicos espaciais que se mostrem pertinentes. Evidentemente, a morte por homicídio não está somente ligada à exclusão social. Intervêm na sua motivação outros fatores específicos de influência, o mais gritante sendo o do tráfico de drogas ilegais e do crime organizado. Ainda assim, é cabível pensar que mesmo esses fatores certamente encontram um melhor espaço de proliferação em territórios onde a presença do Estado é menor.

Trata-se de um tema complexo, para o qual certamente não há ainda respostas precisas. Este diagnóstico tenta entender, porém, algumas das dinâmicas que regem o crescimento assustador da violência em São Paulo e em seus bairros periféricos, tomando por base de análise empírica, evidentemente, o Distrito do Jardim Ângela.

Na Metodologia do Plano de Ação (LabHab, 2002), alertava-se para o fato de que o perfil predominante das vítimas de homicídio na cidade de São Paulo, como mostrou Drumond Jr. (1999) a partir de dados do Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade no Município de São Paulo (PRO-AIM), da Secretaria Municipal de Saúde, é: adulto jovem, baixa instrução, cor preta ou parda, baixa qualificação e, notadamente, **morador de bairros precários do ponto de vista urbanístico**.

De fato, Drumond Jr. constatou, entre 1995 e 1998, que as taxas mais altas de homicídios em São Paulo eram produzidas nos distritos que apresentavam uma concentração espacial de população de baixa renda, baixa escolaridade e vivendo em

más condições de moradia (Drumond Júnior, 1999). Há uma gritante disparidade entre bairros ricos e pobres no que tange à residência de pessoas assassinadas em São Paulo. Entre 1995 e 1998, foram assassinados 136 moradores de apenas 8 ruas da cidade de São Paulo. A tabela abaixo mostra que em Jardim Ângela 1.035 pessoas foram vítimas de homicídio entre a Contagem Populacional de 1996 e o Censo Demográfico de 2000, enquanto que apenas 17 residentes do Jardim paulista, bairro de alto padrão da cidade, morreram dessa forma. Por que uma única via do Jardim Ângela, como rua Tijuape, teve 7 moradores assassinados em 2002, quando nenhum morador da quase totalidade de logradouros dos bairros nobres da cidade morreu dessa forma?

Distritos de Jardim Ângela, Jardim América e Município de São Paulo - Evolução dos homicídios medidos pelo PRO-AIM - 1996 a 2000

Distritos e Variáveis	1996 ⁽¹⁾	1997	1998	1999	2000 ⁽²⁾	2000 - 1996
Jd Ângela - homicídios	189	199	202	222	223	18,0%
Jd Ângela - população residente	221.424				243.805	10,1%
Jd Ângela - taxa ⁽³⁾	85,35				90,72	6,3%
Jd Paulista - homicídios	5	2	2	5	3	-40,0%
Jd Paulista - população residente	89.261				83.667	-6,3%
Jd Paulista - taxa ⁽³⁾	5,60				3,59 ⁽⁴⁾	-35,9%
Município - homicídios	4.856	4.807	5.257	5.899	5.978	23,1%
Município - população residente	9.839.436				10.434.252	6,0%
Município - taxa ⁽³⁾	49,35				57,29	16,1%

Fonte: Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade no Município de São Paulo / PRO-AIM

⁽¹⁾ IBGE - Contagem Populacional

⁽²⁾ IBGE - Censo Demográfico

⁽³⁾ Por 100.000 habitantes

⁽⁴⁾ Menor taxa de homicídios entre os distritos de São Paulo em 2000

7.1 Os mapas da violência no Jardim Ângela

O mapa-síntese da violência no Jardim Ângela, em formato A3, espacializa os endereços de residência no distrito que constam nas declarações de óbito sistematizadas pelo PRO-AIM em 2002 e pelo PRO-AIM e Fundação Seade em 2001. Estão representadas também as indicações de áreas produzidas nos biomapas

das oficinas de participação popular. O cotejo com o banco de dados estadual (FSeade) aumenta em 10% a 15% o número de mortes por agressão no banco de dados municipal (PRO-AIM) pois, em distritos de fronteira como os do Bairro Legal, parte dos óbitos são registrados em hospitais de municípios vizinhos à capital (Kilstajn, 2003).

A análise dos homicídios ocorridos no ano passado no Jardim Ângela confirma as médias conhecidas sobre o perfil das vítimas de homicídio na cidade. Das 231 pessoas mortas "por agressão" (174 destas agressões envolveram arma de fogo), 216 eram homens, 108 tinham menos de 25 anos, apenas 35 frequentaram o Ensino Médio e, destes, apenas 2 chegaram a frequentar algum curso superior. Samuel Kilstajn mostra que a correlação entre homicídio e renda, visível quando os dados são agregados por distrito (como na tabela acima), não se sustenta na análise agregada por setores censitários, de forma que " *todos os setores violentos eram pobres, mas nem todos os setores pobres eram violentos*" (Kilstajn, 2002: 11).

Assim, a disparidade de escalas entre o setor censitário e o distrito municipal põe a investigação sobre as correlações entre condições urbanas e violência num impasse. No entanto, quando se estuda o homicídios pelo "bairro", unidade territorial consagrada apenas pelo costume e não pela lei ou pela demografia, percebe-se a violência dentro de um território que, na periferia, compartilha leitura urbana e identidade de vizinhança. O "bairro" foi o principal elemento que organizou o debate sobre a violência com a população do Jardim Ângela e a identificação de "bairros violentos" nos biomapas das oficinas de participação popular dá nova inteligibilidade para a distribuição pontual das vítimas de homicídio no Jardim Ângela. Nestas oficinas, várias vezes a população evitou classificar o distrito do Jardim Ângela como um todo de violento: o que era violento ou não era o bairro, tal como alertou o autor da frase em epígrafe.

De fato, no Jardim Ângela, o sentimento positivo de pertencimento se dá apenas com o “bairro”, onde se estabelecem os vínculos de solidariedade com vizinhos e comerciantes locais, todos em alguma medida partícipes tanto nas reivindicações de serviços públicos quanto na sua própria implantação. A sensação de pertencimento ao distrito de Jardim Ângela, cujos contornos legais mal eram conhecidos nas oficinas de participação popular, se dá apenas negativamente pela identificação das carências compartilhadas por todos. Tal identificação negativa, aliás, ocorre não apenas em oposição a Santo Amaro e Pinheiros, distritos que têm uma relação polar com a periferia sudoeste de São Paulo na oferta de emprego e de serviços mais especializados, mas também com o próprio distrito de São Luís, que divide com o Jardim Ângela a área de abrangência da Sub-Prefeitura do M´Boi Mirim e concentra a população socialmente mais incluída.

Na porção da cidade de São Paulo em que circula a população de maior renda e proprietária de automóveis particulares, a identificação com um bairro é supérflua. O mesmo não ocorre para a imensa maioria da população que habita ao seu redor. Com baixa capacidade de mobilidade e criando todos os vínculos afetivos com pessoas que residem nas proximidades, a grande maioria dos moradores do Jardim Ângela só é capaz de entender sua condição pelas relações que estabelece com as realidades mais imediatas e contíguas a seu local de residência.

7.2 O homicídio como crime e o homicídio como mortalidade

Segundo o Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, em 2000 foram registrados 5.320 boletins de ocorrência para Homicídios Dolosos no Município de São Paulo²³, número menor que as 5.978 declarações de óbito por homicídio registradas pelo PROAIM para residentes na capital. Entre paulistanos mortos fora do município e não paulistanos mortos aqui, a diferença dos números se explica por algumas peculiaridades do registro de ocorrência policial. A tipificação do “homicídio doloso” exclui os latrocínios (que são crimes “contra o patrimônio” e não “contra a pessoa”) e, algumas vezes, corresponde a mais de uma morte, pois uma chacina é registrada em apenas uma “ocorrência com óbito”. Mortes causadas pela polícia – em qualquer circunstância – também não são computadas nas delegacias como homicídio, mas como “roubo tentado” ou “resistência”.

Enquanto permanecia restrito o acesso ao banco de dados Infocrim, o Instituto São Paulo Contra a Violência forneceu para os distritos do Programa Bairro Legal mapas não georeferenciados dos homicídios dolosos registrados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado para os anos de 2000, 2001 e 2002. A comparação com o mapa de mortalidade mostra uma concordância razoável e áreas com muitos residentes mortos por causas externas são geralmente assinaladas nos mapas da SSP-SP como áreas com muitos homicídios.

No entanto, três áreas são exceções visíveis e assinaladas no mapa. Cada uma destas áreas evidencia um aspecto da desagregação urbana do Jardim Ângela, como assinalado a seguir:

Área 1: Estrada do M´Boi Mirim. Qualquer morador que se ausentar do loteamento ou favela em que reside no Jardim Ângela ou na conurbação com Itapecerica da Serra estará em algum momento nesta via estrutural da periferia sudoeste de São Pau-

lo, mesmo em trajetos curtos entre bairros vizinhos. A concentração de homicídios ao longo desta via é evidência de concentração do sistema de transporte do distrito e acontece a despeito de ser iluminada e policiada em vários trechos.

Área 2: foz do Rio Embu-Mirim. O local é, curiosamente, o coração do Parque Ecológico Guarapiranga, administrado pelo Governo do Estado. Na falta de políticas públicas que lhe dêem uso, ele é apenas um vazio urbano propício para execuções de desafetos do crime organizado. No encontro do Parque com a Estrada da Baronesa, muito usado para despejo clandestino de lixo e entulho, há um aviso pintado num muro que aparenta fazer escárnio do poder público, mas que é de uma objetividade melancólica: “Não jogue lixo, não façam execuções”.

Área 3: início da Av do Funcionários Públicos. No mapa da Secretaria de Segurança Pública estão assinalados homicídios numa proporção maior que as vítimas de agressão registradas nos bancos de dados do PROAIM e Seade como residentes da região. Segundo uma hipótese que foi levantada junto à Equipe Sul do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa da Polícia Civil, esta disparidade mostraria que a expansão urbana do Jardim Ângela é tão mortal quanto sua concentração e consolidação. Ausente do mapa da criminalidade, está o bairro de Cidade Nova, a mais nova ocupação populacional da Avenida dos Funcionários Públicos. Cidade Nova figura num processo de regularização ativo na divisão de regularização de loteamentos da SEHAB, mas a Superintendência de Planejamento HABI 1 a considera a maior área favelizada do Jardim Ângela, sob o nome Jardim Vera Cruz II.

Conforme opinou um policial civil, os homicídios do local vitimam principalmente pessoas que residem em outras áreas porque estão mais ligados à expansão de seu comércio clandestino do que de sua população residente: “aquilo é favela nova”



“Não jogue lixo, não façam execuções”:
inscrição em muro na Estrada da Baronesa

e favela nova é onde acontece a “morte interesseira”, ligada ao domínio de pontos de venda de drogas e até mesmo para o comércio local e linhas de lotação - “Nessa hora nada tem dono, principalmente as bocas de fumo”.

7.3 O “motivo fútil” e o “acerto de contas”

A partir daqui, a investigação das condições urbanas para o homicídio não pode se amparar em bancos de dados. Os homicídios levantados pelas declarações de óbito nos levam até os bairros em que residiam suas vítimas, mas não podem mostrar que aspecto daquele bairro foi responsável pelas mortes. Os homicídios levantados pelos boletins de ocorrência são ainda mais lacônicos quando queremos entender o que causou estas mortes.

Uma pesquisa recente sobre estes boletins (Lima, 2000) mostra que pouco mais de 4,6% deles tinha autoria do crime conhecida e outros 4,6%, a autoria e o motivo desencadeador conhecido. Praticamente apenas esses crimes terão inquéritos policiais conclusivos e chegarão à fase de processo penal.

Esses homicídios levados a julgamento foram, por sua vez, objetos de estudo de Maria Inês Caetano Ferreira a partir dos processos penais no Fórum de Santo Amaro, onde é comum que sejam tratados com o estigma do crime por “motivo fútil”. Em “A ronda da pobreza: violência e morte na solidariedade” (Ferreira, 2002), a violência aparece antes como uma exacerbação do que um rompimento dos laços familiares e de vizinhança cultivados na periferia como estratégias para enfrentar a inserção precária de seus habitantes em esferas sociais mais amplas, principalmente o mercado de trabalho: *“o estudo dos autos revela a fragilidade dessas estratégias, que não raramente - e ao contrário do que se pretenderia - intensificam a vulnerabilidade daquela população”* – (Ferreira, 2002: 168). Ao invés da motivação ocasional ou fortuita, o que move estes crimes é uma causalidade profundamente enraizada nas hierarquias e desigualdades que se encontram sob permanente tensão no interior das redes de solidariedade familiar e de vizinhança. São mortes que acontecem porque papéis sociais muito claros na periferia se tornaram insustentáveis com a destruição da cidadania e do trabalho digno: o pai-de-família, o colega de trabalho leal, o homem viril que “não leva desaforo para casa”. Nesses casos, há uma correlação possível entre as precárias e promíscuas condições de moradia e a ocorrência de homicídios.

No entanto, mais mortal do que os crimes que chegam aos fóruns do judiciário “por motivo fútil”, são os que nunca ultrapassam a fase de inquérito policial e são arquivadas com a rubrica informal do “acerto de contas”. Acerto de contas não entre os valores da família empobrecida e os da sociedade do consumo, mas entre “passadores” e consumidores sem dinheiro, entre “gerentes de boca” e fornecedores faltosos, entre os “donos do pedaço” e seus competidores. Enfim, acertos de contas do tráfico de drogas, assumidas, repassadas e compradas principalmente com cocaína. Neste sentido, a responsabilidade

do tráfico de drogas ilegais para a exacerbação da violência nas regiões periféricas é indubitável. Mesmo que se possa argumentar, a partir dessa constatação, que então a violência na periferia não é decorrente exatamente da pobreza, mas do tráfico, não há como se negar que este encontra seu espaço ideal de consolidação e operacionalização nos bairros pobres, ainda que seu alcance chegue ao mercado consumidor da cidade formal. Alba Zaluar (2002) já mostrou com clareza como o tráfico é responsável, no Rio de Janeiro, pelas dinâmicas sócio-urbanas das favelas da cidade.

Segundo um investigador da Polícia Civil, “A maioria dos homicídios na Zona Sul dão em inquéritos que terminam sem apontar autoria. Destes, a maioria tem a ver com o tráfico”, o que corrobora a declaração de uma importante liderança do Jardim Ângela, o Padre Jaime Crowe: *“Posso falar que 80% das causas da violência estão direta ou indiretamente ligadas ao tráfico e uso de drogas”*²⁴. Transitando novamente da segurança pública para a saúde pública, as declarações de um médico do Hospital do Campo Limpo são igualmente esclarecedoras sobre a responsabilidade e extensão do tráfico de drogas: *“o tráfico é um ‘catalisador social’ que transforma ambientes pobres em focos de homicídios (...) mas, se as vítimas fatais são geralmente pobres, o tráfico mesmo é um fenômeno que atravessa as classes sociais: a ascensão social não retira as pessoas da circulação de drogas ilícitas, apenas lhes dá direito a permanecer na ponta do consumo, longe da comercialização”*.

Assim, se a morte “por motivo fútil” é uma espécie de marcador da pobreza que ronda todos os espaços do Jardim Ângela, a morte “interesseira” dos “acertos de contas” do crime organizado se responsabiliza pelos pontos de concentração de violência que se deslocam por seus bairros. Não há uma descontinuidade absoluta entre estas violências. Como marca da desagregação social em curso nas periferias de São Paulo, as mortes por ciú-

mes, bebedeiras ou pequenas rixas apenas sinalizam o ambiente propício onde a morte pelo controle do tráfico e atividades clandestinas correlatas se expande ou se contrai, pois sua natureza clandestina da venda de drogas a faz transitar mais do que se disseminar no ambiente da pobreza. Afinal, o tráfico de cocaína e maconha se territorializa apenas como ponta final de um circuito comercial que buscará sempre se ausentar do espaço: os pontos de estocagem e venda de drogas por atacado, os demanches de carro, os depósitos de carga roubada ou contrabandeada, os centros de transferência e lavagem de dinheiro.

Tanto quanto a morte por “motivo fútil”, o *ethos* consumista e agressivo do mercado de massas também está presente no tráfico de drogas, mas com sinal trocado. Enquanto uma acontece pela impossibilidade dos valores do mundo familiar se consagrarem no trabalho e no consumo, a outra exige a morte permanente de adversários, delatores e caloteiros para se manter bem sucedida como empreitada econômica.

Além da questão do tráfico, todo bairro pobre terá também sua cota de crimes em família. Conforme observou a equipe da GTA na fase de pré-diagnóstico do distrito de Brasilândia, o desajuste entre esfera familiar e mercado não deixa mesmo de atingir todas as classes e, para se tornar mortal, basta que este desajuste seja acelerado pelo desconforto da habitação e pela ausência de mobilidade e lazer na periferia.

Aqui é o ponto de fazer uma distinção na Metodologia do Plano de Ação, quando apresentava a ligação entre qualidade da moradia e qualidade de sua urbanização como condicionante dos homicídios. Corretamente, a Metodologia mostrava que a precariedade construtiva da habitação e seu congestionamento populacional tinha um jogo de determinação recíproca com a precariedade legal e o congestionamento viário do seu entorno.

A polícia e o transporte público não circulam naquele bairro assim como não conseguem circular nas casas o ar e as pessoas.

O contato com a escalada da violência no Jardim Ângela ratifica este enfoque, mas impõe uma distinção. As mortes em família poderiam ser evitadas naqueles aspectos que atingem a vida familiar, num esquema semelhante à tríade urbana residência, lazer e trabalho, com o saneamento da moradia, o controle dos bares e políticas sociais de promoção do emprego e da educação (SDTS, 2002). Já o combate às mortes do crime organizado precisa se concentrar na escala urbana: abertura de vias e linhas de transporte e implantação de equipamentos coletivos capazes de atender a grandes demandas sociais. Esta é a escala da intervenção necessária para enfrentar a confiança que um gerente de uma boca de fumo demonstrou numa entrevista: “Quem trabalha comigo não vai me largar para pegar uma ‘bolsa isso’ ou ‘bolsa aquilo’ de R\$ 300”.

7.4 Morro do Índio

Quando se trata de buscar causas da violência, as generalizações são tão verdadeiras quanto triviais, o que vale até mesmo para a constatação de que a maior parte das mortes se deve ao tráfico de drogas. Como já foi dito, Alba Zaluar pesquisou as atividades do tráfico de drogas em três bairros distintos da cidade do Rio de Janeiro - Copacabana, Tijuca e Madureira - e descobriu que, sob a variação meramente quantitativa da mortalidade do tráfico, existiam importantes diferenças entre estes bairros no que diz respeito aos valores comunitários associados ou em conflito com o tráfico, bem como na tolerância com a corrupção policial e o controle territorial exercido pela venda de drogas (ZALUAR, 2002).

A espacialização dos bancos de dados chama a atenção para

áreas de concentração de vítimas de homicídios em espaços de pobreza homogêneos e, para o Diagnóstico de um Plano de Ação Habitacional e Urbano, é mais útil prosseguir o estudo focado nestas concentrações. No Jardim Ângela, a concentração mais expressiva nos últimos dois anos está no bairro **“Morro do Índio”**.

Compondo os limites do bairro que são reconhecidos por seus moradores com os setores censitários pertinentes, obtemos 10.094 moradores residentes recenseados em 2000 numa área de aproximadamente 37 ha (270 moradores / ha). As taxas de homicídio assumem então contornos de uma guerra civil: 188 mortos / 100.000, para 19 homicídios em 2001, e 208 mortos / 100.000, para 21 homicídios em 2002. A maior taxa do mundo, comparando cidades, é a de Cali, Colômbia: 91 homicídios por 100.000 habitantes.

Os dados dos setores censitários do IBGE na Zona Sul de São Paulo não tornam o Morro do Índio um caso excepcional na exclusão de seu entorno. A única exceção significativa são os índices de congestionamento domiciliar nas favelas Jangadeiro e Paranapanema, que estão entre as mais congestionadas do Jardim Ângela, com média superior a 4 habitantes por domicílio.

O nome do bairro põe em evidência a interdependência que os loteamentos pobres têm com a topografia, o que os tornam visualmente muito legíveis. Mais uma “vértebra” presa ao sistema viário “em espinha de peixe” da Estrada M´Boi Mirim, seu arruamento tem integração precária com os loteamentos vizinhos e **está fechado na colina entre os dois cursos d´água que formam o Córrego “Água dos Brancos”**. O morro é uma espécie de “fortaleza” de difícil e reduzido acesso viário, facilmente controlável pelo crime organizado. Uma coroa de favelas ocupou as faixas livres dos córregos.

As ruas internas à favela Paranapanema estão intransitáveis. Sem iluminação, o encontro destas com a rua Simão Caetano Nunes servem como pontos de venda de drogas. Apenas três pequenas ruas permitem acessar internamente o bairro, todos captados pela rua Tijuape. Estas ruas estão próximas umas das outras e são vigiadas permanentemente por “olheiros”. A rua Tijuape tem cerca de 1000 metros de comprimento e, **só no ano passado, 7 de seus residentes foram assassinados**.

No círculo mais interno do arruamento do “Morro do Índio” está o seu único equipamento público, a Escola Pastor Cícero Canuto de Lima, integrando a rede de ensino fundamental do Estado de São Paulo. Há um ano a escola abre aos fins de semana para as atividades recreativas coordenadas pelo programa estadual “Parceiros do Futuro”. Segundo uma das moradoras, voluntária do programa, esta é uma das poucas políticas sociais capaz de alterar a violência no bairro.

O que acontece nesta escola estadual isolada no centro do Morro do Índio explica porque o tema escola dominou todas as reuniões das Comissão Civil Comunitária do Jardim Ângela promovida pela Secretaria Municipal de Segurança Urbana. Se a ausência do Estado e, a precariedade viária são estímulos inegáveis para o fortalecimento do poder do tráfico em bairros como o “Morro do Índio”, a presença de uma escola no território torna-se rapidamente um foco de violência diante de uma gestão aproximada que enfrente o poder do tráfico de drogas.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, em editorial de 22 de outubro de 2002, chamava a atenção para a escola estadual José Porphyrio da Paz, no bairro vizinho de Parque Novo Santo Amaro, que chegou até este final de linha nas mãos do traficante da região, Reginaldo Costa: “A escola é o local preferido do bandido para as execuções. As ameaças de invasão às salas de aula foram tantas no mês passado que, em pânico, os funcionários danifi-

caram a rede de água para justificar o fechamento da escola por dois dias. A preferência de Reginaldo pela escola talvez se explique pelo fato de aquele ser o único ponto da região que representa um desafio para ele (...) É ali que Reginaldo gosta de mostrar quem manda”.

Prognóstico

A reflexão acima permite vislumbrar a complexidade do tema da violência e suas causas. A violência urbana tem suas origens tanto na desagregação das relações sociais e familiares típicas de situações de extrema exclusão e precariedade do Habitat como nas disputas que se travam na apropriação de um território sem lei pelo tráfico de drogas ilegais, que se consolida graças a relações institucionalizadas cada vez mais difíceis de mapear e combater.

Embora a violência esteja presente em toda a cidade, é inequívoco, como mostram os mapas do PRO-AIM e do INFOCRIM, que a desagregação da análise na escala dos “bairros” indica uma incrível concentração de violência em alguns pontos específicos da região, fato que não ocorre com a mesma intensidade na cidade formal. Não é comum encontrar “Morros do Índio” em meio a bairros como Higienópolis ou Jardim América, o que corrobora que a situação de extrema segregação e isolamento espacial colabora para o recrudescimento do crime e da violência. Além disso, a presença de terrenos ermos, sem uso e sem nenhum policiamento próximos às áreas de atuação do tráfico, favorece a proliferação das áreas de escape e de execução do crime organizado. Por fim, a concentração de cri-

mes em corredores populosos de tráfego, como a Estrada do M’Boi Mirim, corrobora a impressão de que a precariedade urbana associada à extrema densidade habitacional favorecem a violência urbana, assim como a precariedade habitacional cria um universo social favorável à ocorrência dos chamados “crimes fúteis”.

Se por um lado fica claro que o combate à violência passa por macro-políticas capazes de enfrentar situações estruturais de desequilíbrio sócio-econômico, dada a complexidade do tema tratado e o grau de consolidação de alguns fatores motivadores da violência, por outro lado ações específicas de políticas públicas podem pelo menos ajudar a reverter esse quadro.

Assim, uma gestão mais eficiente da rede educacional, em especial das escolas estaduais, que permita uma flexibilização de seu uso e sua apropriação simbólica pela comunidade local pode ajudar a transformar os “territórios sem lei” que caracterizam a cooptação da população jovem pelo crime organizado. Além disso, políticas de governo que permitam a melhoria geral do Habitat urbano da periferia certamente terão efeito na reconstituição do tecido social por possibilitar condições de vida menos degradantes e mais dignas. Sem dúvida nenhuma, tratam-se de tarefas a longo prazo, que terão efeito somatório ao longo do tempo, o que ressalta a importância da **continuidade** das políticas públicas para além de uma única gestão de governo. De forma geral, pelo exposto acima, pode-se dizer que o conjunto de iniciativas relatadas neste diagnóstico, nos mais diversos setores, têm uma parcela de potencial transformador da realidade do bairro e da sua condição de violência.

Por fim, parece inegável que, através de uma abordagem em escala mais localizada, ações concretas de urbanização e melhoria de vias podem efetivamente reverter quadros locais de domínio do crime. Há bairros em que a posição de “cidadela”, com acessos restritos e controlados, pode mudar, desde que o Estado tenha condições de enfrentar o crime organizado, através da abertura de vias largas e de intervenções de urbanização maciças.



8. Conclusões Propositivas



8. Conclusões propositivas

8.1 Intensidade, transversalidade, e continuidade das políticas de governo na periferia

O diagnóstico aqui apresentado verifica que, embora ainda estejam abaixo do necessário, existe um número significativo de ações do poder público para a região do Jardim Ângela, nos mais diversos setores e esferas de governo municipal e estadual.

Entretanto, os trabalhos realizados pela equipe do LabHab verificam também o alto grau de **desconexão** entre essas iniciativas do poder público. Elas muito raramente são integradas em suas metodologias, áreas de implementação, cronogramas e princípios norteadores, falta de integração que acontece até mesmo entre órgãos do mesmo governo municipal e que se multiplica entre as esferas de governo municipal e estadual.

Exemplo dela está na impossibilidade de saber com alguma precisão a dimensão, quantitativamente falando, de investimentos públicos que esse conjunto de políticas representa. São elas suficientes? São elas proporcionalmente compatíveis com a urgência da demanda das periferias em relação à outros investimentos públicos menos urgentes previstos para a cidade formal?

As causas dessa desconexão são diversas: passam por dificuldades de gestão compreensíveis devido à complexidade dos problemas enfrentados e à dimensão da cidade que o poder público deve gerir. Vale observar que, à medida que a Subprefeitura de M'Boi Mirim se estrutura e se operacionaliza, há esperanças de grande melhoria quanto à implementação da descentralização administrativa. Mas é preciso ressaltar que muitas vezes tais dificuldades de gestão repousam no predomí-

nio de interesses políticos de setores de governo e na competição gratuita entre órgãos, secretarias, instâncias diversas que, às vezes, parecem mais querer trabalhar isoladamente do que se integrar em uma política de governo mais ampla.

Assim, fica cada vez mais claro que **o Plano de Ação, embora objetive melhorias no âmbito habitacional e urbanístico, deve ser a base estruturadora de uma ampla política de governo** homogênea e integrada, que englobe absolutamente todos os esforços atualmente feitos para a melhoria da região.

Além disso, destaca-se que a grande maioria das ações acima elencadas, à exceção do Programa Guarapiranga, foram iniciadas na atual gestão municipal. Não há dúvidas que o sucesso de uma política de combate à exclusão e violência na região do Jardim Ângela depende sobremaneira da garantia de sua **continuidade** temporal, para além dos prazos de uma única gestão de governo. Mas essa não é, infelizmente, a tradição política brasileira. É comum ver intervenções urbanas degradando-se após o fim de um governo, por falta de gestão continuada daquele espaço, que perdeu interesse político que o motivou. Assim, é necessário que se pense formas efetivas de enraizamento dessas políticas, a tal ponto que elas não possam ser desmontadas no futuro. Os vínculos com órgãos financiadores internacionais, que estabelecem metas a longo prazo, podem ser uma solução. Mas, sem dúvida nenhuma, a melhor possibilidade de consolidação do Plano de Ação está nas intensificação da participação popular na sua elaboração, implementação e gestão, de tal forma que elas não possam ser por um gestor que eventualmente tome decisões nesse sentido.

8.2 A importância do governo local

Não obstante as dificuldades acima comentadas, está mais claro do que nunca que qualquer Plano de Ação que se pretenda

efetivo só poderá ter algum sucesso se intensificar sobremaneira as formas de gestão aproximada, através da atuação firme e autônoma do governo local. A dimensão de uma cidade como São Paulo limita a eficácia das políticas centralizadas.

O grau de complexidade local dos problemas é de tal ordem que somente uma gestão político-administrativa aproximada pode ser capaz de enfrentá-los com alguma perspectiva de sucesso. Nesse sentido, o Governo Local deve extrapolar a ação da SubPrefeitura, englobando, sob a coordenação desta, a representação decisiva, autônoma e com poder de decisão dos representantes locais de cada secretaria municipal ou estadual, de cada concessionária de serviços públicos, de cada órgão setorial de governo. Por fim, o Conselho de Representantes deve se tornar um elemento central e fundamental para permitir a gestão participativa e a necessária fiscalização cidadã por parte da população.

Por essas razões, a Metodologia do Plano de Ação prevê, conforme o disposto no “Relatório de Acompanhamento” (LabHab, 2003), a realização de um ciclo de discussões a respeito do papel e da organização do governo local como instância por excelência de implementação do Plano de Ação.

8.3 Áreas de extrema exclusão e áreas de grande potencial urbano

A decisão de fazer um diagnóstico que aponte um direcionamento para a etapa propositiva do Plano de Ação, dando início às diretrizes e propostas para intervenção, orientou a definição de áreas no distrito de Jardim Ângela que se caracterizam pela extrema exclusão e outras, pelo grande potencial urbano, ou seja, que podem ter transformações bastante positivas a partir de investimentos relativamente baixos.

A idéia é a de que a necessidade de intensificação, integração, transversalidade e continuidade das políticas públicas é tão premente e depende da estruturação de uma política de gestão inter-setorial e inter-esferas de governo a tal ponto coerente e aproximada, que seria impossível um Plano de Ação agir de forma eficaz, em uma iniciativa pioneira, em todo o território de um distrito com mais de 250 mil habitantes. Em compensação, é possível prever algum sucesso se a proposta tratar, pelo menos inicialmente, de áreas mais limitadas, mas que sejam as que apresentam maior necessidade de políticas públicas. Além disso, estima-se que a reversão da exclusão sócio-econômica e espacial do Jardim Ângela tenha que começar, ao menos, tratando das áreas onde tal exclusão é extrema. Acredita-se que a melhoria do Habitat e da qualidade de vida em um bairro cria um efeito sinérgico e que se expanda para as áreas do entorno próximo.

O conceito de diagnóstico/prognóstico, exposto no Relatório de Acompanhamento do Plano de Ação, esteve presente na orientação dos trabalhos de campo da equipe, que procurou basear suas análises na perspectiva de propostas urbanas. Dessa forma, pode-se subtrair do diagnóstico as possibilidades de sucesso do projeto a partir da análise que orientaram a definição das áreas “de extrema exclusão” e das áreas “de grande potencial urbano”.

8.3.1 Áreas de extrema exclusão

As áreas de extrema exclusão foram escolhidas a partir dos índices sócio-econômicos e urbanos obtidos de fontes secundárias. Foram também considerados os índices de violência dos bairros e as informações qualitativas decorrentes das oficinas participativas e entrevistas com técnicos e agentes qualificados. O contato com a população moradora e com os agentes

públicos que atuam nessas áreas (e que muitas vezes também são moradores) e as análises decorrentes do trabalho de campo da equipe permitiram delinear um perfil da extrema exclusão de cada uma delas.

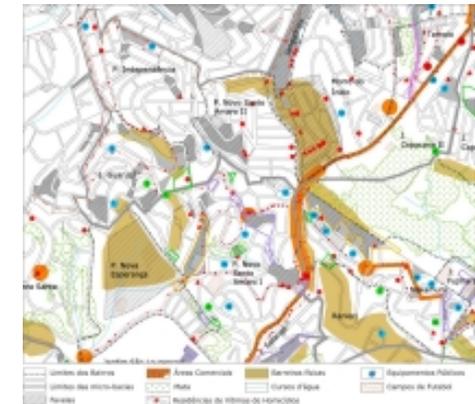
No conjunto da situação generalizada de precariedade ambiental do distrito de Jardim Ângela, essas áreas se distinguem pelo grau extremo da ausência do Estado, da densidade populacional e da irregularidade fundiária, além da sensação de insegurança nas relações sócio-espaciais. Três áreas do distrito se destacam nesse sentido, definindo desde já que todas elas serão objeto da etapa propositiva do Plano de Ação.

A . Parque Novo Santo Amaro e Morro do Índio

Esta região abriga duas das três maiores favelas do distrito, a Paranapanema, com área de 13,2 ha, e a Boulevard da Paz, com 13,3 há, e apresenta condições geomorfológicas desfavoráveis à ocupação urbana, com declividades acentuadas. É uma região que apresenta grande concentração de chefes de família sem rendimentos e considerada violenta pelos moradores, opinião corroborada pelos dados de homicídios.

A favela Paranapanema ocupa parte de uma área municipal. O terreno em que se encontra a favela Boulevard da Paz é particular e, devido à sua alta declividade, provocou desabamentos em fevereiro passado. O córrego que a limita ao sul está sendo canalizado, mas não estão previstas obras de urbanização na favela.

O bairro Chácara Santa Maria tem acesso precário, sem ruas pavimentadas e com esgoto correndo a céu aberto. Apresenta condições geomorfológicas totalmente inadequadas para a ocupação urbana, combinando áreas inundáveis com áreas de alta declividade. A ocupação residencial ainda é pequena, mas se



Parque Novo Santo Amaro e Morro do Índio (LABHAB 2003)

Parque Nova Esperança e Parque Novo Santo Amaro (LABHAB 2003)

acelera pela proximidade com os bairros Jardim Guarujá e Parque Novo Santo Amaro, densamente ocupados, e com o corredor comercial Menininha. As aguardadas obras do programa municipal de pavimentação comunitária no local podem se tornar mais um incentivo para o incremento populacional.

Esta área tem a peculiaridade de ser vizinha da região de grande potencial urbanístico apontada abaixo, o trecho da Estrada do M'Boi Mirim junto ao Terminal Municipal Jardim Ângela em implantação. A intervenção no Parque Novo Santo Amaro e Morro do Índio se torna portanto imprescindível para estender os benefícios dos investimentos públicos previstos em seu entorno.

B. Alto da Riviera, Jardim Fujihara e Guanguará

São três bairros com alta concentração de jovens e de chefes de família sem rendimentos. Foram considerados nas oficinas de participação popular como violentos e inseguros devido à grande ocorrência de assaltos. Não têm praticamente nenhuma área livre e de lazer. Apesar das várias obras do Programa Guarapiranga já realizadas, continua a ser uma das regiões mais violentas e precárias do Jardim Ângela.

Entre as favelas da região, a Guanguará é a mais precária. Trata-se de uma invasão na várzea do Parque Ecológico Guarapiranga, com barracos sobre palafitas e pontes instáveis cruzando o córrego Itupu.

As barreiras físicas da região são acentuadas, com matas e encostas de declividade acentuada. Várias ruas sem saída terminam em grandes quedas. Nestes pontos, concentram-se as residências de muitas vítimas de homicídios.

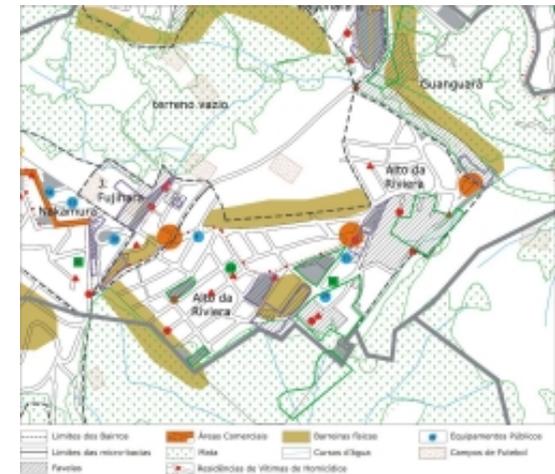
C. Vila Calú, Chácara dos Banais e Cidade Nova

A ocupação urbana da Chácara Bananal e Cidade Nova se encontraram a partir de núcleos formados respectivamente na Estrada do M´Boi Mirim e na Estrada dos Funcionários Públicos. Hoje ambas são uma única área favelada, a maior do Jardim Ângela. É uma ocupação recente, extremamente precária do ponto de vista urbano e ambiental, sobre altas declividades, córregos e duas nascentes. Grande parte das casas não tem abastecimento de água, nem mesmo por ligações clandestinas, segundo os Agentes de Saúde que trabalham no local. Entre 60 a 80% dos chefes de família têm rendimentos de, no máximo, 3 salários mínimos.

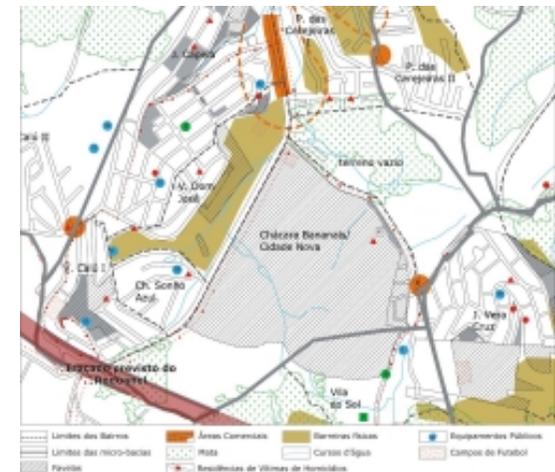
Mais ao sul do distrito, bairros como o Parque do Lago e Jardim



Guanguará
(LABHAB 2003)



Alto da Riviera, Guanguará e Jd. Fujihara
(LABHAB 2003)



Vila Calú, Chácara dos Banais e Cidade Nova
(LABHAB 2003)

Vale Verde são acessíveis apenas por vias com altas declividades ou estradas de terra. As favelas Cidade Nova, Ângelo Tarsini, Cavalo Branco e Batista Bassano são algumas das áreas mais pobres e de menor escolaridade do distrito.

O maior investimento público previsto para a região é o trecho sul do Rodoanel Metropolitano. Para a sua implantação, serão removidas habitações e instalações comerciais nos bairros Parque Horizonte Azul e Vila Calú, com impactos na cobertura vegetal nas áreas próximas.

Algumas análises e observações do Estudo de Impacto Ambiental do Rodoanel Metropolitano são relevantes para esse diagnóstico, como já mostrado na seção “Acessibilidade e mobilidade”. O documento considera a obra uma barreira física à expansão da mancha urbana sobre áreas de proteção ambiental. É uma previsão difícil de ser cumprida quando, segundo o Relatório, o Rodoanel objetiva “criar novas frentes de urbanização” e “propiciar o crescimento econômico e a geração de emprego e renda na sua área de influência direta e indireta”. Outra contradição diz respeito à valorização fundiária nas proximidades do trecho sul, fato tido como altamente positivo pelo Estudo de Impacto Ambiental.

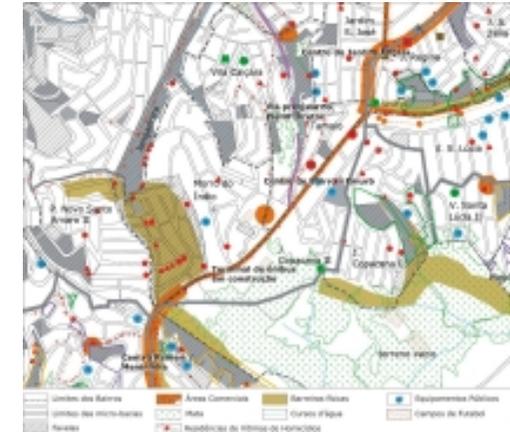
8.3.2 Áreas Potenciais

A. M´Boi Mirim, entre Comendador Sant’Anna e Terminal Municipal Jardim Ângela

É o principal corredor comercial do distrito de Jardim Ângela, com grande concentração de comércio e serviços de alcance regional. A estreita Avenida Comendador Santana faz a ligação deste eixo com a Estrada de Itapeperica. No encontro desta com os limites do distrito de Capão Redondo, se instalaram lojas de redes de varejo popular e a única agência bancária do



Estrada M´Boi Mirim, ao fundo obras do Terminal Ângela e terreno de futuro Hospital (LABHAB 2002)



M´Boi Mirim entre Av. Comendador Sant’Anna e futuro Terminal Municipal Jardim Ângela (LABHAB 2002)

distrito. No encontro com a Avenida M´Boi Mirim, quando forma a Praça Manoel Lopes, há supermercados e lojas das redes Marabraz, Casas Bahia além de camelôs.

A obra de maior impacto previsto para este eixo é a abertura de uma nova via de fundo de vale ao longo do córrego “Água dos Brancos”, que consta no Plano Diretor de São Paulo como “Via a Abrir - 2012”. A nova via ligará a Avenida Carlos Caldeira Filho e a estação Capão Redondo da Linha Lilás do Metrô até o novo Terminal Municipal de Ônibus Jardim Ângela, na Estrada M´Boi Mirim e comporá um sistema binário com a Av Comendador Sant’Anna. A implantação desta via exigirá a ação atenta do poder público no controle do uso e ocupação do solo para conter a valorização fundiária especulativa e evitar a expulsão da po-

pulação pobre para bairros ainda mais distantes na Zona Sul. Para tanto, é preciso garantir a provisão de habitações de interesse social nessa área, fazendo uso da ZEIS 1 já prevista para o local.

Próximo do encontro da nova via prevista com a Estrada M´Boi Mirim, a EMURB urbanizou a praça da rua Colônia Nova, local conhecido como Antigo Balneário, seguindo diretriz do programa “Centros de Bairro”. Embora o programa não trate da questão do fomento ao comércio, que poderia ser feito através de instrumentos urbanísticos de incentivo, mas da urbanização e provisão de equipamentos de esporte e lazer, o programa pode se casar perfeitamente na dinâmica de indução dos centros e sub-centros de bairro.

O novo sistema viário em projeto, o Terminal Municipal e o terreno contíguo destinado à construção do Hospital Jardim Ângela convertem para a região uma quantidade de investimentos públicos inédita no distrito, com grande potencial para intervenções habitacionais e urbanas.

B. Cidade Ipava, Vila Gilda e Miami Paulista

Cidade Ipava, Chácara Flórida, Recreio e Vila Gilda são bairros com acessibilidade restrita, claramente isolados do resto do distrito e da cidade. Só é possível chegar a estes loteamentos pela Estrada da Cumbica, que está em condições precárias. A outra possibilidade seria a Estrada do M´Boi Guaçú, atualmente intransitável.

As condições topográficas, porém, são favoráveis para a ocupação por HIS. Segundo estudo do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo²⁵, na região “predominam amplitudes de 40m e declividades de até 20%, topografia suavizada, não exigindo práticas especiais em projetos de



Cidade Ipava
(LABHAB 2003)



Cidade Ipava, Vila Gilda e Miami Paulista
(LABHAB 2003)

parcelamento”. A ocupação está em consolidação e o crescimento populacional está se acelerando. Possui um centro comercial local desenvolvido e ainda tem muitos lotes vazios. A necessidade de contenção desse crescimento, por estar em área de proteção aos mananciais, permite que se vislumbre a possibilidade de uma intervenção urbana alternativa digna de habitação ao mesmo tempo que estabilize o adensamento.

A necessidade de atuação fiscalizadora do poder público está evidentemente subentendida na definição de tais áreas com potencial urbano, sobretudo em regiões ambientalmente sensíveis. O loteamento vizinho Jardim Aracati, que já recebeu obras do Programa Guarapiranga, está totalmente ocupado e há uma grande pressão para adensamento das áreas contíguas. Esses loteamentos estão situados em áreas ambientalmente frágeis pela proximidade da represa e por conter córregos contribuintes primários da represa. É, portanto, de extrema responsabilidade a tarefa de projetar intervenções de contenção da ocupação com “qualificação urbana”.

Existem, portanto, áreas urbanizadas aptas para relocação habitacional na própria região das ocupações precárias do Jardim Aracati e invasões adjacentes, com impacto ambiental reduzido.

Caso o problema da péssima acessibilidade aos loteamentos seja melhorada sem uma ação de contenção da ocupação, a região pode sofrer uma ocupação intensa e perder as características que hoje a tornam potencial para receber intervenções urbano e habitacionais.

Notas

1 Essas características estão presentes no Plano DESEPAZ – Desarrollo, Seguridad y Paz, implementado em Cali, na Colômbia a partir de 1993.

2 Seade-Dieese, sistema Serve, 2002.

3 “Periferia é periferia”, Racionais MC’s.

4 Os distritos que tem mais de 40% dos chefes com salário abaixo de 3SM e a menor proporção de chefes que recebem mais de 20SM, são: Marsilac (50,57%;0,33%), Vila Jacuí (48,88%; 1,22%), Lajeado (46,65%;0,32%), Jardim Helena (46,11; 0,54%), Iguatemi (44,19%; 0,41%), Guaianases (42,26; 0,62%), Parelheiros (41,77%; 0,56%), Perus (41,70%; 0,55%), Vila Curuçá (41,45%; 0,92%), Grajaú (40,21%; 0,40%).

5 Financiado pelo Ministério da Saúde e com apoio da Organização Panamericana de Saúde/Brasil.

6 É importante ter em vista o fato de que a juventude enquanto uma unidade social específica é uma construção social moderna - “A segmentação do curso de vida em sucessivas fases - a juventude aparece associada a uma delas - é, por conseguinte, produto de um complexo processo de construção social. Determinadas fases de vida apenas são reconhecidas, enquanto tal, em determinados períodos históricos, isto é, em períodos nos quais essas fases de vida são socialmente vistas como geradoras de ‘problemas’sociais” (Pais, 1990:147).

7 “A meta inicial da S/A Auto-estradas era construir uma estrada pavimentada em concreto, ligando São Paulo a Santo Amaro. Mas na esteira desse objetivo vieram outros ainda mais ambiciosos e economicamente mais lucrativos, que ficaram conhecidos como Projeto Interlagos. (...) Para por em prática todo este empreendimento, a companhia iniciou suas ações negociando grandes glebas de terras com proprietários dos

terrenos que seriam cortados e, conseqüentemente, beneficiados com a construção da estrada de rodagem. Parte das propriedades eram repassadas para a S/A Auto-estradas, que acumulou um patrimônio imobiliário considerável, valorizado com a implantação de seus próprios empreendimentos. Anos depois, a comercialização dessas terras passou a ser o principal negócio da companhia.” (FRANÇA, p. 48. 2000).

8 Hoje os bairros têm nome dos loteamentos originais, ou mesmo, os nomes dos loteadores.

9 Taxa geométrica e crescimento, de 1991 a 2000 - Fonte: IBGE, Censos de 1991 e 2000.

10 O Programa Mananciais, da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de São Paulo, está inserido em uma política inter-setorial de proteção aos mananciais. Os recursos do programa são provenientes, conforme expresso no contrato do Programa de Saneamento Ambiental e Recuperação Urbana da Bacia do Guarapiranga (Programa Guarapiranga), de recursos do Banco Mundial e de contrapartida da PMSP. O Programa visa a conservação dos mananciais garantindo o abastecimento de água da RMSP, a partir do controle da ocupação desordenada nas áreas de mananciais e desenvolver ações de recuperação social e ambiental nos bairros existentes.

23 Cujas composição é tripartite: Governo do Estado, governos municipais e sociedade civil.

12 A partir de 2001, a água passou a ser bombeada para a Represa do Guarapiranga através de bombeamento superficial, de 2mil l/s de água do Braço Taquacetuba da Billings. Segundo a Sabesp, o Braço Taquacetuba tem qualidade de água semelhante à da Guarapiranga, ou seja, classe 2. Atualmente a Guarapiranga fornece 15mil l/s de água para o abastecimento e atende 3,2 milhões de pessoas das zonas Sul e Sudoeste do Município de São Paulo.

13 O índice de escoamento é calculado em função do relevo, forma e densidade das nascentes; o coeficiente de ocupação é a porcentagem da bacia coberta com ocupação urbana; o índice de vegetação é calculado

com base na relação entre solo exposto, campos antrópicos, pastagens, culturas agrícolas, capoeiras, matas e florestas.

14 O parque foi juridicamente criado dez anos antes, em 1989, pelo Decreto Estadual no 30.442. Em 1991 o Instituto dos Arquitetos do Brasil organizou um concurso nacional de idéias. O arquiteto Carlos Maximiliano Fayet foi vencedor do concurso, que deu linhas às instalações existentes: centro informativo e cultural, salas de exposição, auditório, biblioteca, áreas de lazer, trilhas e viveiro de mudas.

15 *in* Diagnóstico Sócio-Ambiental Participativo Preliminar da Bacia do Guarapiranga, 1998.

16 Guavirituba I, II e III, Vista Alegre, Kagohara, Marquesa, Copacabana, Alto da Riviera, Santa Maria, Novo Santo Amaro, Boulogne, Vale Verde, Parque das Cerejeira e Calu.

17 www.trabalhosp.prefeitura.sp.gov.br

18 Homicídio cai mais em distrito com programa social. Estado de São Paulo. (20/02/2003).

19 O PSF estabelece como atendimento ideal: uma Equipe de Saúde para cada 1.000 famílias, sendo de 3,9 a 4,3 habitantes a família média do distrito, de acordo com a coordenação do DS. As equipes do PSF são formadas por um médico, um enfermeiro, dois auxiliares de enfermagem e de cinco a seis agentes comunitários de saúde; em alguns casos as equipes estão incompletas, são chamadas de PACS e contam com um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e cinco agentes comunitários. As equipes PACS são um nível intermediário de atendimento e têm previstas as contratações de mais profissionais, até que atinjam o estágio de equipes PSF. Somente com a complementação do sistema de informações o Distrito de Saúde tem condições de estabelecer o número exato de equipes e a abrangência do atendimento. Estipula-se que as 70 equipes em atuação no Jardim Ângela, 40 PSF's e 30 PACS's, correspondam a 60% de cobertura total.

20 Informação atualizada no Distrito de Saúde/Jd. Ângela em 17/03/2003.

21 www.unicef.org

22 FERREZ. Capão Pecado. Labortexto Editorial. São Paulo, 2000.

23 Área do DECAP – Departamento de Polícia Judiciária da Capital.

24 Reportagem, revista da Oficina de Informações, São Paulo, ano IV, nº 41, fevereiro de 2003, p.36.

25 "Aptidão Física para ao Assentamento Humano", in: Instituto Sócio Ambiental; Diagnóstico Socioambiental Participativo Preliminar da Bacia do Guarapiranga. São Paulo, 1998.



9. Bibliografia



Bibliografia

BONDUKI, Nabil G. Origens da habitação social no Brasil. São Paulo: FAPESP / Estação Liberdade, 1998.

BONDUKI, Nabil G. Arquitetura e habitação social em São Paulo: 1989 / 1992. São Paulo: IAB / Fundação Bienal de São Paulo, 1993.

BUENO, Laura M. M. o saneamento na urbanização de São Paulo. São Paulo: FAUUSP (Dissertação de Mestrado), 1994.

CAMPO LIMPO 2000. Movimento Campo Limpo 2000: um plano estratégico para reconstruir e desenvolver nossa região. São Paulo: mimeo, 2001.

CARDIA, Nancy e SCHIFFER, Suely. Violência e desigualdade social. In "Ciência e Cultura". n. 54, jul.-set. 2002.

CETESB / PROTRAN. Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental: Trechos Norte, Leste e Sul do Rodoanel Metropolitano de São Paulo. São Paulo: Dersa, 2002.

DENALDI, Rosana. Políticas de urbanização de favelas: evolução e impasses. São Paulo: FAU-USP (Tese de Doutorado), 2003.

DENALDI, Rosana e SPERTINI, Salerno. As possibilidades efetivas de regularização fundiária em assentamentos sub-normais. In "Anais da ANPUR", Rio de Janeiro, 2001.

DESAFIOS PARA UMA DÉCADA. Plano Regional da Subprefeitura de M´Boi Mirim: desafios para uma década. São Paulo: mimeo, s.d.

DRUMOND, Marcos. Homicídios e desigualdades sociais na cidade de São Paulo: uma visão epidemiológica. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, mimeo, 2000.

DUPAS, Gilberto. Economia Global e Exclusão Social: pobreza, emprego, Estado e futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

EMPLASA. Plano Metropolitano da Grande São Paulo: 1993 a 2010. São Paulo: Emplasa, 1993.

O ESTADO DE SÃO PAULO. O bandido que mudou um bairro. Caderno Cidades, 21 out. 2002.

O ESTADO DE SÃO PAULO. População coloca governos no banco dos réus. Caderno Cidades, 14 jun. 2002.

FERREIRA, Maria Inês C. A ronda da pobreza: violência e morte na solidariedade. In "Novos Estudos Cebrap", n. 63, julho 2002.

FERRÉZ. Capão Pecado. São Paulo: Labortexto Editorial, 2000.

FÓRUM EM DEFESA DA VIDA. Fórum em Defesa da Vida. São Paulo: CDHEP, mimeo, 2002.

FRANÇA, Elisabete (coord.). Guarapiranga: recuperação urbana e ambiental no município de São Paulo. São Paulo: M. Carrilho Arquitetos, 2000.

FUNDAÇÃO SEADE. Indicador de vulnerabilidade juvenil. (mimeo), São Paulo: FSeade, 2002.

FUNDAÇÃO SEADE. Ocorrências policiais e inquéritos policiais instaurados, por departamento de Polícia Judiciária, segundo natureza do crime. In Anuário Estatístico do Estado de São Paulo de 2000. São Paulo: FSeade, 2002.

FUNDAÇÃO SEADE. Sistema de Estatísticas Vitais (banco de dados), São Paulo: FSeade, 2003.

IBGE. Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE. Contagem Populacional. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL e ECOSCAMBIO. Diagnóstico socioambiental participativo preliminar da bacia do Guarapiranga. São Paulo: Núcleo Pró-Guarapiranga, 1998.

KILSTAJN, Samuel. Óbitos por Agressão em Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela em 2001 – Análise Comparada dos Bancos do PROAIM, Fund. SEADE e Fund. SEADE / Geoprocessado. São Paulo: Laboratório de Economia Social / Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política / PUCSP, mimeo, 2003.

KILSTAJN, Samuel. Vítimas fatais da violência e mercado de drogas na Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo: Laboratório de Economia



Social / Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política / PUCSP, mimeo, 2002.

KOWARICK, Lúcio & CAMPANÁRIO, Milton A. São Paulo, Metrópole do subdesenvolvimento industrializado: conseqüências sociais do crescimento e da crise econômica. CEDEC, 1984. In SANTOS, Milton. Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo. São Paulo: Nobel / Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

KOWARICK, Lúcio. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. In "Novos Estudos Cebrap", n. 63, jul. 2002.

LABHAB. Metodologia para Plano Habitacional e Urbano para 3 Distritos em Situação de Extrema Exclusão. São Paulo: Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos / FAUUSP, 2002.

LABHAB. Parâmetros técnicos para urbanização de favelas (Relatório Final). São Paulo: Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos / FAUUSP, 1999.

LIMA, Renato S. de. Conflitos sociais e criminalidade urbana: uma análise dos homicídios cometidos no Município de São Paulo. São Paulo: FFLCH / USP, (Dissertação de Mestrado), 2000.

MARICATO, Ermínia T. M. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARICATO, Ermínia T. M. Metrópole na periferia do capitalismo. São Paulo: Hucitec, 1996.

OLIVEIRA, Francisco de. Acumulação monopolista, estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. In MOISÉS, José A. Condições urbanas e movimentos sociais. São Paulo: CEDEC – Paz e Terra, 1977.

PROAIM / PMSP. O desafio das mortes por causas externas na cidade de São Paulo. In Boletim do Programa de Aprimoramento de Informações de Mortalidade. São Paulo: mimeo, mar. 1997.

PROAIM / PMSP. Mortes no domicílio na cidade de São Paulo. In Boletim do Programa de Aprimoramento de Informações de Mortalidade. São Paulo: mimeo, jan. 1997.

PROAIM / PMSP. Sistema de Informações sobre a mortalidade (banco de dados). São Paulo: 2003.

PUC-SP, INPE, POLIS. Mapa da exclusão - inclusão social de São Paulo 2000. São Paulo: mimeo, 2002.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DE DIREITOS HUMANOS. Relatório de cidadania: os jovens, a escola e os direitos humanos. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência, 2002.

REPORTAGEM – Revista da Oficina de Informações. São Paulo: ano IV, n. 41, p. 36, fev. 2003.

SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970 / 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SDTS / PMSP. Desigualdade em São Paulo: o IDH. São Paulo: mimeo, 2002.

SDTS / PMSP. Programa Capacitação Ocupacional. São Paulo: mimeo, 2002.

SDTS / PMSP. Programas Sociais da Prefeitura de São Paulo: avaliação preliminar. São Paulo: mimeo, 2002

SEMANA SOCIAL DE CAMPO LIMPO; São Paulo: mimeo, s.d.

SEMPLA / PMSP. População, renda e categorias selecionadas de uso do solo em São Paulo 1991 a 2000. São Paulo: mimeo, 2002.

SEMPLA / PMSP. Planos para cinco regiões administrativas do Município de São Paulo. São Paulo: mimeo, 1986.

SILVA, Helena M. B.; "Relatório do Subprojeto 3.2: Levantamento das transformações imobiliárias na fase inicial da Linha 4. Teste da base de informações secundárias" in "Projeto de pesquisa: Impactos urbanos e sócio-econômicos dos investimentos em transporte na RMSP"; Unicamp, s.d..

SILVA, M. J. P. Novos sentidos da educação popular nos anos 90: as práticas do Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo – CEDHEP. São Paulo: PUC-SP, (Dissertação de Mestrado), 2000.

SMA / ESP. Termo de referência para o Programa de Recuperação Ambiental Billings. São Paulo: Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, 2001.

SMMA / PMSP. Atlas Ambiental. São Paulo: Prodam, 2000.

SMT / PMSP. Diagnóstico de transporte. São Paulo: SMT, 2002.

SOARES, L. E. Meu casaco de general. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SOCIEDADE DOS SANTOS MÁRTIRES. Mapa da esperança: distrito Jardim Ângela. São Paulo: mimeo, 2002.

STM / ESP. PITU 2020 Plano Integrado de Transportes Urbanos. São Paulo: STM, 1999.

UEMURA, Margareth M. Diagnóstico Socioambiental Participativo Preliminar da Bacia do Guarapiranga - Alternativa para a proteção dos mananciais?. São Paulo: FAU / PUCCAMPINAS, 2000.

UEMURA, Margareth M. Programa de Saneamento Ambiental e Recuperação Urbana da Bacia do Guarapiranga - Alternativa para a proteção dos mananciais?. São Paulo: FAU / PUCCAMPINAS, 2000.

UGP GUARAPIRANGA. Programa Guarapiranga. São Paulo: BID, GESP, 1993.

VENTURA, Zuenir. Cidade Partida. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel - Lincoln Institute, 2001

VILLAÇA, Flávio. O que todo cidadão precisa saber sobre habitação. São Paulo: Global, 1986.

ZALUAR, Alba. A guerra sem fim em alguns bairros do Rio de Janeiro. In Revista Ciência e Cultura, São Paulo: SBPC, ano 54, n. 1, 2002.

Sites consultados

www.capao.com.br

www.emplasa.sp.gov.br

www.dpi.inpe.br

www.ibge.gov.br

www.lidas.org.br/cl2000

www.prefeitura.sp.gov.br

www.seade.gov.br/ivj.

www.socioambiental.org

www.unicef.org